UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

VAGNO DOS SANTOS RAMOS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MANAUS - AMAZONAS

JUIZ DE FORA
2016

VAGNO DOS SANTOS RAMOS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MANAUS - AMAZONAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA

2016

VAGNO DOS SANTOS RAMOS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MANAUS - AMAZONAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Orientador(a)

_____

Membro da banca

_____

Membro da banca

Dedico esta dissertação a Eliete Serafim Mendes Ramos, minha esposa, pelo incentivo e compreensão nos momentos difíceis. Aos meus filhos Wagner Lucas e Ana Rute, pelo brilhantismo que estão seguindo na carreira estudantil. Aos meus pais Lázaro Ramos da Silva e Dulcinete dos Santos Ramos, que muito contribuíram ao longo da minha trajetória acadêmica. *In memoriam*, a Amin Costa Haddad, colega de Mestrado que Deus levou antes da conclusão do curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita contribuição espiritual.

Ao Governo do Estado do Amazonas, que me deu a oportunidade de crescimento profissional por meio deste Mestrado.

À Secretaria Municipal de Educação, que me concedeu licença para estudar.

Ao orientador professor Dr. Alexandre Chibebe Nicolella pela maneira comprometida com que conduziu a orientação deste trabalho.

As assistentes de suporte acadêmico Mayanna Martins Santos e Juliana de Carvalho Barros, pelas orientações e pelo acompanhamento na produção deste trabalho.

À gestora da Escola Cunha Melo, professora Raimunda Pedrosa, que me permitiu desenvolver os estudos para esta dissertação na escola.

À secretária da escola Hozana Matsui que me ajudou na coleta de dados para a pesquisa de campo.

À equipe gestora da escola, professores e alunos do Projeto Avançar e à supervisora da CDE 2, por terem aceitado fazer parte deste estudo.

Aos professores do Mestrado, que muito contribuíram para ampliar os conhecimentos na área de gestão e avaliação da educação pública.

Aos colegas de Mestrado, pelas valiosas discussões nos fóruns e na produção dos trabalhos das disciplinas curriculares.

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Paulo Freire (1996, p.13)

RESUMO

O caso de gestão estudado analisa a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar - Projeto Avançar (PA) em uma escola estadual localizada no município de Manaus, vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/AM) e acompanhada pela Coordenadoria Distrital 02. Os objetivos definidos para esta investigação buscam verificar as dificuldades da equipe gestora em reduzir os índices de abandono nas turmas do PA. Para isso, utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso. Além da análise documental, foram usados como instrumentos de coleta de dados um questionário para 16 alunos do projeto e uma entrevista semiestruturada com a gestora, a pedagoga da escola, a supervisora do distrito que acompanha o projeto na escola e nove professores que atuam no PA. No referencial, foi abordado o Projeto Avançar enquanto política de enfrentamento ao fracasso escolar e também as causas e consequências do abandono escolar. A discussão dos resultados levou em consideração a visão dos diversos atores que participam do Projeto. A análise dos dados permitiu a identificação de alguns avanços e algumas dificuldades no processo de implementação do PA como ausência de capacitação para gestores, pedagogos e professores para atuar com maior efetividade nas ações do projeto; dificuldade dos docentes no trabalho com projetos interdisciplinares; ausência de reuniões para discutir as dificuldades de realização do PA; infrequência e apatia dos alunos; e ausência da família no acompanhamento escolar do filho. Com base nos resultados dessa análise, foi elaborado um Plano de Ação Educacional com propostas que ajudarão a equipe gestora a desenvolver as ações do Projeto Avançar de forma adequada na escola, a fim de que os objetivos sejam alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Avançar; Abandono Escolar; Aceleração da Aprendizagem.

ABSTRACT

The management case under study deals with the implementation of the Program for the Correction of Fluxo Escolar - Projeto Avançar (PA) at a state school in the city of Manaus, tied to the State Secretaria of Education (SEDUC/AM) and overseen by the 2nd District Coordenadoria. The goals set for this investigation check team's difficulties in reducing drop out rates in the classes within the PA. For this, was used a qualitative research, through a case study. Besides analysis of documents, were used as instruments of data collection a questionnaire for 16 students within the project and a semi-structured interview with the manager, the school pedagogue, the district supervisor that oversees the project at the school and nine teachers who work with the PA. In the referencial, the PA was discussed as a policy to face school failure and also the causes and consequences of dropping out. The discussion of the results took into account the point of view of the several actors that participated in the project. Analysis of the data made it possible to identify some advances and some difficulties regarding the PA's implementation process as a lack of training for managers, pedagogues and teachers to more effectively perform the actions of the project; teachers' difficulty in working with interdisciplinary projects; lack of meetings to discuss the difficulties in carrying out the PA; infrequent attendance and apathy from the students; and families failing to monitor their children's performance at school. With the results of this analysis, a Plano de Ação Educacional was created containing proposals that will help the managing team to adequately develop the actions of the PA at school, in order to achieve the goals.

Keywords: Projeto Avançar. Drop Out Rates. Increasing Learning Process .

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil de atuação dos professores do projeto 88
Quadro 2 - Opinião dos professores a respeito do PA 89
Quadro 3 - Justificativa dos professores para a não realização de projetos interdisciplinares 90
Quadro 4 - Opinião dos professores sobre orientação para atuar no PA 92
Quadro 5 - Motivos que levaram o professor a atuar no PA 93
Quadro 6 - Dificuldades citadas pelos professores no trabalho com o aluno do PA 93
Quadro 7 - Opinião dos professores sobre o conselho bimestral 95
Quadro 8 - Como os professores trabalham a autoestima do aluno do PA 96
Quadro 9 - Como o professor faz o registro e acompanhamento dos alunos do PA 99
Quadro 10 - Motivos pelos quais a escola ainda enfrenta problemas de abandono no PA nos anos finais do EF 101
Quadro 11 - Causas do abandono nas turmas do PA nos anos finais do EF 101
Quadro 12 - Opinião dos professores sobre as causas de abandono nas turmas do PA nos anos finais do EF 102
Quadro 13 - Opinião dos alunos se as ações do PA ajudam a manter-se motivados a frequentarem as aulas 106
Quadro 14 - Motivos da infrequência dos alunos no PA 107
Quadro 15 - Sugestão de melhorias para o PA 108
Quadro 16 - Avanços e dificuldades na implementação do PA 111
Quadro 17 - Fatores que causam o abandono escolar nas turmas do PA 114
Quadro 18 - Plano de ação de capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA 117
Quadro 19 - Plano de ação de palestras para alunos do projeto e pais 118
Quadro 20 - Plano de ação para criação de agenda de visita aos alunos faltosos 120
Quadro 21 - Plano de ação para reunião sobre o andamento do PA 121
Quadro 22 - Plano de ação para mostra de trabalhos com projetos 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção no Brasil 19
Tabela 2 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção no estado do Amazonas 21
Tabela 3 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção na Escola Alfa 23
Tabela 4 - Matriz curricular nos anos finais do EF do Projeto Avançar a partir de 2013 36
Tabela 5 - Matrícula por série da Escola Alfa – 2015 42
Tabela 6 - Número de turmas do PA da Escola Alfa de 2011 a 2016 43
Tabela 7 - Taxa de matrícula dos alunos do PA nos anos finais do EF de 2012 a 2016 43
Tabela 8 - Taxas de rendimento do PA nos anos finais do EF da Escola Alfa 46
Tabela 9 – Quantidade de alunos do Projeto Avançar dos Anos Finais do EF que abandonaram a escola 47
Tabela 10 – Alunos matriculados no Projeto Avançar da Escola Alfa 61
Tabela 11 - Progresso dos alunos do PA nos anos finais do EF 62

LISTA DE ABREVIATURAS

AV	Avançou
AVM	Avançou Muito
BNC	Base Nacional Comum
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
DEPPE	Departamento de Politicas e Programas Educacionais
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
GENF	Gerência de Ensino Fundamental
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituo Nacional de Pesquisa Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LP	Língua Portuguesa
MAT	Matemática
NAV	Não Avançou
PAA	Programa de Aceleração da Aprendizagem
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PA	Projeto Avançar
PPP	Projeto Politico Pedagógico
PTA	Projeto Tempo de Acelerar
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ALFA 18

1.1 A DISTORÇÃO IDADE/ANO, A REPROVAÇÃO E O ABANDONO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO 18

1.2 O CONTEXTO AMAZONENSE E A ESCOLA ALFA 20

1.3 O PROJETO AVANÇAR E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS REDES DE ENSINO 24

1.3.1 O Programa de Aceleração da Aprendizagem no cenário nacional e redes públicas de ensino 24

1.3.2 O Projeto Avançar no cenário amazonense 27

1.4 CONHECENDO O PROJETO AVANÇAR 30

1.4.1 Apresentação e Base legal 31

1.4.2 Aspectos operacionais 32

1.4.3 Aspectos metodológicos 35

1.5 A ESCOLA ALFA E OS ASPECTOS OPERACIONAIS DO PROJETO AVANÇAR 38

1.5.1 A Escola Alfa e o Projeto Avançar 38

2 AS IMPLICAÇÕES DO PROJETO AVANÇAR E OS ASPECTOS ANALITICOS E METODOLÓGICOS 50

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 50

2.2 O PROJETO AVANÇAR ENQUANTO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO FRACASSO ESCOLAR 54

2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA 60

2.3.1 A visão da gestora 60

2.3.2 A visão da pedagoga 71

2.3.3 A visão da supervisora pedagógica da CDE 02 79

2.3.4 A visão dos professores que atuam no Projeto Avançar 87

2.3.5 A visão dos alunos que estudam no Projeto Avançar 104

2.3.6 Achados da pesquisa 110

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL 113
3.1 RETOMANDO O CASO E OS RESULTADOS DA PESQUISA 113
3.2 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA MELHORAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PA NA ESCOLA ALFA 114
3.2.1 Capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA 115
3.2.2 Cronograma de palestras para alunos e pais de alunos 117
3.2.3 Criação de uma agenda de visita mensal aos alunos faltosos 119
3.2.4 Cronograma de reunião bimestral para avaliar o andamento do projeto 120
3.2.5 Mostra de trabalhos com projetos 121

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 126

APÊNDICES 133

INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil nas últimas décadas tem passado por mudanças na tentativa de encontrar caminhos viáveis para solucionar problemas que ainda persistem no cotidiano da sala de aula e que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. Problemas como a repetência e o abandono escolar têm gerado discussões nas diversas instâncias educacionais, pois resultam em uma questão maior, que é a da distorção idade/ano. Apesar do esforço do poder público, por meio de programas de combate ao fracasso escolar, e das redes de ensino, com a implementação de projetos oriundos de tais programas nas escolas, os problemas ainda persistem.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Censo Escolar de 2013 mostrou que a taxa de reprovação no ensino fundamental (EF) foi de 6,9% nos anos iniciais e 12,3% nos anos finais e no ensino médio (EM), 12,8%. Quanto ao abandono, no mesmo período, a taxa foi de 1,3% nos anos iniciais no EF, 4% nos anos finais e 9,2% no ensino médio. Esses números mostram o quanto ainda deve ser feito para melhorar a educação no Brasil. Com relação à distorção idade/ano, as taxas ficaram em 15% nos anos iniciais (EF), 28% nos anos finais (EF) e 32% no EM.

Vale ressaltar que os percentuais citados têm gerado consequências negativas para a educação, uma vez que o aluno que reprova ou abandona a escola acaba fazendo parte de outra estatística preocupante: a distorção idade/ano.

Para combater o problema apresentado, melhorando o quadro da distorção idade/ano escolar, o poder público passou a implementar algumas políticas educacionais. No contexto nacional, o marco inicial foi o ano de 1997, através do Programa Aceleração da Aprendizagem, que buscava atender a uma clientela de adolescentes e jovens com atraso escolar, visando corrigir a distorção idade/ano. Sua implantação foi uma das ações propostas aos sistemas públicos de ensino para combater o problema da repetência e incentivá-los a contemplarem suas escolas com o programa de correção de fluxo escolar.

No contexto regional, o Governo do Estado do Amazonas passou a combater o problema com o Projeto Tempo de Acelerar (PTA) e Projeto Avançar (PA). O primeiro funcionou entre os anos de 2001 a 2008 e tinha como alvo os alunos com distorção idade/ano nos ensinos fundamental e médio. Referendado pela Resolução

nº 082/01, o PTA era desenvolvido em parceria com a Fundação Roberto Marinho, que disponibilizava o material e a metodologia do Telecurso de 1º e 2º graus.

Já o PA passou a funcionar no ano de 2003 como um plano piloto dentro do Programa de Correção de Fluxo Escolar para atender aos alunos com distorção idade/ano nos anos finais do ensino fundamental.

Oficialmente, foi apresentado a toda sociedade em 2005 como Programa de Correção de Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Sua proposta era promover em um ano o avanço de estudos para os alunos com distorção idade/ano na rede estadual de ensino da capital. Atualmente, o Projeto Avançar contempla tanto a capital como o interior, atendendo às demandas dos anos iniciais do EF, com as fases 1 e 2, e dos anos finais do EF, com as fases 3 e 4.

Em Manaus, o Projeto é oferecido nas sete coordenadorias que compõem a estrutura da SEDUC/AM. Dados de 2015 mostram que ele estava em funcionamento em 43 escolas, com 155 turmas e um total de 3782 alunos. Cabe notar que as coordenadorias são responsáveis por acompanhar as escolas na execução das ações planejadas pela rede de ensino. Cada uma delas conta com uma equipe formada, em geral, por professores ou pedagogo responsáveis pelas visitas pedagógicas às escolas.

Ao abordar as escolas que atuam no Projeto Avançar, foi destacada para estudo a Escola Alfa, parte da rede pública estadual do Amazonas, situada no âmbito da Coordenadoria Distrital 02. Ela faz parte do PA desde 2011, atendendo a alunos dos anos iniciais do EF com as fases 1 e 2 no turno vespertino e dos anos finais do EF com as fases 3 e 4 no matutino. Neste trabalho, contudo, o foco foram as turmas do PA nos anos finais do ensino fundamental.

Um problema que tem feito parte das estatísticas do rendimento dos alunos do projeto é o abandono, problema que, embora tenha reduzido significativamente, ainda continua com índices elevados. Dados da secretaria da escola (2016) revelam que, de 2011 a 2015, a taxa de abandono oscilou entre 25,9% e 16%. Os números demonstram, com isso, uma realidade preocupante nas turmas do projeto da Escola Alfa.

O interesse pelo caso em questão se justifica, profissionalmente, pelo fato de este pesquisador atuar no Projeto Avançar da Escola Alfa, nessa etapa de ensino, como professor de Matemática, desde 2014. Nesses dois anos de atuação, o que

tem incomodado é a percepção de que uma parcela grande dos alunos desiste do projeto ao longo das atividades propostas.

Informações coletadas na escola em questão mostram que, em 2011, ano de implantação do projeto, a taxa de abandono era de 20,7% e, em 2015, 16%, uma redução bem pequena. Apesar disso, o que se observa é que existe um problema que deve ser enfrentado. Faz-se necessário, portanto, destacar as seguintes questões para reflexão: quais ações a equipe gestora da Escola Alfa está desenvolvendo para que o Projeto Avançar supere o problema de abandono? Quais fatores têm dificultado o trabalho da equipe gestora no combate ao abandono nas turmas do PA? Qual é o papel de cada ator envolvido no desenvolvimento do PA?

Com base, então, nas perguntas apresentadas, a presente dissertação, a fim de analisar o abandono escolar nas turmas do PA nos anos finais do ensino fundamental da Escola Alfa, busca responder à seguinte questão norteadora: quais as dificuldades da equipe gestora da Escola Alfa para desenvolver ações que possam reduzir o abandono nas turmas do PA?

Com relação aos objetivos específicos, a dissertação apresenta os seguintes: descrever o funcionamento do Projeto Avançar na Escola Alfa, analisar as dificuldades da equipe gestora com relação à redução do abandono nas turmas do PA nos anos finais do ensino fundamental e propor ações que contribuam para a equipe gestora reduzir o índice de abandono nessas turmas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o presente trabalho teve como abordagem a pesquisa qualitativa e como método de investigação, o estudo de caso. Foram usados como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, as entrevistas semiestruturadas e os questionários. Quanto aos sujeitos da pesquisa, participaram a gestora da escola, a pedagoga, a supervisora pedagógica responsável pelo projeto na Coordenadoria Distrital, nove professores que atuam no PA e 16 alunos do projeto.

A dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo 1 apresenta a abordagem do problema da distorção idade/ano, reprovação e abandono escolar no contexto nacional, seguido pelo contexto amazonense e pela Escola Alfa. Posteriormente, apresenta o Projeto Avançar e sua estrutura de funcionamento, bem como seu processo de implementação no estado do Amazonas. Discorre também sobre a Escola Alfa, considerando a sua estrutura física, administrativa e pedagógica e o desenvolvimento do PA entre 2011 e 2015.

O capítulo 2 aborda os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa e o referencial teórico que deu suporte para a discussão acerca do PA enquanto política de enfrentamento ao fracasso escolar e também as causas e consequências do abandono escolar. Além disso, neste capítulo também se encontram a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

No último capítulo, após a retomada do caso, é apresentado o Plano de Ação Educacional, no sentido de melhorar o processo de implementação do Projeto Avançar na Escola Alfa.

1 O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA ALFA

O presente capítulo tem como objetivo abordar o problema da distorção idade/ano, da reprovação e do abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental, fatores determinantes para a elevação dos índices do fracasso escolar. As discussões partem do contexto educacional brasileiro, passando pelo contexto amazonense e, em seguida, para o contexto escolar. Enfatizou-se os índices do abandono, da reprovação e da distorção em nível nacional, estadual e escolar, considerando os anos de 2011 a 2015.

Descreve-se neste capítulo o Projeto Avançar e o processo de implementação do Programa de Aceleração da Aprendizagem tanto no cenário nacional como local, além de apresentar a Escola Alfa nos seus aspectos físico, administrativo e pedagógico e discorrer sobre como se dá o Projeto Avançar na escola.

1.1 A DISTORÇÃO IDADE/ANO, A REPROVAÇÃO E O ABANDONO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A educação pública no Brasil nas últimas décadas tem sido alvo de ações por parte do poder público no sentido de superar problemas que permeiam o cotidiano das escolas e que tendem a afetar a vida escolar dos alunos. Dentre eles, destaca-se a distorção idade/ano, a reprovação e a questão do abandono, cujo reflexo são as elevadas taxas de estudantes fora da escola no Brasil.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) demonstram que, de 2011 a 2015, as taxas de reprovação nas escolas públicas tiveram pouca redução. Nos anos iniciais do ensino fundamental (EF), a taxa de reprovação foi de 8,1% em 2011 para 6,7% em 2015. Nos anos finais, a taxa era de 13,4% em 2011 e passou para 12,3% em 2015. Com relação ao abandono escolar, a taxa nos anos iniciais no EF, em 2011, era de 1,7%, sendo reduzida para 1,1% em 2015. Nos anos finais, era de 4,8% em 2011 e, em 2015, passou para 3,7%.

O reflexo dos números da repetência e do abandono ao longo dos anos indicados trouxe como consequência, no mesmo período, o aumento nas taxas de alunos com defasagem escolar. Com isso, a distorção idade/ano se transformou em

um dos problemas mais graves enfrentados pelas redes públicas de ensino na educação básica. Evidenciada em diferentes séries do ensino fundamental, isso tende a se agravar se ações efetivas e permanentes não forem priorizadas nessa etapa de ensino. A tabela 1 a seguir mostra o panorama do problema da distorção, reprovação e abandono nos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental nas redes públicas urbanas do Brasil.

Tabela 1 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção no Brasil

		2011	2012	2013	2014	2015
ANOS INICIAIS DO EF	REPROVAÇÃO	8,1%	7,7%	6,9%	7,0%	6,7%
	ABANDONO	1,7%	1,6	1,3%	1,2%	1,1%
	DISTORÇÃO	17%	16%	15%	14%	15%
ANOS FINAIS DO EF	REPROVAÇÃO	13,4%	12,8%	12,3%	12,8%	12,3%
	ABANDONO	4,8%	4,7%	4,0%	4,1%	3,7%
	DISTORÇÃO	30%	30%	29%	29%	30%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Inep/MEC (2016).

Ao fazer uma leitura da tabela 1, é possível perceber que as taxas de reprovação no Brasil, entre os anos de 2011 e 2015, pouco reduziram. Nos anos iniciais, por exemplo, a redução foi de apenas 1,4 pontos percentuais ao longo dos cinco anos. Comparando os índices dos três primeiros anos, observa-se que as taxas de reprovação estavam decaindo, ainda que bem pouco. No entanto, em 2014, os índices voltaram a crescer, reduzindo novamente em 2015, mostrando uma relativa oscilação nessa fase.

Nos anos finais, a tabela 1 mostra que o problema da reprovação também pouco reduziu: apenas 1,1 pontos percentuais, comparando 2011 e 2015. Vale ressaltar que apesar da queda ainda há um esforço grande a ser feito para continuar reduzindo as taxas de reprovação.

Com relação ao abandono, percebe-se pelos dados da tabela que as taxas nos anos iniciais do EF tiveram os índices reduzidos. Mesmo assim, a taxa de abandono aponta que o problema ainda persiste, o que mostra a necessidade de mais esforço das redes públicas no sentido de minimizá-los. Já nos anos finais, a tabela indica que as taxas de abandono reduziram até 2013 e, em 2014, voltaram a crescer, diminuindo novamente em 2015.

A tabela mostra ainda que não há uma regularidade na redução dos índices do abandono escolar no Brasil. De 2011 para 2012, por exemplo, as taxas decaíram apenas 0,1% e em 2013, 0,7%, maior redução no período pesquisado. Contudo, em

2014, elas voltaram a crescer, dando mostras de que o trabalho de combate ao problema de abandono escolar no Brasil exige maior atenção por parte do poder público.

Sobre a distorção idade/ano indicada na tabela 1, observa-se que os anos iniciais são o que apresentam menor índice. Nessa etapa de ensino, as taxas estão em constante redução até 2014, embora ela seja de apenas 1% de um ano para o outro. Há que se considerar, ainda, a taxa de 2% de redução entre 2011 e 2015, um índice baixo para um período de cinco anos. Cabe ressaltar que os anos iniciais deveriam ter um acompanhamento maior, uma vez que essas distorções acabam refletindo nos anos finais do EF.

Quando se trata dessa etapa de ensino, percebe-se que as taxas de distorção estão muito acima dos anos iniciais. Não houve no período analisado grandes mudanças na redução, uma vez que a taxa era de 30% em 2011 e passou para 29% em 2013 e 2014. Outra situação a ser destacada diz respeito às taxas de redução, que ao longo dos cinco anos pouco alterou, reduzindo 1% em 2013, mantendo-se constante em 2014 e voltando a crescer em 2015.

Comparando os índices de distorção dos anos finais com os anos iniciais da tabela 1, pode-se ressaltar que os dos anos finais estão sempre acima dos anos iniciais. Isso demanda um esforço ainda maior no sentido de reduzir as taxas de abandono nos anos finais do EF.

1.2 O CONTEXTO AMAZONENSE E A ESCOLA ALFA

Se no contexto brasileiro há graves problemas educacionais, no contexto regional não é diferente. Problemas como abandono escolar, reprovação e distorção idade/ano também fazem parte da realidade educacional do estado do Amazonas. As estatísticas têm mostrado que o panorama pouco foi alterado em nível regional de 2011 a 2015, o que é uma questão a ser investigada, uma vez que foram investidos recursos financeiros, mas os problemas continuaram, aumentando ainda mais o desgaste do processo educacional.

Ao abordar o problema da reprovação, por exemplo, dados do INEP (2016) revelam que tais taxas nos anos iniciais do EF no estado do Amazonas, entre os anos de 2011 e 2015, ficaram entre 12,2% e 7,2% (mínima), valores acima dos índices nacionais indicados na tabela 1. Nos anos finais do EF, no mesmo período,

as taxas de reprovação foram de 8,7% e 7,1%, valores também acima dos índices nacionais.

Quando o assunto é abandono escolar, o INEP mostra que, entre os anos de 2011 e 2015, as taxas de abandono nos anos iniciais ficaram entre 4,2% e 2,7% e nos anos finais, entre 9,1% e 6,3%, indicando uma demanda de alunos fora da escola, problema a ser enfrentado no estado. Ao analisar a distorção, o INEP revela que nos anos iniciais houve uma redução de 24% para 23%, enquanto nos finais foi de 44% para 39%. A tabela 2 representa o panorama da reprovação, do abandono e da distorção no estado do Amazonas.

Tabela 2 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção no estado do Amazonas

		2011	2012	2013	2014	2015
ANOS INICIAIS DO EF	REPROVAÇÃO	12,2%	11,5%	9,3%	7,7%	7,2%
	ABANDONO	4,2%	4,0%	3,3%	3,0%	2,7%
	DISTORÇÃO	24%	23%	22%	21%	23%
ANOS FINAIS DO EF	REPROVAÇÃO	8,7%	9,0%	8,9%	8,6%	7,1%
	ABANDONO	9,1%	9,0%	8,1%	6,9%	6,3%
	DISTORÇÃO	44%	42%	40%	37%	39%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Inep/MEC (2016).

Os dados da tabela 2 indicam que os índices de reprovação nas escolas do estado do Amazonas sofreram uma redução gradativa ao longo dos cinco anos pesquisados. Nos anos iniciais, por exemplo, essa redução foi de 5% entre 2011 e 2015, valor considerado razoável se comparado aos índices nacionais de 2,2% de redução no mesmo período. Com relação aos índices em cada ano, percebe-se que 2013 foi o ano de maior redução nas taxas de reprovação nos anos iniciais, atingindo 2,2% com relação ao ano anterior. Já a menor redução aconteceu em 2015: 0,5% em relação ao ano de 2014. Quando comparado com os anos finais, as taxas de redução dos anos iniciais (5%) estão bem acima dos 1,6%.

Ao tecer considerações em relação à reprovação indicada na tabela 2, percebe-se que as taxas nos anos finais sofreram pequenas alterações nesses cinco anos. Levando-se em consideração os anos de 2011 a 2015, foram 1,6% de redução, valor considerado baixo se comparado às taxas os 5% dos anos iniciais. No entanto, quando comparado aos índices nacionais, essa mesma variação está acima dos 1,1% indicados na tabela 1. Há que se destacar ainda que as taxas de reprovação nos anos finais do EF no estado ao Amazonas estão sempre acima dos

índices nacionais ao longo dos cinco anos pesquisados, conforme indicado na tabela 1.

Em relação ao abandono escolar, os dados apresentados na tabela 2 mostram que essas taxas foram reduzidas no estado. Nos anos iniciais, essa redução foi de 1,5% entre os anos de 2011 e 2015. Embora seja um valor que poderia ser melhor para um período de cinco anos, está muito acima da taxa de redução em nível nacional: 0,6% no mesmo período. Além disso, quando comparado aos índices de abandono em cada ano pesquisado, percebe-se que os do estado estão sempre acima dos nacionais.

Quando se trata dos anos finais, cabe notar que os índices de abandono no estado são maiores que os nacionais, de acordo com o indicado na tabela 1. No entanto, a taxa de redução ao longo de 2011 a 2015 foi 2,8%, bem acima da redução nacional no mesmo período, cujo valor foi de 1,1%. Importante notar que 2014 foi o ano em que houve maior variação na redução das taxas de abandono, atingindo 1,2% com relação ao ano anterior.

Quanto ao problema da distorção idade/ano no Amazonas, a tabela 2 mostra que as taxas nos anos iniciais estão bem abaixo das taxas da distorção dos anos finais do ensino fundamental. Percebe-se também que as taxas de abandono reduziram de forma constante entre 2011 e 2104, voltando a crescer em 2015. Nesse caso, é possível concluir que pode ter aumentado a demanda de alunos com distorção, causada pelo abandono e reprovações. Observa-se ainda que a variação no período pesquisado foi de 1%, valor baixo se comparado aos 5% de variação dos anos finais no mesmo período.

Em relação aos anos finais do EF, pode-se perceber também que as taxas de abandono reduziram até 2014, voltando a crescer em 2015, mostrando que, a exemplo dos anos iniciais, pode ter aumentado a demanda de alunos com distorção, causada pelas reprovações e abandono. Ressalta-se ainda que as taxas de distorção dos anos finais do Amazonas estão bem acima das nacionais.

Os índices apresentados na tabela 2 mostram uma realidade que o estado do Amazonas enfrenta na educação, muitas vezes reflexo das escolas, que enfrentam os mesmos problemas. É o caso, por exemplo, da Escola Alfa, cujos índices mostrados na tabela 3 retratam bem o problema da reprovação, abandono e distorção idade/ano entre os anos de 2011 e 2015.

Tabela 3 - Taxa de reprovação, abandono escolar e distorção na Escola Alfa

		2011	2012	2013	2014	2015
ANOS INICIAIS DO EF	REPROVAÇÃO	0,3%	5,9%	2,3%	5,3%	2,6%
	ABANDONO	4,5%	1,6%	1,4%	3,4%	3,5%
	DISTORÇÃO	19%	10%	11%	9,8%	24%
ANOS FINAIS DO EF	REPROVAÇÃO	3,5%	20,9%	3,7%	5,0%	2,4%
	ABANDONO	10,7%	9,5%	7,8%	4,2%	7,7%
	DISTORÇÃO	49%	52%	46%	36,5%	31%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Inep/MEC (2016).

De acordo com a tabela supracitada, é possível perceber que a reprovação na Escola Alfa não tem uma regularidade na redução dos índices. Observa-se de 2012 para 2013, houve um decréscimo bem significativo, o que não se manteve no ano seguinte, mas voltou a acontecer em 2015. Se compararmos os índices do início da pesquisa (2011) até o final (2015), a conclusão a qual se chega é que os números da reprovação tiveram aumento de 2,3% pontos percentuais. Quando se observa o mesmo problema nos anos finais, percebe-se que as taxas também são irregulares, ou seja, no início da pesquisa houve aumento, depois reduziu, voltando a aumentar no ano seguinte e reduzindo novamente no último ano da pesquisa. Vale destacar que os índices de reprovação nos anos finais mantiveram-se sempre abaixo dos índices do Amazonas e Brasil (ver tabela 1 e 2). Nos anos finais, as taxas de reprovação da Escola Alfa também estiveram abaixo das do Amazonas e Brasil, com exceção do ano de 2012.

Em relação ao abandono, os índices da tabela 3 em relação aos anos iniciais mostram a escola com índice geral acima da média do Amazonas e Brasil. Com exceção de 2012 e 2013, quando eles estão abaixo ou igual aos do estado e país, os outros anos (2011, 2014 e 2015) os mostram sempre acima. Nos anos finais do EF, ela indica que tais índices estiveram acima dos do Amazonas e Brasil nos anos de 2011, 2012 e 2015. Outro dado a ser observado foi a redução dos índices de abandono na escola até 2014, voltando a aumentar em 2015.

Sobre a distorção idade/ano, a tabela 3 mostra que, de forma geral, as taxas de distorção devem ser melhoradas. Nos anos iniciais, por exemplo, elas já diminuíram bastante, reduzindo de 19% em 2011 para 9,8% em 2014, porém voltaram a subir para 24% em 2015, dando mostras de que pode ter aumentado a demanda de alunos com distorção, causadas pelas reprovações e abandono escolar ou que a escola tenha recebido alunos de outras escolas já em distorção. Apesar do valor elevado no último ano da pesquisa, percebe-se, de modo geral, que as taxas

de distorção na Escola Alfa mantiveram-se abaixo das taxas do Brasil e do Amazonas.

Já nos anos finais, a situação da distorção na escola pesquisada é ainda mais critica, chegando a atingir em 2012 mais de 50% dos alunos com distorção idade/ano. Além disso, há que se considerar que de 2012 até 2015 a escola não conseguiu reduzir nem pela metade o índice da distorção. Ressaltam-se ainda as oscilações ocorridas nas taxas de distorção ao longo do período pesquisado, que podem estar relacionadas a uma maior ou menor demanda de alunos matriculados na escola já em distorção, causada pelas reprovações ou abandono escolar. Apesar da elevada taxa de distorção, observa-se que nos três últimos anos houve redução nos anos finais do EF, o que indica que, ainda que de forma lenta, as taxas de distorção estão diminuindo.

1.3 O PROJETO AVANÇAR E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO NAS REDES DE ENSINO

Os dados estatísticos apresentados nas tabelas 1, 2 e 3 mostram uma realidade na educação tanto em nível nacional como estadual que precisa com urgência de ações do poder público, a fim de alcançar índices melhores que os mostrados nas tabelas 1, 2 e 3. Nesse sentido, é fundamental a implementação de politicas educacionais capazes de reverter os problemas ora detectados. Por meio da implementação dessas políticas, é possível alterar as taxas de reprovação, abandono e distorção, que são as responsáveis pelo fracasso escolar nas diversas redes de ensino.

1.3.1 O Programa de Aceleração da Aprendizagem no cenário nacional e redes públicas de ensino

Dados como os apresentado nas tabelas 1, 2 e 3 têm levado os governos a implementarem políticas públicas com o objetivo de promover a inclusão de estudantes que não concluíram os estudos na idade certa. Com a constatação da realidade apresentada, foi necessária a implantação de políticas capazes de superar os problemas de repetência e evasão. Nesse sentido, dois instrumentos foram fundamentais para fortalecer as políticas voltadas para a educação: a Constituição Federal de 1988 que, no artigo 206, destaca que o ensino será ministrado com base

no principio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e a LDB 9394/96, que no artigo 4º indica que é dever do estado com a educação escolar pública e será efetivado mediante a garantia de “IV. acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não o concluíram na idade própria”.

Com a CF e a LDB respaldando o poder público na formulação de políticas educacionais, o contexto nacional, com diversas ações de seus administradores, passou ser o ponto de partida para a melhoria da educação no Brasil. Para isso, uma das iniciativas apresentadas pelos sistemas público de ensino para combater a exclusão escolar e oportunizar aos estudantes que estavam fora do processo escolar foi a criação de programas destinados a alunos com defasagem escolar.

Assim, coube ao Governo Federal a iniciativa de implantar um programa para incentivar estados e municípios a desenvolverem ações voltadas para a correção da distorção idade/ano, que recebeu o nome de Aceleração da Aprendizagem. Seu principal objetivo era acelerar os estudos dos alunos com defasagem escolar. Sua implantação foi respaldada no artigo 23 da LDB 9394/96:

> A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

O Programa de Aceleração da Aprendizagem (PAA) foi implantado pelo Governo Federal no ano de 1997 com a proposta de reduzir as estatísticas da distorção idade/ano, muito presentes naquele período. Coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), o programa possibilitava aos alunos com atraso escolar de dois ou mais anos a oportunidade de corrigir essa defasagem. Conforme Prado (2000 apud LÜCK; PARENTE, 2007), ele tinha como foco reduzir os índices de repetência no ensino fundamental, melhorar a qualidade da educação nesse nível de ensino e promover o acesso ao ensino médio aos alunos que completaram o ensino fundamental.

Através do programa, o aluno poderia melhorar a aprendizagem e, consequentemente, corrigir a distorção idade/ano. Além disso, o programa tinha como finalidade possibilitar aos sistemas de ensino público, tanto estadual como municipal, condições adequadas para combater o fracasso escolar. Segundo Lück e

Parente (2007, p. 8), o programa visava ainda à superação de injustiças sociais e econômicas existentes nos alunos em situação de fracasso escolar.

> O programa Aceleração da Aprendizagem caracteriza-se pela organização de classes especiais de alunos, com dois ou mais anos de atraso nos estudos, de modo a eles receberem um ensino por meio de uma pedagogia alternativa à normalmente aplicada aos demais colegas. Esta pedagogia depende de uma combinação de fatores tais como uma metodologia dinâmica, materiais pedagógicos especiais e condições de ensino adequadas, voltados para permitir aos alunos desfrutar de experiências exitosas de aprendizagem capazes de fazê-los progredir em sua escolaridade.

Como forma de dinamizar o processo de ensino e facilitar a aprendizagem, o PAA adota uma proposta pedagógica diferenciada. As estratégias de ensino valorizam a participação do aluno, por meio dos relatos e experiências escolares, e as atividades em sala de aula permitem o uso de material diferenciado a fim de envolver o aluno, uma vez que ele é o foco maior no processo de aprendizagem. Importante também destacar o professor no desenvolvimento do programa, sendo ele o responsável por envolver o aluno nas atividades pedagógicas e motivá-lo a participar efetivamente do processo de ensino e aprendizagem.

Com a implantação do PAA nas esferas estadual e municipal, as escolas públicas têm a possibilidade de desenvolver ações mais efetivas, capazes de mudar a realidade em que se encontram essas instituições, melhorando também as condições de ensino e aprendizagem dos alunos à margem do processo escolar. Além disso, por meio da aceleração de estudo, eles têm a possibilidade de melhorar sua situação econômica.

Seguindo a orientação do Governo Federal, estados e municípios passaram a adotar em seus programas de governo políticas educacionais voltadas para o combate ao fracasso escolar. No estado de Minas Gerais, por exemplo, foi implantado o Projeto Acelerar para Vencer (PAV) no ano de 2008, com o objetivo de reduzir as taxas de distorção, sanando os problemas de aprendizagem e melhorando o desempenho dos alunos, contribuindo, assim, para a recuperação do tempo perdido ao longo da sua vida estudantil.

Barbosa (2011) estudou a realização do PAV no município de São João Del Rei, visando analisar a efetividade da implantação do programa em uma unidade escolar, no período de 2009 a 2012. As conclusões da autora demonstraram que o PAV não foi implementado de acordo com a proposta oficial do programa,

levando à conclusão de que os objetivos do programa não estavam sendo alcançados.

No estado de Goiás, Hanum (2010) apresenta um estudo sobre a PAA no município de Rio Verde (GO), analisando pedagogicamente os objetivos propostos e os resultados alcançados. A proposta era verificar se os alunos egressos das classes de aceleração continuavam frequentando o ensino regular e se o desempenho era o mesmo dos demais alunos. As conclusões da autora mostraram certo distanciamento entre os objetivos propostos e os efetivamente alcançados.

Com isso, observa-se que os estados têm buscado implementar políticas educacionais no sentido de corrigir os problemas presentes em cada realidade. No entanto, o retorno da execução tem deixado a desejar no cumprimento dos objetivos propostos. Segundo Barbosa (2011), por exemplo, em Minas Gerais, o PAV não conseguiu reduzir as taxas de distorção idade/ano de escolaridade, não garantindo a aprendizagem necessária para que os alunos fossem reintegrados no ensino regular. Também em Goiás, a maioria dos alunos não deu continuidade ao ensino regular e aqueles que deram sequência aos estudos permaneceram com rendimento insatisfatório e baixa qualidade na aprendizagem, resultando, em alguns caos, em mais uma repetência.

Pelos estudos expostos, o que se pode perceber é a falta de um trabalho mais efetivo na execução das ações dos programas educacionais de combate ao fracasso escolar, precisando, assim, de aprimoramento. Ressalta-se também que estados e municípios devem ser os responsáveis pela formulação desses programas, com um monitoramento efetivo para corrigir possíveis falhas na implantação, permitindo, assim, que uma parcela da sociedade excluída do processo de ensino tenha a oportunidade de prosseguir seus estudos.

1.3.2 O Projeto Avançar no cenário amazonense

A criação de um programa de combate ao fracasso escolar também se deu no cenário amazonense. Atendendo às orientações do Governo Federal em adotar políticas de combate ao fracasso escolar, o estado tem buscado alternativas para o enfrentamento de problemas relacionados à educação. Prova disso são os projetos implementados com o objetivo de corrigir a distorção idade/ano, dentre os quais se

destaca o Projeto Tempo de Acelerar (PTA) e o Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar (PA).

O Projeto Tempo de Acelerar (PTA) foi uma proposta pedagógica de combate ao fracasso escolar nas escolas estaduais, criado em 2001. Segundo a Resolução nº 082/01 do CEE, o PTA foi criado para atender às necessidades da educação básica no que concerne à correção de fluxo nas etapas dos ensinos fundamental e médio do sistema estadual de ensino.

Segundo estudos de Ferreira (2011), o Projeto Tempo de Acelerar (PTA) foi desenvolvido no período de 2001 a 2008 pela SEDUC-AM, com material e metodologia baseados no Telecurso de 1º e 2º graus da Fundação Roberto Marinho. Ele foi implantado na comunidade escolar com o intuito de ajudar os jovens e adultos a concluírem seus estudos de forma rápida para poder ingressar no mercado de trabalho.

A autora destaca também que para atuar no projeto o professor tinha de ter conhecimento de todos os componentes curriculares básicos da grade curricular nacional, uma vez que ministraria todos os conteúdos correspondentes ao ensino fundamental ou médio, em um espaço de um ano para a mesma turma. O material a ser trabalhado em sala de aula era organizado em apostilas e fitas VHS. Além disso, era dele cobrado que, ao final do módulo trabalhado, todos os alunos deveriam ser aprovados. Com isso, eles teriam o certificado de conclusão do ensino fundamental ou ensino médio, condição necessária para que conseguissem um emprego.

Entretanto, o PTA foi perdendo força ao longo dos anos devido à forma como foi inserido nas políticas educacionais do Amazonas.

> O PTA não foi bem recebido pelos técnicos de educação da SEDUC/AM pelo fato de ter nascido fora desta instituição e por não ter sido objeto de discussão do grupo de especialistas responsáveis da mesma, mas de um acordo macro entre o governo do Estado e uma instituição particular: Fundação Roberto Marinho (FERREIRA, 2011, p. 48).

Ainda que não se tenha encontrado na literatura ou documento a justificativa para o funcionamento de dois programas de aceleração da aprendizagem, percebe-se que, com a falta de apoio na implementação do PTA, pelo número da evasão e por não haver convencimento no alcance da aprendizagem esperada, o programa foi perdendo credibilidade ao longo dos anos.

Diante da situação apresentada em relação ao PTA e pela necessidade de se combater o problema da distorção no Amazonas, é possível que o poder público tenha tomado a iniciativa de elaborar outro programa – agora com a participação de técnicos do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) – capaz de auxiliar na aceleração de estudos. Ele recebeu o nome de Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar, porém teve como foco somente o ensino fundamental, corrigindo a distorção e colocando o aluno na série compatível com a sua idade, diferentemente do PTA.

De acordo com a sua proposta curricular (2005), o Programa de Correção de Fluxo Escolar foi implantado no Amazonas em 2005 após a divulgação dos índices de distorção do ano de 2003. Nesse período, dados coletados pelo setor de estatística da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas demonstravam que, dos 107.222 alunos matriculados na capital entre o 6º e o 9º anos, 68.474 apresentavam defasagem idade/ano superior a dois anos, o que equivale a 64,1% das matrículas do ano de 2003.

Tendo em vista o quadro educacional configurado, a SEDUC/AM lançou em 2005 o Programa de Correção de Fluxo Escolar - Projeto Avançar, com uma metodologia diferenciada para os estudantes com distorção idade/ano nos anos finais do ensino fundamental. O projeto surgiu com a finalidade de promover, em um ano, o avanço dos estudos de uma parcela de jovens que faziam parte das elevadas taxas de defasagem escolar em Manaus.

O Projeto Avançar foi lançado, inicialmente como um plano piloto, com ação específica destinada a corrigir a defasagem idade/ano em 20 escolas da rede estadual, beneficiando 600 alunos do 6º ao 9º ano. Cada escola estruturou uma turma do projeto, composta por 30 alunos cada. Essas turmas deveriam ser assumidas pelos novos professores concursados em 2005. Entretanto, com a demora na posse, foi necessário compor um novo quadro, reduzindo para dez escolas beneficiadas. Vale ressaltar que nessa nova distribuição permaneceram 20 turmas com 30 alunos cada.

O acompanhamento da execução do PA nas escolas é realizado pela secretaria de educação, que conta com o suporte das sete Coordenadorias Distritais. Dentre as localizadas em Manaus, destaca-se a Coordenadoria Distrital de Educação 02, que engloba a escola selecionada para a realização da presente pesquisa.

A CDE 02 foi instituída sob a Lei Delegada nº 08, de 5 de julho de 2005, e têm como perfil educacional promover ações de excelência a fim de contribuir para a elevação da qualidade da educação do estado do Amazonas. Dela fazem parte uma Coordenadora Geral, um Coordenador Administrativo, três Coordenadoras Adjuntas Pedagógicas (uma por segmento) e técnicas e supervisores que realizam funções administrativas e pedagógicas.

Sob a coordenação da CDE 02 estão 788 turmas distribuídas em 37 escolas, atendendo a um total de 28.168 alunos, segundo dados do SIGEAM (2016). Do total das escolas citadas, nove ofereciam o PA em 2015, com 17 turmas, sendo duas de fase 1, cinco de fase 2, três de fase 3 e sete de fase 4, totalizando 394 alunos. No ano letivo de 2016, sete escolas passaram a oferecer o PA, com 12 turmas, sendo uma turma de fase 1, quatro de fase 2, uma de fase 3 e seis de fase 4, totalizando 233 alunos.

Vale ressaltar que as escolas estaduais que atuam com as turmas do Programa de Correção de Fluxo Escolar na capital são determinadas pelas Coordenadorias Distritais, por meio de dados estatísticos obtidos no Censo Escolar e repassados à Gerência do Ensino Fundamental. Para a formação das turmas, a escola identifica os alunos que estejam cursando do 6º ao 8º ano, que apresentam defasagem idade/ano superior a dois anos por ano escolar e que tenham entre 15 e 21 anos, priorizando o de maior idade.

No que se refere às escolas estaduais no interior do estado que atuam com as turmas do Programa, elas também são determinadas previamente pelas Coordenadorias, por meio de dados estatísticos obtidos no Censo Escolar, e feita solicitação por ofício à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino para a implantação dessas turmas.

1.4 CONHECENDO O PROJETO AVANÇAR

Sendo a implementação do Projeto Avançar na Escola Alfa o objeto de estudo desta dissertação, faz-se necessário conhecer a sua estrutura de funcionamento, sua base legal e os aspectos operacionais, especialmente como se dá a seleção das escolas que desenvolverão o PA, como são organizadas as salas de aula, qual deve ser o perfil do educador e qual deve ser o papel do gestor e do pedagogo. Outro

aspecto a ser abordado é o metodológico, considerando a proposta pedagógica, o currículo, a metodologia, o sistema de avaliação e a forma de promoção.

1.4.1 Apresentação e Base legal

O Projeto Avançar é uma ação desenvolvida pelo Governo do Estado do Amazonas através da SEDUC/AM dentro do Programa Estadual de Correção do Fluxo Escolar no Ensino Fundamental. A finalidade do PA é promover, em um ano, o avanço de estudos para os jovens que se encontram em defasagem idade/ano.

A base legal do Projeto Avançar está fundamentada na Constituição Federal de 1988, que determina em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do estado. O artigo 208 reforça afirmando que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

A partir dessa determinação, a SEDUC/AM, em sua proposição relativa à correção de fluxo escolar, respalda-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, mais precisamente no capítulo II, artigos 23 e 24, em que há uma referência à educação básica.

Outro documento importante para compreender o contexto legal em que se insere o Projeto Avançar é a Resolução nº 83/2007, que garante o funcionamento do Programa de Correção do Fluxo Escolar de 2005 a 2010. Há ainda a Resolução nº 148/2010, que prorroga esse funcionamento (de 2011 a 2014), com a aprovação do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM). Também tem respaldo legal na Resolução de nº 01/2015 do CEE/AM, que prorrogou o funcionamento do Programa de Correção do Fluxo Escolar – Projeto Avançar a partir do ano letivo de 2015 até o final de 2019. Ressalta-se, ainda, a Resolução nº 20/2013 do CEE/AM, que aprova a Matriz Curricular do PA.

O Projeto tem como objetivo geral regularizar o processo escolar dos alunos do 1º ao 4º ano e do 6º ao 8º ano do ensino fundamental com distorção idade/ano e como objetivo específico viabilizar alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativa[1] e no fortalecimento da autoestima do aluno, além de

[1] Termo usado por Ausubel para se referir ao conteúdo aprendido e que tenha relação com o cotidiano do aluno.

promover o aluno, ao final do ano letivo, para o ano (série) em que apresente condições de prosseguimento regular de estudo (AMAZONAS, 2005).

De acordo com a proposta do Programa de Correção de Fluxo Escolar Anos Finais, o PA oportuniza aos alunos do 6º ano com distorção idade/ano a possibilidade de avançarem até o 9º ano, e para os alunos do 7º e 8º ano, até o 1º ano do ensino médio, promovendo, assim, a correção da distorção idade/ano.

1.4.2 Aspectos operacionais

De acordo com o PA, a Secretaria de Educação, o Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e a Gerência de Ensino Fundamental (GENF) têm a responsabilidade de adotar procedimentos e tomada de decisões de caráter operacional, juntamente com os gestores, pedagogos e educadores das escolas que atuarão nas classes do Projeto Avançar.

A GENF é a responsável por conduzir as ações de execução do PA, promovendo reuniões pedagógicas e dando suporte aos gestores, pedagogos e professores, além de acompanhar a equipe pedagógica no desempenho das turmas e buscar apoio da comunidade escolar, visando à correção do fluxo escolar dos alunos com defasagem. Já à equipe pedagógica, cabe dar suporte pedagógico ao professor, visitando as salas de aula, realizando reunião com os pais para orientar a respeito do projeto e acompanhar o desempenho dos alunos.

No que se refere às escolas selecionadas para atender ao Programa de Correção do Fluxo Escolar nos anos finais do EF, há que se ressaltar como critério para que ofereçam o projeto que elas evidenciem um elevado índice de alunos com distorção idade/ano escolar.

De acordo com o documento oficial as escolas da capital que participam do PA são determinadas pelas coordenadorias distritais por meio de dados estatísticos e repassados automaticamente à gerencia de ensino fundamental. No interior do Estado as escolas que participam do PA são determinada pelas coordenadorias com base nos dados estatísticos do Censo Escolar, em seguida é feita solicitação junto a Seduc/Am para que a escola implante o projeto.

No ano de 2003, quando o PA ainda era um projeto piloto, foram selecionadas 20 escolas com base nas estatísticas da Secretaria de Educação. Cada uma delas

formou uma turma com 30 alunos, beneficiando 600 alunos. Em 2005, foram feitos novos ajustes, o que gerou um novo quadro de escolas.

Os procedimentos a serem adotados na organização das classes do projeto preveem dois critérios: faixa etária e ano escolar. Os alunos matriculados na fase 1 são os que estão na faixa dos 9 aos 14 anos e que não foram alfabetizados ou que estejam no 2º ano do EF. A fase 2 contempla os alunos de 9 a 14 anos que foram alfabetizados e se encontram no 2º ano do EF, os alunos de 10 a 14 anos no 3º ano e os de 11 a 14 anos no 4º ano do EF. Alunos do 5º ano não fazem parte do programa de correção de fluxo escolar.

Os alunos matriculados na fase 3 devem ter idade entre 15 a 21 anos e cursar o 6º ano do EF e os alunos da fase 4 devem estar na mesma faixa etária, mas no 7º ano ou 8º ano. Os estudantes do 9º ano não podem ser matriculados nas turmas do programa.

Os aspectos operacionais do Projeto Avançar nos anos finais do EF ainda preveem qual perfil deve ter os profissionais que lidam diretamente com projeto no dia a dia da escola. Ao professor que atua no projeto cabe estimular o aluno para que eleve sua autoestima. Além disso, ele deve aplicar a metodologia do projeto com vistas a garantir o sucesso de todos os alunos matriculados. A responsabilidade, o compromisso e o entusiasmo são características adotadas no perfil do professor. Nesse sentido, destaca-se o que o documento diz com relação a como deve ser esse professor:

> Ter entusiasmo e compromisso para aceitar a proposta pedagógica. Estimular o aluno à busca do conhecimento. Promover o diálogo como fonte de aprendizagem. Respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno para suscitar a aprendizagem significativa (PROJETO AVANÇAR, 2005, p.12).

Diante disso, é importante reforçar que os resultados de aprendizagem e o interesse por parte dos alunos serão maiores, influenciando na melhoria do fluxo escolar. Além disso, a escola contribuirá para a redução no índice de distorção idade/ano na escola.

Com relação ao papel do gestor e do pedagogo, o programa destaca que esses profissionais são fundamentais para que o projeto tenha sucesso. Ao gestor(a), cabe o compromisso de apoiar os professores na sua operacionalização, incentivando o desenvolvimento das atividades em sala de aula. Segundo as orientações do documento oficial do projeto, é fundamental ainda que ele monitore

seu desenvolvimento, no sentido de verificar se está sendo executado de acordo com as diretrizes do Programa de Correção de Fluxo Escolar. Ele deve

> evidenciar postura de comprometimento com o sucesso dos alunos como compromisso de cidadania. Incentivar a comunidade escolar à busca da aprendizagem significativa. Provocar práticas educacionais que estimulem o sucesso escolar dos alunos. Promover reuniões periódicas com os responsáveis para mantê-los informado quanto ao desempenho dos alunos (PROJETO AVANÇAR, 2005, p.13).

O apoio do gestor (a) é fundamental para que o trabalho do professor em sala tenha resultados satisfatórios. A sua atuação no cotidiano da escola, resolvendo os conflitos e dando suporte para que os funcionários desempenhem suas funções de forma eficaz, torna possível que a escola melhore a qualidade dos serviços prestados à comunidade e conduza de forma mais apropriada o processo de ensino e aprendizagem. O reflexo disso é uma escola mais organizada na execução das ações pedagógicas e comprometida com o desenvolvimento educacional do aluno.

Quanto aos pedagogos, ressalta-se que o seu trabalho em parceria com o professor é importante para que as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala tenham maior alcance junto aos alunos. Nas reuniões de planejamento, é função do pedagogo orientar o docente no sentido de trabalhar os conteúdos por meio de estratégias que facilitem o aprendizado do aluno. Nas atividades avaliativas, é importante que ele se faça presente junto ao professor para discutir os resultados negativos e orientá-los na busca de alternativas para modificá-los. Suas principais funções, de acordo com o documento, são:

> estimular os professores à reflexão e a melhoria de sua práxis pedagógica. Acompanhar o rendimento escolar dos alunos e buscar sempre com a comunidade escolar alternativas para melhoria desse processo. Fomentar subsídios para que o professor desenvolva a sua prática pedagógica em sala de aula. Manter diálogo entre professores, alunos e os responsáveis (PROJETO AVANÇAR, 2005, p.14).

A estrutura do PA destaca ainda o papel do aluno dentro do contexto educacional. A sua participação e comprometimento na realização das atividades e também na frequência às aulas pode ser um diferencial na operacionalização adequada das ações do PA. Além disso, o seu envolvimento nas atividades pedagógicas contribui para melhorar o desenvolvimento cognitivo e as relações interpessoais. Importante apontar o que o projeto diz do aluno:

> Ser assíduo nas aulas. Ser responsável na entrega das suas tarefas escolares. Demonstrar interesse, autonomia e curiosidade em aprender. Participar das atividades pedagógicas. Ter boa conduta na escola. Relacionar-se bem com seus professores. Relacionar-se bem com seus colegas (PROJETO AVANÇAR, 2005, p.15).

Com a participação efetiva de professores, gestor(a) e pedagogo(a) orientando o aluno, mostrando a importância do estudo para o seu desenvolvimento intelectual e profissional e trabalhando os valores atitudinais, é possível que a escola forme estudantes com o perfil indicado no PA. Isso é fundamental para que a escola possa mostrar a eles que a educação é condição para vencer obstáculos e melhorar sua vida social e econômica.

1.4.3 Aspectos metodológicos

O Programa de Correção de Fluxo Escolar dos anos finais do EF, ao apresentar o Projeto Avançar no contexto escolar, destaca os aspectos metodológicos, como a parte pedagógica e o planejamento, a estrutura curricular, o sistema de avaliação e a promoção e metodologia, e como eles devem ser desenvolvidos.

No aspecto pedagógico, o projeto prevê um encontro mensal e bimestral, com a participação de professores e equipe pedagógica, para reflexão e troca de experiências sobre o Projeto Avançar. Seu objetivo é melhorar a prática pedagógica em sala de aula. O planejamento deve ser realizado mensalmente, levando-se em consideração as seguintes questões: o diagnóstico para detectar qual é o nível de conhecimento em que se encontra o aluno; os objetivos da aprendizagem do aluno; as metas que os direcionam para os resultados que se quer alcançar; as estratégias que indicam os passos e a metodologia para realizar as atividades e a avalição, na qual se especifica de que forma o aluno será avaliado. Segundo o PA (2005, p.19)

> Currículo ocupa um lugar central nos planos educacionais, pois é um elo entre os conhecimentos formais e saberes sociais, ou seja, entre o conteúdo programático e a prática pedagógica articuladas no planejamento (PROJETO AVANÇAR, 2005, p. 19).

A estrutura curricular do PA está respaldada na proposta curricular para a correção de fluxo escolar em vigor desde 2013, conforme Resolução nº 20/2013-CEE/AM. A tabela 4 mostra os componentes curriculares trabalhadas no PA dos anos finais do EF, na fase 4, bem como a carga horária semanal e anual de cada componente.

Tabela 4 - Matriz curricular nos anos finais do EF do Projeto Avançar a partir de 2013

	Componentes Curriculares	**S**	**A**
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	5	200
	Matemática	5	200
	História	3	120
	Geografia	3	120
	Ciências	3	120
	Educação Física	2	80
	Inglês	2	80
	Ensino Religioso	1	40
	Artes	1	40
Total Geral da Carga Horária		25	1000
Parte Diversificada	**Temas Transversais**		

Fonte: Documento oficial do projeto (2014).
Legenda: Carga Horária Semanal (S)
Carga horária Anual (A)

A tabela 4 mostra que os componentes curriculares com maior carga horária são Língua Portuguesa e Matemática e de menor carga horária, Artes e Ensino Religioso. Essa diferença mostra a importância das duas primeiras para o desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo. Com isso, é possível compreender que a quantidade de aulas dessas disciplinas se dá pelas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

> O ponto forte do Programa é o acesso ao domínio da leitura e escrita e também dos cálculos matemáticos como fator preponderante para o letramento, pois sabemos que um grande número de jovens não dominam a leitura e a escrita, nem os cálculos matemáticos, utilizando-os de maneira mecânica. Isso traz como reflexo a repetência e a evasão escolar (PROJETO AVANÇAR, 2005, p. 28).

Nesse sentido, espera-se que os professores do projeto que atuam nessas disciplinas consigam envolver os alunos através de estratégias que facilitem o processo de aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo matemático. Segundo o

PA, se o aluno consegue superar as dificuldades nas duas disciplinas citadas, então terá capacidade para desenvolver habilidades e avançar nos outros componentes da grade curricular. Com relação à parte diversificada, não há disciplinas específicas, por isso não há carga horária. No entanto, alguns temas contemporâneos são trabalhados de forma transversal.

Quanto ao processo de avaliação, o documento do projeto destaca que ele tem a finalidade de possibilitar que o aluno aprenda a desenvolver os seus conhecimentos, facilitando a aquisição de uma aprendizagem significativa para aplicar em sua vida. Importante ressaltar que, segundo o PA, o professor deve trabalhar a avaliação em uma perspectiva diagnóstica, contínua e formativa.

O sistema de avaliação do programa trabalha com os conceitos “Não Avançou” (NAV), “Avançou” (AV) e “Avançou Muito” (AVM), que pertencem a uma escala utilizada para todos os componentes curriculares da Base Nacional. Para os conceitos adotados, o projeto convencionou como medida numérica que o NAV corresponde às notas de 0 a 5,9, AV às notas de 6,0 a 7,9 e AVM de 8,0 a 10,0 pontos.

No rendimento final, os três conceitos são utilizados como critério de promoção para cada componente curricular. Por exemplo, se o aluno está na turma da fase 3 e recebe o conceito NAV, ele permanece na mesma série de origem (6º ano) ou continua no projeto. Com o conceito AV, ele avança para o 8º ano. Já com conceito AVM, ele vai para o 9º ano. Da mesma forma, em uma turma da fase 4, com o conceito NAV, o aluno permanecerá na mesma série de origem (7º ou 8º ano), com AV, avança para o 9º ano e se receber AVM, para o ensino médio.

Para os alunos com dificuldades de aprendizagem e que estão com conceito NAV, o professor deve sugerir atividades pedagógicas que “favoreçam a recuperação paralela de forma que o aluno seja capaz de reverter a sua dificuldade de aprendizagem e transformá-la em aprendizagem significativa” (PROJETO AVANÇAR, 2005, p. 22).

De acordo com o PA, a cada mês deverá ser realizada uma reunião pedagógica com todos os professores que atuam nas turmas do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos anos finais para avaliar a participação, a assiduidade e as condições de ensino e aprendizagem. Após esse momento, os professores farão um relatório que deverá ser assinado pelos professores, pedagogos ou apoio pedagógico e gestor(a) da escola.

Com relação à metodologia, o PA ressalta que deve ser priorizado o conhecimento prévio do aluno, permitindo a ele que desenvolva suas habilidades e competências no decorrer do processo. Como recurso pedagógico, o PA destaca que os livros didáticos servirão de subsídios pedagógicos para o educador no desenvolvimento das atividades em sala. A experiência de vida é o ponto de partida do processo e aprendizagem, uma vez que os conceitos e as experiências promovem mudanças no conhecimento existente, contribuindo para a construção de um novo conhecimento. O PA ainda orienta o trabalho com projetos interdisciplinares como forma de reforçar a aprendizagem e envolver os alunos nas atividades pedagógicas.

1.5 A ESCOLA ALFA E OS ASPECTOS OPERACIONAIS DO PROJETO AVANÇAR

A estrutura organizacional de uma instituição educacional é a base para que se construa uma escola capaz de atender, de maneira efetiva, às demandas de uma sociedade em constante mudança. A rotina de trabalho, a organização dos espaços e tempos para desenvolver as atividades pedagógicas, a relação de confiança entre equipe gestora e demais membros que fazem parte do dia a dia da escola refletem bem algumas características de um ambiente educacional que trabalha o processo de ensino e aprendizagem seguindo o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Por outro lado, a escola que não tem uma estrutura mínima para atender ao seu público, que não planeja as atividades com base em sua realidade, que tem um PPP apenas para cumprir uma exigência legal corre o risco de fracassar na tarefa de transmitir o conhecimento de forma organizada e de implementar de forma efetiva os projetos.

Por isso, importante se faz conhecer a Escola Alfa, considerando sua estrutura física, administrativa e pedagógica e seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Será exposto também como o PA está sendo desenvolvido na Escola Alfa, qual é o rendimento dos alunos e os aspectos que divergem da sua proposta.

1.5.1 A Escola Alfa e o Projeto Avançar

A Instituição Educacional Alfa foi criada pelo Decreto nº 17, de 11 de fevereiro de 1961. Pertencente à rede pública estadual do Amazonas, está vinculada à

Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Amazonas e faz parte da Coordenadoria Distrital de Educação 02 (CDE).

Inicialmente ela funcionou com o antigo curso primário, nos turnos matutino e vespertino, e, a partir de 1994, passou a oferecer o ensino de segundo grau não profissionalizante. Em 2000, funcionou nos três turnos, oferecendo o ensino fundamental no horário diurno e o médio no noturno. Atualmente, funciona apenas nos turnos matutino e vespertino, oferecendo o ensino fundamental de 1º ao 9º ano e o Projeto Avançar.

Sua estrutura física é composta por 12 salas de aulas, secretaria, diretoria, sala dos técnicos, sala dos professores, sala dos projetos, sala de multimídias, laboratório de informática, biblioteca, cozinha com depósito e refeitório, banheiros para uso dos alunos e alunas e para pessoas com deficiência física. Além disso, tem uma quadra, onde são realizadas as práticas de Educação Física e eventos cívicos, quadra de areia, sala de leitura, biblioteca e uma sala de informática. Quanto aos espaços, recursos e materiais disponíveis para desenvolver as atividades pedagógicas, a escola tem uma sala na qual funciona o reforço escolar, equipada com TV, projetor e material para aulas em mídias.

Com relação à estrutura administrativa, a escola tem uma gestora para os dois turnos da escola e uma pedagoga que atua somente no turno da manhã. Ela é composta por 40 professores, dos quais 27 são concursados, 11 contratados por meio de processo seletivo (PS) e dois designados para substituir professores de licença médica.

Quanto aos outros funcionários, há três na secretaria, sendo um deles a secretária da escola e as outras duas, auxiliares, atuando cada uma em um turno. A escola conta ainda com seis profissionais de serviços gerais, três merendeiras e um funcionário responsável por manter a disciplina no corredor. A segurança no portão de entrada é feito por um profissional de empresa terceirizada.

Em relação ao PPP, percebe-se a sua importância na organização da Escola Alfa. Ele foi elaborado para enunciar as diretrizes que norteiam o funcionamento das ações educacionais desenvolvidas no Triênio de 2014 a 2016, como a filosofia (missão, visão e valores), os objetivos, o fazer pedagógico e os projetos.

De acordo com ele, a filosofia mostra que a escola pertence a uma sociedade globalizada, que gera competitividade e exclusão social, na qual a maioria dos nossos alunos está em desvantagem econômica e social em relação a uma minoria.

A missão da escola visa assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na escola, formando cidadãos críticos e criativos, capazes de conviver e interagir na transformação da sociedade, e sua visão é promover melhorias, prezando a qualidade do ensino, a maneira como atende aos alunos e a competência profissional de cada membro da equipe.

Quanto aos valores, ela fundamenta-se em princípios éticos, políticos e filosóficos, buscando socializar com todos os membros envolvidos no processo de ensino e aprendizagem características como responsabilidade, respeito, dedicação, comprometimento, participação e companheirismo. Esses são valores trabalhados pela escola junto aos alunos do PA como forma de envolvê-los na construção do saber, valorizando ainda mais a escola como instituição que transmite o conhecimento cientifico e que trabalha no aluno a formação do ser integral, necessários para conquistas no mundo do trabalho.

O objetivo geral da escola é o de promover ações socioeducativas necessárias ao desenvolvimento de potencialidades dos estudantes, preparando-os para o exercício de sua cidadania, bem como aperfeiçoar a prática pedagógica e administrativa nas atividades intra e extracurriculares realizadas no Triênio de 2014 a 2016, visando elevar a qualidade do ensino.

Quanto ao aspecto pedagógico, o PPP destaca que ele consiste em otimizar a gestão da escola, dinamizando as atividades didático-pedagógicas, visando à eficiência e eficácia do processo educativo. Nesse sentido, a proposta contempla a construção de saberes significativos que permitam ao aluno uma postura crítica frente ao mundo, sendo capaz de ler a realidade de seu tempo e de transformá-la em melhorias de vida. Centrada na multiplicidade dos meios, a proposta prioriza a contextualização do ensino, a interdisciplinaridade, o respeito aos valores culturais, o espírito participativo, a ação coletiva e a ênfase nas avaliações diagnósticas e formativas.

Em relação aos projetos, o documento contempla, além do PA, outros projetos desenvolvidos para melhorar o conhecimento de seus educandos: o “Mais Educação”[2], que se constitui como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, ampliando a jornada escolar nas escolas públicas para, no

[2] Esse projeto não está funcionando em 2016.

mínimo, sete horas por dia; o “Jovem Cidadão”[3], do governo do estado, que tem como objetivo criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; o “Oportunidade e Renda”, constituído pela oferta intensiva de cursos de qualificação profissional de nível básico, com curta duração; e o “Oportunidade Digital”, que oferece cursos de informática básica, esses dois últimos em parceria com o Centro de Tecnologia do Amazonas (CETAM).

Há ainda as atividades pedagógicas, que são partes das disciplinas curriculares da escola, tais como aulas de reforço para alunos com dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, realizado no contra turno. Eles são indicados de acordo com o grau de dificuldades que apresentam. No entanto, em pesquisa informal, a professora de reforço relatou que a frequência dos alunos é muito baixa.

Em 2015 houve uma tentativa de implantar simulado bimestral em todas as turmas e disciplinas, mas ele só foi realizado no 1º bimestre. Segundo os professores que coordenavam essa ação, não foi possível continuar devido ao índice muito alto de reprovação dos alunos. Aconteceu também a I Feira de Geografia; visitas a reservas ambientais na Semana do Meio Ambiente; visitas a abrigos de idoso, como ação do projeto Educar Para Envelhecer; palestras com policiais do Ronda no Bairro; projeto em parceria com a Secretaria de Segurança, como forma de prevenir a violência e uso de drogas; palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e ação e combate à discriminação e ao preconceito quanto à orientação sexual e ao abuso e exploração de menores; visita a órgãos de preservação ambiental; passeata alusiva ao Dia Mundial pelo Meio Ambiente; I Mostra de Jogos Matemáticos; atividades alusivas ao dia do estudante e festa folclórica da escola. Todas essas atividades tiveram envolvimento dos alunos do PA.

Em 2016, os projetos em funcionamento foram Oportunidade Digital, Oportunidade e Renda, Projeto Amazonas Mais Conectado, Educar Para Envelhecer e Amigos do Meio Ambiente. Cabe apontar que os três últimos contam com maior participação dos alunos do PA.

Importante perceber, assim, que o sucesso do PA passa necessariamente pela forma como a escola trabalha os aspectos pedagógicos no cotidiano de sala de

[3] Esse projeto funcionou até 2014, sendo extinto em 2015.

aula. No entanto, para que se compreenda o funcionamento do projeto na Escola Alfa, vale conhecer a sua estrutura. Ela tem alunos nos turnos matutino e vespertino no ensino fundamental anos iniciais e finais. Em 2015, a escola funcionou no matutino com 10 turmas, sendo oito de ensino seriado dos anos finais e duas do Projeto Avançar Fase 4. No vespertino, foram 12 turmas, sendo 10 dos anos iniciais do EF e duas do Projeto Avançar, sendo uma da Fase 1 e uma da Fase 2. São 322 alunos matriculados no turno matutino e 337 no turno vespertino. A tabela 5 representa as matrículas da Escola Alfa, por série, no ano de 2015.

Tabela 5 - Matrícula por série da Escola Alfa – 2015

SÉRIES	Nº DE TURMAS	TURNO	Nº DE ALUNOS
1º ANO	2	V	54
2º ANO	2	V	61
3º ANO	2	V	56
4º ANO	2	V	55
5º ANO	2	V	67
6º ANO	2	M	74
7º ANO	2	M	72
8º ANO	2	M	64
9º ANO	2	M	70
AVANÇAR FASE 1	1	V	22
AVANÇAR FASE 2	1	V	22
AVANÇAR FASE 4	2	M	58

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da secretaria da escola (2016).

Pela tabela 5 é possível observar que, em 2015, eram quatro turmas do Projeto Avançar e, em 2016, a demanda foi menor, com apenas uma turma de Avançar Fase 2, com 30 alunos, e uma turma Fase 4, com a mesma quantidade.

Após a apresentação da Escola Alfa, é fundamental discutir a implementação do PA nesse contexto, surgida em 2011 com a proposta de acelerar o estudo de alunos com distorção idade/ano, haja vista o alto número fora da faixa etária. Naquele ano, de acordo com a tabela 3, a taxa de distorção nos anos iniciais era de 19% e nos finais 49%, o que justifica a necessidade de implementação do Projeto Avançar.

Inicialmente foi formada uma turma da Fase 2 no vespertino e uma da Fase 4 no matutino. A tabela abaixo mostra a demanda de turmas do PA ao longo dos anos de funcionamento do Projeto.

Tabela 6 - Turmas do PA da Escola Alfa de 2011 a 2016

FASES	ANO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	NÚMERO DE TURMAS					
FASE 1	0	0	0	0	1	0
FASE 2	1	0	0	0	1	1
FASE 3	0	1	1	0	0	0
FASE 4	1	3	2	2	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIGEAM (2016).

De acordo com os números da tabela 6, é possível observar que as fases 1 e 3 foram as que pouco funcionaram ao longo dos anos. A fase 1 só funcionou em 2015, com uma turma, e a fase 3 somente em 2012 e 2013, também com uma turma em cada ano. A fase 2 e 4 foram as que tiveram maior demanda de alunos para formar turmas. A fase 2 funcionou durante três anos, quando o projeto foi implementado e nos dois últimos anos. Já a fase 4 foi a que teve maior demanda, formando turmas durante todos os anos de projeto. Isso faz concluir que os anos finais do EF são o que mais apresentam alunos em defasagem escolar, necessitando, portanto, da atuação do PA.

Há que se ressaltar, no entanto, que uma parcela dos alunos do projeto são oriundos de outras escolas, o que faz acreditar que nem todos os matriculados têm distorção da própria escola. Segundo a secretária, uma parcela dos alunos, vindo de outras escolas, já se encontra em distorção, sendo enturmados no PA. A tabela abaixo mostra essa situação entre os anos de 2012 e 2016 nas turmas do PA Fase 4, foco desse trabalho.

Tabela 7 - Taxa de matrícula dos alunos do PA nos anos finais do EF de 2012 a 2016

ORIGEM DOS ALUNOS	ANO				
	2012	2013	2014	2015	2016
ESCOLA ALFA	55,9%	58,4%	52,4%	48,3%	43.3%
OUTRAS ESCOLAS	44,1%	41,6%	47,6%	51,7%	56,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da secretaria da Escola (2016).

De acordo com a tabela 7, é possível observar que, de 2012 até 2014, a maioria dos alunos do projeto eram oriundos da própria escola. Entretanto, em 2015

e 2016, as taxas dos frequentes do projeto passaram a ser maiores do que as daqueles alunos que vieram de outras escolas. Outro dado a ser ressaltado é quanto à redução dos índices de alunos da própria escola matriculados no projeto, que vem caindo desde 2014. Entretanto, essa redução é pouco significativa se for considerado que o projeto já está há cinco anos na escola e ainda apresenta índice alto de matrículas de alunos com distorção da própria escola no PA. Porém, é preciso levar em consideração que esse alto índice é resultado das reprovações e abandono no ensino regular. Portanto, é nessa fase que a escola deve atuar no sentido de minimizar o problema da distorção, pois poderá reduzir o índice de matrícula no projeto

Outros números pesquisados na secretaria da escola dizem respeito aos motivos da distorção dos alunos. Em 2014, eram 63 alunos do PA Fase 4, dos quais 25 estavam em distorção por motivo de repetência e 38 por abandono escolar. Em 2015, eram 58 alunos, sendo 23 em distorção por motivo de repetência e 35 por abandono. Com relação a 2016, foi detectado que dos 30 alunos matriculados no PA Fase 4, 16 estão em distorção por repetência e 14 por abandono dos estudos.

Sobre o perfil dos alunos que frequentam o projeto, pode-se considerar que são de classe baixa, alguns vindos de bairros da periferia. Eles encontram-se nessa escola por que no bairro onde moram não há nenhuma instituição educacional que ofereça o PA. Por isso, ele precisa deslocar-se de bairros distantes até a escola. Alguns deles não frequentam às aulas de forma efetiva e chegam a faltar de duas semanas. As consequências para o número elevado de faltas pode levar à reprovação por falta. Segundo o documento oficial do PA, o aluno que não tiver 75% de frequências do total das aulas dadas estará reprovado automaticamente, argumento baseado no artigo 24, inciso VI, da Lei nº 9394/96.

Em relação aos alunos faltosos, vale ressaltar que alguns usam como justificativa a falta de dinheiro para pagar o transporte. Há ainda uma parcela dos alunos do projeto que não assiste todos os tempos de aula. De acordo com o relato de alguns professores, após o intervalo da merenda, alguns se ausentam da escola sem autorização. Isso geralmente acontece quando alguma turma, por algum motivo, não tem mais aulas e são dispensadas no 4º ou 5º tempo. Então, parte desses estudantes que não querem assistir às aulas, sai junto com essas turmas, sem que o porteiro perceba. Segundo afirmação de professores, já houve dias de comparecer menos de 50% dos alunos em sala após o intervalo da merenda.

Destaca-se, ainda, com base no que alguns professores disseram, que, em geral, a frequência dos alunos fica em torno de 12 a 18 dos 30 matriculados.

Ao falar do cotidiano de sala de aula do projeto, o interesse e a participação dos alunos precisam melhorar, visto que são poucos os que estão empenhados em participar das atividades, o que também acontece quando o professor passa um trabalho.

Outra situação a ser relatada diz respeito ao encerramento do bimestre. Na semana de encerramento é comum os professores irem atrás dos alunos que perderam atividades avaliativas ao longo do bimestre. Segundo a secretária da escola, isso atrapalha o trabalho, uma vez que precisa de todas as notas para fechar o rendimento do bimestre.

Com relação ao nível de aprendizagem, os professores relatam que os alunos do projeto têm muita dificuldade, principalmente em Língua Portuguesa e Matemática. Segundo os docentes dessas disciplinas, por mais que tentem usar estratégias de ensino diferenciadas, não conseguem levar o aluno a superar todas as dificuldades de aprendizagem. Além disso, o Projeto Avançar tem uma grade curricular muito extensa, que envolve os conteúdos do 7º, 8º e 9º ano. Mesmo que o professor priorize os conteúdos, não consegue trabalhá-los para atender às dificuldades do aluno.

Eles também disseram que a avaliação diagnóstica, cujo objetivo é detectar o nível de dificuldade dos alunos para a construção de um planejamento que os atenda, não é realizada pela maioria dos docentes. Com isso, o planejamento é feito sem levar em consideração essas dificuldades, passando o aluno a acumular mais problemas no processo de aprendizagem.

Em relação às atividades avaliativas, com base em relato dos professores, ressalta-se que elas são muito mais voltadas para que o aluno consiga uma nota satisfatória para avançar que medir o seu nível de aprendizado, ou seja, as atividades são elaboradas no nível bem básico para que os alunos do projeto alcancem nota suficiente para avançar. Os alunos com conceito AV ou AVM estão inseridos nos índices de aprovação e os alunos com NAV estão nos índices da reprovação. A tabela a seguir apresenta as taxas de rendimento desde sua implantação.

Tabela 8 - Taxas de rendimento do Projeto Avançar nos anos finais do EF da Escola Alfa e Estado do Amazonas

		2011	2012	2013	2014	2015
ESCOLA ALFA	APROVAÇÃO	75,9%	62,2%	77,2%	81,8%	75,0%
	REPROVAÇÃO	0%	17,1%	0%	1,8%	6,3%
	ABANDONO	24,1%	20,7%	22,8%	16,4%	18,7%
ESTADO DO AMAZONAS	APROVAÇÃO	66,2%	66,2%	61,3%	61,9%	65,3%
	REPROVAÇÃO	9,2%	11,2%	10,0%	12,6%	8,7%
	ABANDONO	24,6%	22,6%	28,7%	25,5%	26,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Sigeam (2016).

Pelos dados da tabela 8 observa-se que a escola tem conseguido atingir a maioria dos alunos que precisam acelerar os estudos. Isso é percebido pelas taxas de aprovação nos anos indicados. Em 2011, ano de implantação do projeto, até 2014, a redução de abandono dos alunos no projeto foi pequena. Com relação às taxas de reprovação, a tabela mostra resultados bem satisfatórios. Com exceção de 2012, nos outros anos a reprovação foi bem baixa, o que não se pode dizer do abandono, que aumentou em 2012 e 2013 e só diminuiu em 2014. Outro fato a ser destacado é com relação a 2012 e 2013, que não tiveram reprovação; no entanto, foram os anos com maiores taxas de abandono.

Quando comparado às taxas de rendimentos do Avançar da escola Alfa com o Estado do Amazonas observa-se que as taxas de aprovação da escola são melhores que do Estado, com exceção do ano de 2012 onde as taxas da escola ficaram abaixo do Estado. Quanto às taxas de reprovação percebe-se que, com exceção do ano de 2012 cujo índice de reprovação foi maior que do Estado, nos outros anos pesquisados essas taxas foram menores que do Estado. Com relação ao abandono observa-se que os índices da escola Alfa nos anos pesquisados são menores que do Estado.

Sobre o abandono há que se destacar ainda o quantitativo de alunos que frequentam o PA, oriundos da própria escola e aqueles que migraram de outras escolas. A tabela seguinte mostra esse quantitativo.

Tabela 9 – Quantitativo de alunos do Projeto Avançar dos anos finais do EF que abandonaram a escola

ORIGEM DOS ALUNOS	ANO				
	2011	2012	2013	2014	2015
ESCOLA ALFA	3	7	7	5	4
OUTRAS ESCOLAS	4	16	6	4	5
TOTAL	7	23	13	9	9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SIGEAM (2016).

De acordo com os dados da tabela 9 percebe-se que o abandono maior está entre os alunos de outras escolas. São três anos, dos cinco pesquisados, cujo número de abandono de outras escolas são maiores que a escola Alfa. Entretanto, esse quantitativo pouco diverge dos valores da escola Alfa, com exceção do ano de 2012, cujo quantitativo de alunos de outras escolas, que abandonam os estudos são mais que o dobro dos alunos da escola Alfa.

As taxas de abandono nos cinco anos de projeto mostram que o trabalho desenvolvido na escola vem contribuindo para a redução do problema. Entretanto, elas poderiam estar melhores não fosse a falta de um trabalho mais efetivo para a operacionalização do projeto e do apoio de órgãos superiores no seu monitoramento. Foram apontadas algumas situações no cotidiano da escola que vão de encontro aos objetivos do projeto, que prevê o uso de livro didático pelos alunos, mas a escola não tem o material para disponibilizar. Com isso, cada professor usa o seu da forma que achar melhor, o que acaba comprometendo o cumprimento do conteúdo a ser ministrado durante o ano letivo. Isso porque o professor tem de copiar o assunto para depois explicar, atrasando os conteúdos planejados para o período em estudo.

Não há um acompanhamento mais estreito por parte da pedagoga, que precisa atender aos professores do ensino seriado e do projeto. Nesse sentido ratificamos dois itens, de competência dessa profissional, já citados nesse trabalho: estimular os professores à reflexão e melhoria de sua práxis pedagógica e fomentar subsídios para que eles desenvolvam a sua prática pedagógica em sala de aula.

Esses são fatores importantes para os professores desenvolverem melhor a prática em sala. O projeto destaca ainda que tanto eles quanto a equipe pedagógica participarão mensalmente e bimestralmente de encontros para reflexão e troca de

experiência sobre o PA, com o objetivo subsidiar a prática pedagógica em sala de aula. No entanto, professores relatam que esse tipo de ação não é comum de acontecer. Aqueles que estão há dois anos no projeto, relatam que ela nunca aconteceu. Em geral, as reuniões são para tratar dos alunos que faltam muito ou cobrar resultados de aprovação.

Há que se destacar também que a escola não tem recebido acompanhamento dos assessores pedagógicos da Coordenadoria Distrital, indicados a darem um melhor encaminhamento às práticas pedagógicas nas escolas da capital.

Quanto ao papel da gestora, como já apresentado na seção 1.4.2, o projeto prevê a postura de comprometimento com o sucesso escolar dos alunos como compromisso de cidadania; o incentivo à comunidade escolar para a busca da aprendizagem significativa; e a promoção de reuniões periódicas com os responsáveis, para mantê-los informados quanto ao desempenho dos alunos. Na prática, percebe-se que a postura da gestora é uma cobrança pelos resultados, e não pela aprendizagem dos alunos. Com relação às reuniões periódicas, elas só acontecem ao de final de bimestre para a entrega do boletim de notas. Ainda assim, a frequência dos pais é mínima.

Com relação ao aluno, como já apresentado na seção 1.4.2, ele deve ser assíduo nas aulas e responsável na entrega das suas tarefas escolares, demonstrar interesse, autonomia e curiosidade em aprender, participar das atividades pedagógicas e ter boa conduta na escola;

Ao comparar a postura do aluno no cotidiano da escola com o que diz o projeto, a conclusão a qual se chega é que ele precisa melhorar muito. No quesito assiduidade, os alunos faltam muito; com relação à responsabilidade, a maioria não entrega as tarefas, demonstrando falta de compromisso; e quanto à autonomia, são poucos os que conseguem realizar as tarefas sem a intervenção do professor, principalmente em Matemática. Nas atividades pedagógicas realizadas pela escola, a participação dos alunos do projeto ainda é pequena, demonstrando que falta um trabalho mais efetivo da escola para envolvê-los.

Outras situações relacionadas ao projeto e à sua operacionalização na Escola Alfa também são apontadas: o planejamento deveria ser mensal e realizado bimestralmente junto com o ensino regular; rotatividade de professores no projeto; ausência de reunião pedagógica para tratar dos problemas do projeto; não preenchimento de relatórios; e falta de capacitação em metodologia voltada para

desenvolver projetos interdisciplinares. Com isso, percebe-se que o PA precisa de melhorias para que funcione de maneira adequada e supere os problemas da distorção idade/ano da escola, com o abandono detectado nas turmas do projeto.

Assim, para uma maior compreensão das dificuldades da equipe gestora em combater o problema do abandono escolar nas turmas do PA, o capítulo 2 aborda o referido projeto enquanto política de enfrentamento ao fracasso escolar, bem como as causas e consequências do abandono escolar. As análises e discussão dos resultados terá como base a visão dos atores que participaram da pesquisa de campo. Desse modo, pretende-se identificar as principais dificuldades da equipe gestora com relação à redução do índice de abandono nas turmas do PA.

2 AS IMPLICAÇÕES DO PROJETO AVANÇAR E OS ASPECTOS ANALÍTICOS E METODOLÓGICOS

No capítulo 1 foi descrito o PA a partir dos contextos nacional e regional nos quais os problemas educacionais, como reprovação, abandono e distorção idade/ano, estão presentes no cotidiano escolar. Também foi mostrado que a implementação do PA, iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, é uma forma de combater o fracasso escolar, acelerando os estudos de uma parcela de estudantes em distorção idade/ano. O projeto foi desenvolvido a partir de uma proposta pedagógica voltada para a aprendizagem significativa, que deve garantir aos jovens a igualdade de oportunidades para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências a serem empregados no mundo do trabalho e na vida social.

Neste capítulo será discutida a estruturação do PA na Escola Alfa, a partir da análise dos dados coletados, com destaque para as ações que a equipe gestora desenvolve no sentido de minimizar as dificuldades para a sua realização, com ênfase ao problema do abandono.

Para isso o capítulo será dividido em quatro seções. Na primeira, serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam toda a pesquisa de campo, bem como os atores que dela fizeram parte. Na segunda parte, discorrer-se-á conceitos relacionados à temática em discussão como forma de compreender as nuances do estudo, como sobre políticas públicas com base em Souza (2006), fracasso escolar em Parente e Lück (2004), implementação em Lotta (2012) e monitoramento em Lück (2009). Além disso, será utilizada a abordagem do ciclo de políticas com base em Condé (2013) para a análise de todo o estágio de construção, implementação e monitoramento de uma política pública. Na terceira seção serão apresentadas a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa optou por uma abordagem qualitativa, vez que ela possibilita ao pesquisador estudar os fenômenos e os atores neles envolvidos, considerando o contexto social e histórico. Sua realização se deu por meio de um estudo de caso, no qual se pretendeu investigar por que a Escola Alfa não

conseguia realizar grandes reduções nas taxas de abandono em suas turmas do PA.

Segundo Godoy (1995), na abordagem qualitativa, a preocupação fundamental é estudar e analisar os fenômenos em seu ambiente natural. Para a autora, nesse tipo de abordagem, é fundamental valorizar o contato entre pesquisador e pesquisado. Argumenta que o fenômeno pode ser melhor observado e analisado no contexto onde está ocorrendo, pois o pesquisador tem maior possibilidade de “compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes” (GODOY, 1995, p. 63).

Sobre o estudo de caso, o caracteriza como um tipo de pesquisa em que o objeto de análise é uma unidade que se deve abordar profundamente, com o de objetivo investigar detalhadamente um ambiente, um sujeito ou uma situação particular, como o abandono nas turmas do PA, por exemplo. A autora ressalta ainda que o estudo de caso, só possível em um contexto específico, tem se tornado a estratégia preferida daqueles que buscam saber como e porque alguns fenômenos acontecem, quando o controle sobre os eventos estudados é reduzido e o foco de interesse é sobre fenômenos atuais.

Para André (2013, p. 97), esse método pode ser empregado em pesquisas educacionais “para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural”. Ela afirma que, em uma perspectiva de abordagem qualitativa, o estudo de caso permite reorganizar os processos e as relações que configuram uma determinada experiência no cotidiano escolar. Dessa forma, possibilita a compreensão não apenas do surgimento e desenvolvimento de um fenômeno, mas como ele evolui em certo período de tempo.

No presente trabalho, foram realizadas as pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi a primeira fonte de consulta e por meio dela foi possível fazer o levantamento de autores e obras que ajudaram na construção do referencial teórico para a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, que também auxiliaram na compreensão do caso de gestão em questão.

Segundo Fachin (2001), a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos em obras e tem como base auxiliar o leitor na consulta de assuntos relacionados ao tema pesquisado. Para Severino (2007, p.122), tal pesquisa “é aquela que se realiza a partir do registro disponível,

decorrente de pesquisas anteriores, em documento impressos, como livros, artigos, teses etc.”

Já a pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento de dados estatísticos sobre abandono escolar e registros do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar na escola e no Amazonas. Apesar das dificuldades em conseguir informações atuais, foram consultados o INEP (2016), a secretaria da escola e a CDE 02, além do CEE/AM da SEDUC/AM e SIGEAM. De acordo com Fachin, a pesquisa documental considera como documento toda informação em forma de textos, imagens, sons, jornais, fotos, gravações e documentos legais.

A pesquisa de campo que, segundo a estudiosa tem como foco a observação do contexto em que o problema acontece, foi a que permitiu o contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa em seu local de atuação. Fachin (2001, p. 134) reforça ainda que tal pesquisa é empregada “[...] em investigações que procuram avaliar a eficácia de um conjunto de processo parar auxiliar a sociedade”. Em se tratando do Projeto Avançar, ela buscou investigar as causas do alto índice de abandono dos alunos no projeto e as dificuldades da equipe gestora em minimizar tal problema na escola pesquisada.

Para a sua realização, foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: a entrevista semiestruturada e o questionário.

A entrevista tem como objetivo principal, segundo Marconi e Lakatos (2003), colher informações do entrevistado sobre algum assunto ou problema a ser investigado. Nesta pesquisa, as entrevistas foram organizadas a partir de um roteiro semiestruturado, no qual o entrevistado respondeu às perguntas formuladas previamente e, posteriormente, foram exploradas outras situações surgidas ao longo da entrevista pelo entrevistador.

O questionário, por sua vez, consiste em elencar um quantitativo de questões submetidas a um grupo de pessoas, com o objetivo de coletar informações sobre determinada temática. Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 200), o questionário “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Os sujeitos selecionados foram a gestora e a pedagoga da escola, a supervisora pedagógica da CDE 02, responsável por acompanhar o PA na escola

selecionada; nove professores que trabalham ou já trabalharam no PA Fase 04 e 16 alunos que estudam no PA.

Vale ressaltar que a coleta de dados com a gestora, a pedagoga, a supervisora da CDE 02 e os professores foram realizadas por meio de entrevistas, por entender que, a partir do diálogo com esses atores, pode-se conseguir informações sobre o PA, visto que isso não seria possível em outras fontes, como a pesquisa bibliográfica e documental. Já com os alunos, a coleta foi realizada por meio de questionários com perguntas de fácil entendimento, levando-se em consideração o seu nível de compreensão, facilitando, desse modo, a tabulação e análise dos dados coletados.

A seleção da gestora e da pedagoga como sujeitos de pesquisa se deu pelo fato de serem elas as responsáveis pela implementação e acompanhamento do PA na escola. Seus relatos subsidiaram este estudo, vez que se passou a compreender melhor as dificuldades relacionadas à redução das taxas de abandono nas turmas do PA. Já a escolha da supervisora pedagógica da CDE 02 se justifica pelo fato de ela ser o elo entre coordenadoria e escola. Sua contribuição ajudou a perceber qual é o papel da CDE 02 na implementação do PA e o tipo de apoio oferecido para que ele funcione adequadamente.

Já a escolha dos professores baseou-se na sua importância frente à execução das ações do PA no cotidiano escolar. Suas percepções foram fundamentais porque possibilitaram o levantamento de questionamentos sobre as dificuldades em se trabalhar com as turmas do projeto e os possíveis motivos para o abandono do aluno.

Por fim, a seleção dos alunos que frequentam o projeto se deu em função de poder ouvir a opinião de cada um deles sobre o seu desenvolvimento e se ele contribui efetivamente para motivá-lo a frequentar suas aulas. Para isso, foram escolhidos todos os 28 alunos que frequentavam a turma do PA, mas apenas os autorizados pelos pais ou responsáveis para participarem da pesquisa. No entanto, devido à ausência de alguns pais ou responsáveis na reunião para assinatura do termo de compromisso, somente 17 foram autorizados a responderem às questões propostas pelo pesquisador.

Após a realização das entrevistas e questionários, os dados da pesquisa foram tabulados como forma de auxiliar o pesquisador na análise dos resultados. Para a avaliação das falas da gestora, pedagoga e supervisora pedagógica da CDE,

levou-se em consideração a visão de cada uma a respeito da implementação e do monitoramento do PA, da seleção e capacitação para atuar no projeto, do apoio recebido de órgãos superiores, do abandono e das dificuldades em desenvolver ações para reduzir esse índice e do acompanhamento pedagógico das ações do projeto.

Na tabulação das entrevistas com os professores, os dados para reflexão foram sua visão e atuação no PA, operacionalização das ações, apoio pedagógico, dificuldades para trabalho com a metodologia, acompanhamento dos alunos e informações sobre abandono.

A descrição do questionário respondido pelos alunos foi organizada com o intuito de analisar os dados com maior eficácia. As principais informações debatidas foram percepção a respeito do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em sala, seu relacionamento com o professor, atividades diferenciadas trabalhadas pelo docente e sua participação, ações que o motivam, motivos para o abandono e sugestões de melhoria.

2.2 O PROJETO AVANÇAR ENQUANTO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO FRACASSO ESCOLAR

Para uma reflexão complexa sobre o processo de implementação de uma politica pública, é fundamental que alguns conceitos sejam apropriados como forma de compreender as nuances de tal política, o seu processo de construção, bem como a sua implementação. Nesse sentido, buscou-se na literatura algumas ideias que darão suporte às reflexões e análises das pesquisas de campo.

Sobre políticas públicas não há um conceito único que a defina. Lynn (1980) apud Souza (2006, p. 5) afirma que ela é "um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Já Souza (2006, p. 5) cita Peters (1986), afirmando que política pública “é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Para Condé (2013), toda politica pública tem como característica o poder público e refere-se a problemas da coletividade. Sua implementação é prerrogativa da autoridade publica ou alguém por ela delegada. O manual do SEBRAE/MG (2008, p. 5) a define como sendo “[...] a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

É possível perceber, com isso, uma convergência no discurso dos autores sobre o papel do estado na elaboração de políticas voltadas para as necessidades da população. Mostra ainda o caráter mantenedor do poder público, que influencia o seu formato e alcance. Em um sistema de governo, os administradores eleitos pelo povo têm o compromisso de trabalhar pelo bem-estar dos cidadãos e o dever de formular políticas públicas capazes de superar os problemas da população que o elegeu. Isso perpassa pela construção de uma política que atenda à real necessidade do setor público, onde será executada, e dê condições efetivas de funcionamento da sua estrutura. Nesse sentido, é fundamental que ela seja implementada, monitorada e avaliada com base no ciclo de uma política.

Segundo Condé (2013), tal processo passa pelos seguintes estágios: 1) o "problema", que consiste na identificação do problema e como ele se apresenta; 2) as "informações sobre o problema", fase na qual são considerados quais os elementos centrais do problema, qual o seu alcance e quais as alternativas devem ser consideradas para soluções; 3) o "desenho", quando são observadas as alternativas a serem utilizadas, os objetivos, as finalidades, quem será beneficiado, qual o financiamento e o alcance; 4) o "ensaio – o *ex ante*, definido como o momento de testar as alternativas para evitar erros na implementação, o que nem sempre é possível; 5) a implementação" ou "o teste da realidade, o lugar da ação"; 6) o "monitoramento", que consiste em verificar o cumprimento das metas estabelecidas e a correção dos possíveis erros na implementação; e 7) a "avaliação", etapa essencial, pois nela são verificados se os resultados esperados foram alcançados. Dos estágios citados, nesta investigação serão enfatizados a implementação e o monitoramento.

A implementação de uma política é o momento de colocar em prática o que foi planejado, testando todas as ações a serem desenvolvidas no cotidiano. Na abordagem sobre políticas públicas, Lotta (2010, p. 27) ressalta que

> a fase de implementação diz respeito ao momento em que as políticas já formuladas entram em ação e são colocadas em prática. A literatura apresenta diferentes concepções sobre como esse processo se dá, considerando, de forma central, quem toma as decisões dentro do processo de implementação, ou seja, se elas vêm de cima e são implementadas (visão *top down*) u se elas são reconstruídas a partir de baixo (visão *bottomup*). A questão que está em jogo é sobre que atores têm influência no processo de implementação e quais são os impactos que cada um desses atores produzirá sobre os resultados das políticas públicas.

A influência dos atores externos e internos no processo de implementação de uma política pública pode determinar seu sucesso ou insucesso. Quando ela é implementada sem que haja momento de discussão, sem que os atores que executarão as ações conheçam os meandros da política, corre-se o risco de não alcançar os objetivos de forma efetiva. Nesse caso, os impactos nos resultados podem ser negativos: ações mal executadas por atores despreparados e gastos de recursos financeiros sem que haja resultados satisfatórios, por exemplo. Importante apontar alguns exemplos de ações desenvolvidas por secretarias de educação que nada contribuem pra a melhoria do processo educacional: o aluguel de prédios inadequados para desenvolver determinadas práticas pedagógicas e a superlotação em sala de aula, inviabilizando a ação de inúmeros programas que poderiam oferecer mais qualidade na educação.

Condé (2013) destaca essa fase como o momento de testar na realidade aquilo que foi planejado, ou seja, de colocar em prática as ações previstas na política. Momento difícil, segundo o autor, porque ela depende de muitas varáveis, como da adequação do gestor ao desenho da política e do engajamento dos atores nos objetivos e nas metas estabelecidas. O autor destaca ainda que esse é o momento de verificar o quanto a política é verdadeira e como ela vai ser desenvolvida no dia a dia. Além disso, é aí também que ela será testada pelos usuários.

O estudioso argumenta ainda com relação aos impactos negativos das politicas públicas o fato de que, muitas vezes, elas são elaboradas por pessoas distantes da realidade do problema e quem vai executar as ações precisa se convencer a implantar algo que não formulou. Pode-se dizer que o fato de a política não ser discutida e apresentada às pessoas que devem executar as ações pode levar à perda do interesse e da motivação com relação à sua implementação.

Diante disso, vale destacar que o ideal é que haja momentos de discussão, com envolvimento dos atores que estão no dia a dia da escola. É fundamental que eles participem do processo de elaboração da política, uma vez que conhecem a realidade em que estão trabalhando. Com relação ao Projeto Avançar, por exemplo, é importante que os atores façam parte de grupos de discussão e elaboração das ações, contribuindo com sugestões para que determinadas ações sejam reformuladas e o projeto, assim, tenha impacto positivo na realidade implementada.

É importante que haja também o monitoramento do projeto, para que se acompanhe o retorno das ações desenvolvidas e a sua execução de acordo com o planejado. Segundo Lück (2009, p. 45),

> o monitoramento é uma atividade inerente à gestão e realizada de forma contínua, sistemática e regular, visando determinar em que medida a implementação do plano ou projeto está sendo feita de acordo com o planejado e com as melhores possibilidades para a realização dos objetivos propostos.

A autora mostra que quando há monitoramento das ações de uma politica ou projeto, quando ele é realizado de forma efetiva pelo gestor, quando se discute as ações não executadas, torna-se mais fácil promover os ajustes e as melhorias necessárias. Isso porque o monitoramento permite a quem acompanha a execução das ações verificar o sucesso ou fracasso da ação e, a partir desse acompanhamento, reformular a política.

Condé (2013) também reforça a importância do monitoramento das políticas, importante para perceber se as ações executadas estão de acordo com o planejado. Além disso, permite verificar o cumprimento das ações e corrigir os erros.

Gomes (2012, p. 10) também faz uma abordagem sobre o monitoramento do ensino fundamental no espaço intraescolar.

> O monitoramento, que é o processo sistemático de acompanhamento da evolução de indicadores, também requer o uso sistemático de diversos meios entre os quais se encontram mensurações (principalmente estatísticas), avaliações e pesquisas. Interessam ao monitoramento educacional indicadores como, por exemplo, os que permitem o acompanhamento de rendimento escolar (taxas de aprovação, repetência e abandono), da conclusão das etapas de ensino (taxas de conclusão) e dos insumos escolares (espaço, equipamentos escolares, relação do número de alunos por docente).

A autora discorre sobre a importância do monitoramento do rendimento das escolas, mostrando as taxas de aprovação, reprovação e abandono. A partir delas, o poder público tem o diagnóstico da situação, podendo, assim, implementar as políticas educacionais de acordo as necessidades. As provas em larga escala são exemplos de como tem sido acompanhada a qualidade do ensino no Brasil, possibilitando a formulação de políticas capazes de combater, de forma efetiva, os problemas educacionais que contribuem para o fracasso escolar.

Mas o que é fracasso escolar? Segundo Parente e Lück (2004, p.13), “o fracasso escolar deve ser analisado como uma expressão do fracasso social e da cultura da exclusão, que está enraizada nas estruturas política e socioeconômica”. Para as autoras, a divisão de classes sociais permite que famílias estruturadas financeiramente tenham maiores oportunidades de elevar o aprendizado das crianças, uma vez que elas estudam nas melhores escolas, enquanto os filhos de famílias de menor poder aquisitivo estudam em escolas públicas que, na maior parte dos casos, não oferecem condições adequadas para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma efetiva.

Para Souza (1999), a forma como a escola organiza os conhecimentos, valores, padrões de comportamento e de linguagens, sem levar em consideração a realidade e o meio social em que o aluno está inserido e também o distanciamento entre o que ensina, sem contextualização com a realidade do aluno, pode levá-lo à desmotivação. Sem nenhuma perspectiva de utilizar o conteúdo em sua vida prática, ele pode perder a motivação na busca de novos desafios no campo educacional. Com isso, sente-se deslocado e, ao mesmo tempo, não encontra razão para continuar estudando, o que pode levá-lo à reprovação e ao abandono, fatores geradores do fracasso escolar.

Sendo o abandono um dos responsáveis pelo distanciamento entre aluno e escola, percebe-se o PA como uma política necessária para tentar modificar esse quadro. Portanto, mais que um programa para corrigir a distorção idade/ano, deve ser uma alternativa de inclusão educacional daqueles que ficaram à margem do processo de ensino, garantindo a equidade educacional e social e se mostrando como alternativa para que a escola resolva o problema do abandono.

Ratificando o documento oficial do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a implantação do Projeto Avançar é um compromisso da política educacional do Governo do Estado do Amazonas em reverter um dos quadros mais graves da educação nacional: o da defasagem idade/ano (série). As ações do PA permitem ao jovem em defasagem escolar as mesmas oportunidades do aluno que estuda no ensino regular.

Os objetivos do projeto foram traçados para que o estudante, então, regularize o processo escolar em distorção idade/ano e seja promovido para a série compatível com sua idade e as alternativas pedagógicas viabilizadas de forma que

ocorra uma aprendizagem significativa, ou seja, com sentido para sua vida, fortalecendo a sua autoestima.

O Projeto Avançar, enquanto politica de enfrentamento ao fracasso escolar, busca reduzir problemas, como o abandono, cuja consequência reflete nas estatísticas da distorção idade/ano. Além da correção do fluxo escolar, é importante ressaltar o caráter inclusivo que o projeto permite. Isso é fundamental, uma vez que o jovem que frequenta o projeto, em geral, vem de uma classe de menor poder aquisitivo, com autoestima muito baixa e sem motivação para frequentar efetivamente as aulas. Então, deve ser trabalhado com ele, além do aspecto cognitivo, o socioafetivo, levando-o a interagir com seus pares, sem sentir-se discriminado.

Carvalho (1997, p. 12) faz uma associação entre erro e fracasso. O autor destaca o fato de muitas vezes discriminarmos os nossos alunos que, em determinados momentos do processo de ensino e aprendizagem, não conseguem assimilar o que está sendo ensinado e não demonstram todo o seu entendimento sobre o que é apresentado. A escola falha quando não busca saídas para resolver tais dificuldades. Quando não oferece condições necessárias para que ele supere suas limitações de aprendizagem, na ânsia de satisfazer uma sociedade em ritmo de desenvolvimento, valoriza mais aquele aluno que não tem problemas de aprendizagem.

Parte-se, então, do pressuposto de que é oferecendo condições ao aluno para superar suas deficiências e construir uma aprendizagem capaz de ajudá-lo a ter êxito na vida escolar é que devemos buscar novas alternativas para a construção desse conhecimento, pois o mais comum é a escola rotular esse aluno, levando-o ao processo de abandono. Nesse caso, facilitar a aprendizagem é o caminho mais adequado para que ele supere suas dificuldades. Criar essa facilidade exige da escola ações no sentido de promover um clima de confiança, flexibilidade e respeito.

Os atores educacionais, assim, devem permanecer atentos às expressões de sentimentos dos alunos, procurando compreender suas limitações e incentivando-os a participarem das atividades escolares, de forma criativa e independente. Desse modo, a escola contribuirá para a melhoria do aprendizado e, consequentemente, conseguirá reduzir o índice de abandono.

Na próxima seção será analisada a implementação do PA na Escola Alfa e as dificuldades da equipe gestora em reduzir as suas taxas de abandono a partir das percepções dos atores que fizeram parte das pesquisas.

2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Na pesquisa de campo, os atores tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões a respeito do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar na Escola Alfa. Por meio de entrevistas e questionários, expuseram o que pensam sobre a implantação e o monitoramento do PA e o abandono e as dificuldades em combater a evasão nas turmas do projeto.

A seguir será apresentada a análise dos dados coletados em campo com base na visão dos sujeitos da pesquisa a respeito do Projeto Avançar na Escola Alfa.

2.3.1 A visão da gestora

A gestora da escola pesquisada é formada em Língua Portuguesa e atua no Magistério há mais de 20 anos. Ela assumiu a função em 2012 e, desde 2013, atua como gestora da Escola Alfa. Mesmo não tendo participado do processo de implantação do Projeto Avançar na escola, ela o conhece, pois era gestora em uma escola que também o estruturou. Sua função é envolver a comunidade escolar para que o PA seja implementado de maneira efetiva na escola, trabalhar para que as ações sejam realizadas de acordo com a proposta do projeto e monitorá-lo para que os objetivos e as metas sejam cumpridos.

De acordo com a Proposta do Projeto (2005), o gestor deve ser comprometido com o sucesso da escola, desenvolvendo de forma efetiva o processo de ensino e aprendizagem, incentivando práticas educacionais que estimulem o sucesso escolar do aluno, apoiando o docente no desenvolvimento das práticas pedagógicas e promovendo reuniões periódicas para tratar do rendimento escolar dos alunos.

Na entrevista foi perguntado à gestora qual é a sua avaliação do PA, implantado na escola desde 2011, e se ele tem contribuído para a aceleração de estudos dos alunos com defasagem escolar.

> Ano passado (2015) eram duas turmas do Avançar 4, e o que aconteceu? Está reduzindo, a gente vê que não tem tanto aluno, tanto que a gente só tá

> com uma turma [2016]. Então eu vejo assim o avançar veio realmente, pelos menos aqui na escola, a gente tá fazendo com que esses alunos tenham a oportunidade de chegar ao Ensino Médio e que eles também tenham condições de acompanhar (Gestora. Entrevista realizada em 03 de maio de 2016).

Nesse relato, a gestora destaca que o PA vem cumprindo com sua função, que é acelerar os estudos dos alunos com defasagem escolar. Ela usa como argumento o fato de que, em 2016, a escola ter uma turma de projeto, o que se confirma por meio dos números disponibilizados pela secretaria da escola sobre os alunos matriculados, oriundos da própria escola e de outras da região, como apresentado na tabela 9.

Tabela 10 - Alunos matriculados no Projeto Avançar da Escola Alfa

Alunos	2012	2013	2014	2015	2016
Escola	66	38	33	28	13
Outras escolas	52	27	30	30	17
TOTAL	118	65	63	58	30

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados secretaria da escola (2016).

Os dados confirmam a fala da gestora sobre a redução do número de alunos com distorção na escola. Embora ela não tenha afirmado, percebe-se que o oferecimento de somente uma turma em 2016 foi para atender aos alunos com defasagem que estudaram na escola em 2015.

Pelos números apresentados, pode-se dizer que a gestora tem razão quando relata que houve redução no quantitativo de alunos com distorção. Entretanto, são valores que ainda devem ser melhorados, uma vez que em cinco anos essa redução foi pouco significativa.

Outros índices que reforçam a fala da gestora com relação ao sucesso do projeto dizem respeito ao quantitativo de estudantes que progrediram em sua trajetória escolar nos últimos três anos. Os dados na tabela disponibilizados pela secretaria da escola revelam essa situação.

Tabela 11 - Progresso dos alunos do PA nos anos finais do EF

ANO	MATRICULADOS NO PROJETO	PROGREDIRAM	SÉRIE DE ORIGEM	SÉRIE QUE AVANÇARAM
2013	65 alunos	44 alunos	29 alunos do 7º ano	2 avançaram para o 8º ano
				7 avançaram para o 9ª ano
				20 avançaram para o ensino médio
			15 alunos do 8ª ano	Os 15 alunos avançaram para o ensino médio
2014	63 alunos	46 alunos	16 alunos do 7º ano	12 avançaram para o 8º ano
				1 avançou para o 9º ano
				3 avançaram para o ensino médio
			30 alunos do 8º ano	12 avançaram para o 9º ano
				18 avançaram para o ensino médio
2015	58 alunos	40 alunos	15 alunos do 7º ano	4 avançaram para o 8º ano
				11 avançaram para o ensino médio
			25 alunos do 8º ano	2 avançaram para o 9º ano
				23 avançaram para ensino médio

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da secretaria da escola (2016).

A tabela 10 mostra que a maioria dos alunos matriculados no projeto, de 2013 a 2015, progrediram na trajetória escolar. Entretanto, esses números ainda precisam melhorar, pois muitos deles deixaram de avançar. Em 2013, por exemplo, eram 65 alunos e 44 progrediram. o que equivale dizer que 32% ficaram retidos. Em 2014, de 63 alunos, 46 progrediram, correspondendo a 27% que não avançaram para a série posterior. Em 2015, 40 dos 58 avançaram, ficando retidos 31%.

Para que se compreenda ainda mais o progresso ou não dos alunos do projeto, importante se faz retomar as taxas de rendimentos da tabela 6, a qual mostra que os índices de aprovação dos alunos do PA nos anos finais do EF em 2013, 2104 e 2015 ficaram em 74,1%, 81,8% e 76,8%, respectivamente. A reprovação ficou em 0%, 2% e 7% no mesmo período. Já o abandono obteve os percentuais de 25,9%, 16,2% e 16,2% nos três anos citados. Esses números mostram que o projeto se expandiu, mas, para obter mais sucesso, é necessário melhorar seus índices, principalmente em relação ao abandono.

Outro ponto destacado pela gestora diz respeito à metodologia do PA, que não está sendo trabalhada de forma adequada.

> a metodologia do avançar tem que ser trabalhada com poucos alunos, trabalhar com eles em circulo. Não trabalhar com eles como na forma tradicional, fazer com eles atividades diversificadas com revistas, jornais, trabalhar com eles não todos os conteúdos, trabalhar com eles só os conteúdos que eles têm dificuldades (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Ao falar sobre a metodologia do projeto, percebe-se que a gestora opina a respeito de como ela deve ser trabalhada, uma vez que a proposta não menciona atividades a serem realizadas com poucos alunos, mas turmas formadas por 30 estudantes. Também não cita que devem ser priorizados os conteúdos; o domínio da leitura e da escrita e dos cálculos matemáticos deve ser o seu ponto forte. Quando ela aborda o uso de atividades diversificadas, como trabalhos com jornais e revistas, dá a entender que está sugerindo outros recursos pedagógicos a serem usados nas estratégias de ensino. Percebe-se, com isso, que a gestora precisa conhecer com maior profundidade a proposta do projeto.

Segundo a proposta pedagógica do PA (2005), sua metodologia é baseada na teoria sociointeracionista[4], na qual o indivíduo aprende pela interação com os outros. Dessa forma, é valorizada a experiência de vida do aluno, respeitando o seu ritmo de aprendizagem. O projeto orienta ainda que seja feito um diagnóstico da turma pelo professor, no início do ano letivo. Além disso, expõe que devem ser adotados livros didáticos específicos para o projeto, fornecidos pela SEDUC/AM como recurso pedagógico, bem como trabalhados projetos interdisciplinares como estratégias de ensino. Entretanto, essa parece ser uma prática pouco adotada na escola pesquisada. Isto porque na entrevista com os professores foi observado que dos nove entrevistados somente dois afirmaram fazer uso da estratégia de ensino por projeto.

De acordo com Santos (2006), as estratégias de ensino por meio da metodologia por projeto não permite que o aluno fique acomodado, mostrando que, com ajuda do professor, ele torna-se mais participativo durante as aulas, interage mais com o grupo, desenvolvendo trabalhos de forma colaborativa e dinâmica, o que poderá influenciar na melhoria do seu processo de ensino e aprendizagem.

---

[4] Teoria defendida por L. S. Vygotsky, na qual todo o processo de aprendizagem está diretamente relacionado à interação entre os indivíduos.

Há que se ressaltar a importância dos recursos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem. Por meio deles é possível que o aluno tenha maior facilidade na compreensão dos conteúdos repassados pelo professor. Quando usados de maneira adequada, favorecem a aprendizagem e estimulam sua imaginação, fazendo com que progrida na sua aprendizagem, com o uso dos estímulos recebidos através do recurso pedagógico aplicado (REVISTA DAS FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS, 2013).

Outro enfoque abordado na entrevista diz respeito às dificuldades de implementação do projeto na escola.

> Um grande problema: muitos professores nunca ouviram falar do Projeto Avançar, não sabem como funciona, não tiveram treinamento, não sabem que o Avançar não pode ser trabalhado igual (ao regular)(...). Então, o professor não sabe nem que o aluno precisa tirar 8 em todas as matérias pra ele poder avançar muito (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Ela afirma que muitos professores não conhecem o PA e nem o seu funcionamento, além de eles não terem recebido treinamento para atuação nesse projeto, o que pode refletir de forma negativa na execução das ações. Esse argumento também foi usado pela supervisora da CDE 02, em entrevista realizada no dia 06 de junho de 2016, ao afirmar que “a falta de conhecimento do projeto faz com que os professores não tenham discernimento de como trabalhar o projeto através das metodologias [...]”.

Vale destacar que sem conhecer a proposta do projeto tais ações tendem a ser desenvolvidas de maneira inadequada pelo professor. Nesse caso, eles passam a atuar da mesma forma que no ensino regular. Pela falta de conhecimento da proposta, corre-se o risco de implementar a política de forma inadequada, com a possibilidade de não atingir de forma efetiva os objetivos propostos.

Nesse caso, vale destacar que se o professor não sabe como funciona o projeto e não conhece os critérios de aprovação, é função da equipe gestora orientá-lo. De acordo com a sua proposta (2005, p.15), é papel do gestor e pedagogo “fomentar subsídios para que o professor desenvolva a sua prática pedagógica em sala de aula”, não somente orientando sobre o seu funcionamento, mas também apoiando o docente no desenvolvimento da prática pedagógica em sala de aula, de acordo com a metodologia do projeto.

Outra questão abordada está relacionada à seleção dos professores que vai atuar nas turmas do projeto. Quando perguntada como ele são escolhidos, a gestora apontou que

> Não tem uma seleção. O que acontece é assim, quando a gente vai fazer a carga, o que a gente faz? Lotamos primeiro os efetivos, o último que fica é o Avançar. A gente vai completando logo com os que estão. Geralmente, a carga que sobra é o Avançar. E aí vem o professor e é lotado aqui (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Ao afirmar que não há seleção de professor, a fala vai de encontro à proposta do projeto, que afirma também que cabe ao gestor tal seleção, que deve ser criteriosa para o seu sucesso. No entanto, isso parece não acontecer na escola. Percebe-se que os professores são lotados no projeto não pelo perfil adequado para trabalhar em turmas de aceleração, como orienta a proposta, mas porque elas sobram quando é realizada a lotação e a SEDUC os envia para elas.

Vale ressaltar ainda que, na escola, os docentes não são contratados para trabalhar exclusivamente na turma do PA. Segundo o documento oficial, é responsabilidade do gestor e pedagogo selecionar o professor de acordo com o interesse em trabalhar no projeto, o que não foi o caso. O que acontece, em geral, é que a gestora prioriza o ensino regular na lotação dos professores e, caso ele não consiga completar sua carga horária semanal de atividades, ela é completada com a atuação no projeto. Isso foi confirmado na entrevista com os professores, ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a atuar no projeto. Todos disseram estar no projeto porque precisam completar a carga horária. Tal situação contradiz um dos critérios para seleção do professor.

O fato de os professores assumirem as turmas do projeto sem conhecer a sua estrutura de funcionamento, sem saber que tipo de metodologia e suas formas de avaliação, mostra, de certa maneira, os problemas que podem surgir na implementação de uma política. Condé (2013) destaca que a falta de conhecimento do funcionamento de um projeto, no todo ou em parte, é uma das dificuldades para sua implementação.

Ao ser questionada se os professores que atuam no projeto recebem alguma orientação ou capacitação, a gestora relatou que não há capacitação, mas sim orientação. Quando perguntada de que forma ela é realizada, quando e como acontece, a entrevistada relatou o seguinte:

> Foram realizadas duas vezes. No primeiro dia que a gente fez aquela jornada pedagógica, e nós conversamos, colocamos como era o Avançar. Depois dessa situação teve outra vez que a Secretária da escola foi pra uma reunião sobre o lançamento de notas, e aí ela chamou os professores e falou como que seriam lançadas as notas do Avançar. Mas é assim, a orientação é essa que a gente dá que tem que trabalhar com os alunos respeitando as dificuldades deles (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Percebe-se, assim, que as orientações são mais voltadas paras a questões burocráticas, como o lançamento de notas, por exemplo, que para orientar sobre o desenvolvimento das ações.

Com relação ao monitoramento do PA, vale ressaltar a sua importância na implementação de uma política, uma vez que é fundamental verificar se as ações previstas estão sendo realizadas.

> O acompanhamento que a gente faz é um acompanhamento mais de frequência, de notas, e quando vai chegando o final do 4º bimestre a gente começa a correr atrás desses meninos, o que não está vindo a gente vai atrás [...] (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

A gestora afirmou que o acompanhamento se dá muito mais em função das notas e frequências dos alunos e ressaltou que, na finalização do 4º bimestre, os trabalhos são intensificados na busca pelos alunos infrequentes.

Quando perguntada se há reuniões para avaliar o andamento do projeto, ela respondeu: “Não, as reuniões que a gente tem que fazer do Avançar é para saber como que os alunos estão se saindo. Ainda não fizemos nenhuma em 2016, mas tem que agendar uma pra fazer”.

Sua fala indica que o PA precisa de um acompanhamento maior, observando as ações propostas e as atividades desenvolvidas, não só a frequência e o rendimento dos alunos. A proposta do projeto prevê, por exemplo, avaliação diagnóstica no início do ano, projetos interdisciplinares e relatório descritivo, ações que devem ser monitoradas pela equipe gestora para verificar se estão sendo realizadas segundo a proposta do projeto.

Ao relatar que as reuniões do Avançar são para saber como os alunos estão se saindo demonstra preocupação somente com o rendimento, deixando de lado a verificação das outras ações. Isso também foi detectado na entrevista com os professores. É importante destacar que é nesse acompanhamento que se tem a convicção de que os objetivos e as metas estão sendo alcançados ou que a política

deve ser revista. Sem o monitoramento, corre-se o risco de não haver retorno positivo dos investimentos realizados e não alcançar os objetivos propostos.

Com relação ao tipo de apoio que escola recebe da CDE 02 para que o PA seja implementado de maneira efetiva, a gestora deu a seguinte resposta:

> O apoio que eles dão é o de assessoramento, mas nada impede, por exemplo, se eu tiver com alguma dificuldade eu posso pedir da professora, agendo. Então é assim, se a gente tiver alguma dificuldade é colocado em reunião. [...] Eles nos ajudam dessa maneira. A gente está esperando essa reunião. Ia acontecer, uma reunião com todos os professores do Avançar. Até coloquei no quadro, seria lá no Princesa Isabel. Aí o que foi decidido de última hora? Não seria mais com todos os professores, porque não teria como tirar todos os professores. Aí seriam alguns, depois decidiu que seriam só os assessores. Elas iriam pra lá, e depois elas iriam fazer uma oficina com vocês. E foi suspensa essa oficina, e a gente está esperando um novo agendamento (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Percebe-se que o apoio recebido da CDE é de assessoramento; entretanto, ele precisa ser mais bem organizado. O fato de as ações programadas não serem realizadas mostra a falta de organização na condução da politica implantada na escola. Destaca-se, ainda, que a redução no número de participantes pode estar relacionada à falta de recursos para atender à demanda. A falta de apoio efetivo compromete a implementação do projeto na escola.

Nesse sentido, Parente e Lück (2004, p. 10) apontam alguns fatores que dificultam a implementação de um programa: “a escassez de recursos materiais e a resistência na escola e na comunidade”. Com isso, o projeto se desenvolve sem atingir os objetivos propostos e as metas nele estabelecidas não são executadas efetivamente.

Outra questão abordada na entrevista, e central no desenvolvimento desta pesquisa, foi o abandono dos alunos, problema que tem gerado discussões entre os atores que atuam no projeto, uma vez que não se sabe os motivos para a ocorrência dessa questão.

Na entrevista, a gestora destacou a distância da escola da residência do aluno como problema para a realização do PA. Isso porque eles moram em bairros distantes e, por questões econômicas, já que nem sempre a família dispõe dos recursos necessários para custear o transporte, cujo valor atual pago pelo estudante

é de 50% do pago pelo usuário normal do transporte coletivo[5], muitas vezes deixam de participar das atividades.

> Problema do Avançar que eu vejo assim. A nossa clientela é toda do parque Mauá, Mauzinho e Vila da Felicidade (bairros de periferia), porque lá não tem nenhuma escola que ofereça o projeto. Então, eles vêm pra cá. Faltam porque é muito longe... outros faltam por que nem todo dia têm o dinheiro do transporte. Então, eu acho que esse é o grande problema aqui (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Verifica-se que os problemas elencados são gerados por um contexto social e econômico que foge às competências da escola, cujas consequências resultam em fracasso escolar, o que é reforçado por Quadro e Santana (2015, p. 5) quando afirmam que “uma alta porcentagem de fracasso escolar tem sua origem direta nas carências econômicas, sociais e culturais”. Nesse caso, há que se ressaltar que são fatores gerados em contextos externos à escola, mas que geram consequências negativas no cotidiano escolar.

Quanto aos fatores externos, a família também deve ser considerada como agente de transformação social. Nela o aluno irá encontrar referência para seu crescimento social, emocional e educacional. É ela que incentiva, que estimula e apoia o indivíduo a manter-se firme em busca do sucesso escolar. Sem ela, é mais difícil para o aluno manter-se motivado nos estudos, perdendo, na maior parte dos casos, o interesse pela escola (SOUZA, 2009).

Há também alguns fatores internos como uma escola não atrativa, professores despreparados, muitas reprovações, ausência de motivação, metodologia mal desenvolvida, forma e critérios avaliativos que dificultam a promoção do aluno, dentre outros (SILVA, 2012.). De acordo com AZEVEDO (apud SILVA, 2011, p. 4),

> o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

[5] No estado do Amazonas, o estudante paga a metade do preço da passagem no transporte coletivo, sendo a outra metade custeada pelo poder publico.

Também é necessário considerar problemas relacionados ao professor, como a falta de conhecimento acerca das estratégias metodológicas do PA, situação destacada pela gestora ao afirmar que os docentes do PA “não são preparados para trabalhar no Avançar”. Reflexo disso são aulas pouco atrativas, que não chamam a atenção do aluno, sem relação com seu cotidiano, e aulas que não o levam a pensar, a ter visão crítica sobre a realidade que os cerca.

Vale destacar que o desconhecimento do PA pode tornar o aluno mais passivo diante da realidade social em que vive. Nesse sentido, Oliveira (2006) afirma que o professor, em uma sociedade em constante transformação, deve contribuir com seu conhecimento e experiência para que o aluno seja mais participativo e criativo, saindo da passividade, tornando-se sujeito da sua própria ação.

Na entrevista, a gestora destaca ainda a questão da apatia e da ausência dos alunos como um problema para a realização do PA. “O que incomoda a gente no Avançar é a ausência e a apatia deles. A ausência não é só deles. A gente não pode dizer que é uma característica só deles, é do 9º ano, é do 6º ano, é do 7º ano, é esse o problema”.

A questão da apatia dos alunos é um problema destacado também na entrevista com os professores, uma vez que cinco dos nove entrevistados citaram o desinteresse como problema para a realização do PA. De acordo com Fernandes e Costelini (2011), o aluno apático não vê importância no aprendizado e se mostra pouco ativo e sem envolvimento em sala de aula. Para esses autores, o reflexo dessa apatia poder ser a queda no rendimento escolar, reprovação ou até mesmo abandono escolar.

Diante dos problemas abordados, é importante que a escola não seja omissa, devendo ser parceira do aluno na busca por uma solução. É encontrar alternativas no sentido de reduzir o problema do abandono. Sabe-se que modificar esse quadro não é tarefa fácil, visto que são situações que vão além dos muros da escola, mas há posturas que podem ser adotadas para melhorar gradativamente a situação do abandono.

Para isso, é fundamental que a escola busque estreitar suas relações com a família, visando ao bem-estar do aluno, pois desse modo terá mais possibilidade para alcançar seus objetivos educacionais (SOUZA, 2009). Em relação ao abandono, foi questionado à gestora o que a escola tem feito para evitar o problema e como monitora os alunos infrequentes.

> O acompanhamento está assim: se for perto, a gente vai atrás, como eu já fui até do 9º ano e do Avançar. Tem aluno que está faltando muito eu vou passar para a supervisora de abandono escola [responsável pelo abandono escolar na CDE]. Se a supervisora de abandono não tiver nenhum retorno, se ela encontrar alguma dificuldade ou alguma situação que ela não pode ajudar, ela chama o Conselho Tutelar (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Observa-se que há uma preocupação da escola com relação ao abandono e que as ações estão pautadas em uma sequência de responsabilidades para evitar que o problema aumente. Primeiramente, a gestora tenta resolver fazendo visitas aos alunos faltosos indicados pelos professores e que moram próximos à escola. Quando o aluno está com muita falta, essa questão é repassada ao CDE, onde há uma pessoa responsável pelo abandono escolar que faz visitas a ele. Quando não há retorno positivo, o caso é repassado ao GEPPAE na SEDUC/AM.

Outra situação relatada está relacionada às dificuldades para desenvolver as ações de combate ao abandono escolar, principalmente pela falta de comunicação com os pais. Isso se deve ao fato de que a maioria mora em bairro distante e a comunicação é apenas via telefone. Entretanto, alguns pais colocam telefones que não existe, o que torna ainda mais difícil a comunicação. Além disso, é quase impossível convocá-los para reuniões periódicas, a fim de tratar de problemas relacionados aos alunos do projeto.

As dificuldades em desenvolver ações de combate ao abandono refletem o quanto a escola é impotente diante de questões sociais, que muitas vezes fogem à sua competência. Mostra o quanto é difícil para a equipe gestora combater o fracasso escolar quando os fatores responsáveis por ele estão relacionados à questão socioeconômica da família do aluno. Para Parente e Lück (2004), discutir o fracasso escolar é ir além da situação econômica familiar. É analisá-lo a partir da exclusão social, cujas raízes estão ligadas às estruturas política, econômica e social.

Na entrevista, a gestora destacou alguns pontos positivos do projeto:

> O Avançar já se destacou demais aqui. Em 2013, o Avançar teve um... um. Era a primeira mostra exitosa do Avançar. Eu lembro que era a Erica que era a professora deles. Ela trabalhou a parte de formas geométricas, e eles foram os que melhores se saíram de todos os trabalhos, tanto que nós ficamos na frente. O Avançar se destacou quando tinha o Jovem Cidadão que todos os meninos participavam, dançavam. Concurso de redação, que aquela menina do Avançar (2014) ganhou aquele concurso de povos indígenas, uma menina do Avançar que se deu bem. E o que mais? Ano passado (2015) o melhor aluno foi o Alexandre, que era do Avançar. Então, aqui na escola o Avançar se destacou. (melhor aluno em?) De todos os

> alunos. A gente tinha que escolher um, por nota, por comportamento, e ele foi escolhido. Então eu vejo assim, que o Avançar aqui na escola se destacou, e esse ano (2016) a gente não tem aluno com problema. O problema deles é que eles moram longe, tem dificuldade. Em outras escolas o Avançar é marginalizado (Gestora. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

A gestora destacou que os alunos do PA não são discriminados na escola, ao contrário de outras instituições nas quais são marginalizados. O fato de alguns alunos se destacarem, participando dos projetos e concursos, mostra a importância do trabalho em envolvê-los nesses tipos de eventos. Vale ressaltar a participação em 2016 no Projeto Educar para o Envelhecer[6], Amigos do Meio Ambiente[7] e nas atividades pedagógicas, como Caminhada pelo Meio Ambiente, visitas a órgãos de Preservação Ambiental e Mostra de Jogos Matemáticos.

Há que se destacar que, quando o aluno participa de atividades práticas como projetos e concursos, é possível assimilar conceitos só estudados em aulas teóricas. Segundo Piletti (2004), a aula prática é uma forma de estimular o educando a ampliar a visão da capacidade de aprender e perceber que também pode ser um agente capaz de mudar a realidade em que vive.

Na sequência será analisada a entrevista com a pedagoga da escola.

2.3.2 A visão da pedagoga

De acordo com a proposta pedagógica do PA, o papel da pedagoga é auxiliar os professores a desempenhar melhor suas funções pedagógicas, acompanhar o rendimento escolar do aluno e dialogar com docentes, alunos e responsáveis para melhor desenvolver as ações do projeto. A pedagoga acompanhou o projeto na escola desde a implantação e, atualmente, está aposentada, mas aceitou falar sobre o seu funcionamento na escola.

Ao ser perguntada a respeito do PA, disse que se “o Projeto Avançar se tivesse sido colocado, desde o início, como projeto específico seria de grande

---

[6] Projeto de iniciativa da Gerência de Programas, Projeto e Atendimento ao Escolar – GEPPAE/SEDUC/AM – em funcionamento na Escola Alfa desde 2015, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de práticas escolares que promovam a educação para o envelhecimento dentro da comunidade escolar, por meio de atividades que suscitem nos alunos o respeito ao idoso, ao envelhecer e ao Estatuto do Idoso.

[7] Projeto de iniciativa da Escola Alfa, cujo objetivo é promover momentos de sensibilização com os alunos a fim de despertá-los para a formação de hábitos e atitudes com relação à valorização e preservação dos ambientes frequentados no espaço escolar.

utilidade e êxito porque ele é um projeto para correção do fluxo escolar idade-série" (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Relatou que a maneira como ele vem sendo trabalhado ao longo desses anos não tem contribuído para resultados exitosos, vez que algumas ações não estão sendo trabalhadas de acordo com as orientações do projeto. Ele sugere, por exemplo, que sejam desenvolvidos projetos interdisciplinares como forma de reforçar a aprendizagem e o envolvimento dos alunos no cotidiano da sala de aula, além de reunião mensal, conselho bimestral, relatórios e planejamento. Quando questionada se essas ações aconteceram, a pedagoga assim respondeu:

> Infelizmente, nem todas essas ações foram realizadas, por uma série de fatores. Um desses fatores era a falta de alguns professores, a falta também de alunos que faltava muito, desinteresse dos pais, ou muitos já deixam os alunos por terem idade já dizem para eles se cuidarem. E então, atrapalhava algumas dessas ações (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Citou a falta de professores e alunos e o desinteresse dos pais como empecilho para a realização de algumas das atividades, e quando questionada acerca dos prováveis motivos para isso, afirmou que

> eu acho que um dos grandes motivos, a meu ver, o projeto deveria ter sido mais acompanhado como realmente ele foi proposto. O projeto para correção, e não sendo dada tanta importância como deveria ter sido ele deixou muito a desejar. Porque muitas vezes ele foi tratado como aulas seriadas (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Destacou, ainda, que as ações vêm sendo executadas muito mais com base nas práticas de um ensino seriado que de um projeto.

> Na minha visão é que o projeto deveria ter sido trabalhado como um projeto específico, com professores específicos, livros, um material que pudesse ajudar o aluno e o professor para aquilo que foi proposto. Isso não aconteceu ao longo desses anos, e muitas das ações desse projeto foram perdidas, e eles passaram praticamente um projeto sem nada (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Para ela, tais ações devem ser trabalhadas de forma diferente da do ensino regular, o que ajudaria o aluno a se envolver mais na construção do saber pedagógico, passando a ter uma maior interação com os professores. Isso ajudaria sobremaneira a construir um aprendizado mais efetivo. Segundo Santos

(2006, p. 57), “propor a metodologia por projetos e trabalhar com ela é permitir que o aluno aprenda no processo e possa refazê-lo, caso haja necessidade”. Nesse caso, ele se torna agente do próprio saber, responsável pelo seu crescimento dentro do processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se, na metodologia por projetos, que os professores que utilizam desse recurso devem ter domínio da prática, uma vez que ela será fundamental para a aprendizagem do aluno.

A pedagoga foi indagada sobre desde quando as ações do projeto vêm sendo trabalhadas de maneira diversa da proposta.

> Porque nessa escola quando nós começamos com o Projeto Avançar, ele funcionou apenas nos anos iniciais. Então, ele veio com uma proposta bem melhor, aconteceram essas ações. Quando nós passamos ter também, ampliou o projeto para os anos finais ficou mais difícil porque não tinha professores só para o projeto, e acabou o professor dividindo carga entre seriados e o Projeto Avançar (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Percebe-se, assim, o destaque para a dificuldade em trabalhar o PA nos anos finais do EF especialmente pela falta de professores exclusivos para o projeto, já que eles também atuam nas turmas de ensino regular. Isso responde ao questionamento feito à pedagoga sobre o porquê de o professor não trabalhar exclusivamente no projeto.

> Quando o professor dá aulas específicas como Português e Matemática que tem um número maior de aulas, e tem turmas suficiente para que esse professor possa preencher seu número de aulas, então ele ficaria só com o Projeto Avançar. Mas isso, infelizmente, não acontecia em todas as outras disciplinas porque o professor precisava dividir com o seriado para poder completar a sua carga. Porque nunca o Projeto Avançar, a meu ver, foi trabalhado realmente como um projeto específico (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

É possível compreender que só há possibilidade de o professor trabalhar apenas no projeto se houver demanda de turmas, o que não ocorre na escola pesquisada, uma vez que foram formadas apenas duas turmas nos últimos anos. Nesse sentido, quando perguntada se existe seleção de professores para atuar no projeto, informou que “os professores são indicados pela Secretaria de Educação, juntamente com o Distrito, que é a divisão no qual a escola está inserida no Distrito 2. E aqui o professor era inserido na carga horária juntamente com o seriado”.

O relato da pedagoga sobre a não seleção de professores com capacidade para atuar no projeto confirma o que a gestora já comentara em entrevista, ou seja, eles não são indicados pela escola, mas pela SEDUC/AM. Vale ressaltar que, se há orientação na proposta para que gestor e pedagogo selecionem educadores com o perfil adequado para atuar nas turmas do projeto, e isso não acontece, então, fica claro que o processo de implementação do Programa de Correção de Fluxo não está sendo realizado eficazmente.

Entretanto, cabe apontar, essa é uma questão que pode ocorrer na implementação de uma politica. Condé (2013) afirma que algumas situações podem ser previamente previstas, citando o excesso de centralização e controle por parte de órgãos superiores como exemplo. É o que acontece na seleção na escola em análise: a SEDUC/AM delega aos gestores e pedagogos essa responsabilidade, o que não ocorre na prática, uma vez que os professores já são enviados pela secretaria à escola sem que a equipe gestora participe do processo de seleção.

Na entrevista também foi questionado como é realizado o acompanhamento pedagógico e que tipo de suporte é dado ao professor.

> Nessa escola nós trabalhamos com 12 turmas diárias, e somente um pedagogo para atender o seriado e as turmas de Projeto Avançar. O projeto deveria ser feito por módulo, que isso nunca aconteceu. Então, a meu ver, o projeto trabalhou como seriado, realmente, pelo número de aulas e pela carga horária. Então, isso dificultava um pouco se colocar até as ações realmente pedagógicas. Porque são alunos trabalhosos, alunos já fora da faixa etária, fora também do seu fluxo escolar, e eles dão muito trabalho, faltam muito, e o desinteresse deles é bem maior. Deveria ter, a meu ver, um pedagogo acompanhando essas turmas para que o rendimento fosse melhor (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

A pedagoga fala da estrutura de funcionamento das turmas, mas não de como é realizado o acompanhamento pedagógico, parecendo mais preocupada em sugerir de que maneira o projeto deveria funcionar, demonstrando a dificuldade para colocar em prática as ações pedagógicas.

Além disso, ao atender aos pais e dar suporte ao trabalho do professor, tanto no ensino regular como no projeto, a pedagoga dá a entender que há uma demanda muito grande para um só profissional. O ideal, segundo ela, seria um pedagogo para acompanhar apenas as turmas do projeto, a fim de tornar seu rendimento mais satisfatório, o que seria impossível, uma vez que dificilmente o poder público contrataria um profissional para dar suporte a uma turma de projeto.

> Olha, aqui nessa escola nós demos muita liberdade para que o professor trabalhasse. Dávamos o suporte que a escola sempre ofereceu, como: Tv Escola, projetos interdisciplinares, as reuniões acontecendo com os professores, e as outras ações que eram possíveis. Porque nós nunca tivemos livros específicos que atendessem, realmente, a necessidade do professor nem dos alunos (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Apesar de a pedagoga informar que dá suporte pedagógico para o docente desenvolver o seu trabalho, o que se observa é que ele se resume ao uso dos recursos pedagógicos e não ao auxilio na condução dos seus projetos ou assessoramento para melhorias na prática docente. Vale ressaltar que uma das funções do pedagogo, de acordo com a proposta, é apoiar o professor no desenvolvimento de projetos interdisciplinares e na prática em sala de aula. Embora ela relate que a escola oferece recursos para ajudá-lo, o que se percebe é que um dos materiais usados pelo aluno, que é o livro didático, não é oferecido pela instituição. Sobre essa questão, uma das professoras disse que

> a questão do livro, como já falei, material didático que eles não tiveram mesmo. Porque eu penso assim que se eu estou implantando um projeto eu já tenho que ter ali o meu material pra trabalhar com ele, a escola tem que dá um jeito (suporte) sim um suporte pra entregar o material, mas não aconteceu, já veio depois de uns três anos a quatro foi que veio aparecer (P4. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

O livro e material didático são instrumentos importantes no processo de ensino. Com eles, o professor pode desenvolver melhor sua aula e o aluno tem grandes chances de melhorar o seu aprendizado. Na sua falta, é provável que os objetivos e as metas não sejam atingidos na totalidade e os problemas relacionados ao ensino e a aprendizagem aumentem. Entretanto, quando usados de forma adequada, fazem grande diferença na vida escolar do aluno. Segundo Ramos (2012, p. 10), “através dos recursos didáticos diferenciados e com a elaboração de metodologia adequada para a prática de ensino é possível contribuir no desenvolvimento cognitivo e na formação social do aluno”.

Quando perguntada sobre quais as maiores dificuldades relatadas pelos professores no trabalho com PA, a pedagoga respondeu:

> o abandono escolar. É uma das grandes dificuldades que o professor enfrenta porque o aluno falta muito, e ele já tem uma deficiência muito grande de conteúdos, e isso dificulta muito o trabalho. Então, é uma das

> reclamações do professor (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

O resultado disso são estudantes com baixo nível de aprendizagem, influenciando de maneira negativa o trabalho do professor e contribuindo, dessa forma, para o fracasso escolar.

Durante a entrevista foi questionado à pedagoga se ela já tinha participado de alguma capacitação ou estudo sobre o PA, pois, como se sabe, é sua função apoiar o corpo docente nas suas práticas pedagógicas.

> Eu, particularmente, participei apenas de duas capacitações. Não foi bem uma capacitação. Foram reuniões informativas sobre o projeto, e como a gente ia atender. Porque tínhamos que atender não só o projeto, mas a escola inteira. Então, eles davam algum suporte, algumas informações de como melhor direcionar o trabalho para atender o projeto, que não era fácil com 12 turmas que a gente tem aqui nessa escola (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Observa-se que os encontros de capacitação eram muito mais para orientar, de forma geral, o trabalho pedagógico que para capacitar os professores em atividades para atender exclusivamente ao projeto. Nesse caso, vale ressaltar que os encontros para discutir o projeto são fundamentais, visto que o quadro de professores que atuam do projeto sempre se renova, mostrando a necessidade de orientações constantes da pedagoga.

Ao ser questionada sobre as dificuldades para desenvolver as ações do PA, a pedagoga disse que

> A maior dificuldade é, a meu ver, o projeto não ser atendido realmente com um projeto. Ele está inserido dentro da escola juntamente com outras turmas de seriado, o que dificulta porque o tempo é curto para se trabalhar com muitas turmas e uma das dificuldades é que os alunos do Projeto Avançar são todos fora da faixa etária e precisam de atenção especial, porque são alunos que vêm com muitas dificuldades, não somente de conteúdo, mas dificuldades sociais também (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Sua fala reforça novamente o fato de as estratégias, metodologias e formas de avaliar das turmas do PA serem semelhantes às do ensino regular. Foram citadas ainda dificuldades de conteúdos e sociais como problema para o PA. Sobre elas, o pesquisador indagou quais ações a escola desenvolve para superá-las:

> Uma das ações que a escola desenvolve são as reuniões com os próprios alunos, conscientizando da necessidade que eles têm, e do que o projeto representa na vida deles, reuniões com os responsáveis para que eles também tenham consciência de como funciona o projeto e qual é o benefício do projeto na vida do aluno, e muitas ações interdisciplinares dentro da escola juntamente com alunos e professores (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

A entrevistada destacou as reuniões com alunos e pais de alunos como ação para superar os problemas relatados. Entretanto, isso poderia ser mais eficiente, uma vez que os alunos precisam de reforço para reduzir o problema de aprendizagem. Com relação às ações interdisciplinares, elas aconteceram com a participação dos professores, citando como exemplo a realização de projetos de Ciências e meio ambiente, mostra de Matemática, feira de Geografia e hora cívica.

Ao ser questionada como avaliava o projeto e se os objetivos propostos estavam sendo alcançados, a pedagoga respondeu que

> o projeto poderia ser trabalhado por módulos, a meu ver seria mais prático para atingir o aluno. Porque o aluno tem uma defasagem muito grande de conteúdo, [...] um aluno do 7º ano e já abandonou a escola há uns 2 ou 3 anos, e ele vem praticamente zerado dos seus conteúdos, e ele vai trabalhar conteúdos do 7º e 8º, conteúdos seriados, fica muito difícil. Ao meu ver, se trabalhar por módulos o aluno teria mais chance de aprender, de se interessar melhor do que uma aula de 50 minutos de Português, uma aula de 50 minutos de Matemática, e outra de História, e assim por diante. Se fosse por módulos trabalhados realmente como aluno, eu tenho certeza que teríamos um aprendizado melhor (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Ela expôs o fato de os alunos do projeto terem grandes dificuldades de aprendizagem, mas estarem sujeitos a aulas com tempos iguais aos do ensino regular. Na opinião da pedagoga, isso dificulta o trabalho do professor, que não consegue alcançar de maneira efetiva o aluno. Se os conteúdos das disciplinas curriculares fossem trabalhados por módulos, com tempos de aula maiores, os resultados em termos de aprendizagem seriam melhores.

Com relação ao abandono nas turmas do projeto, a pedagoga destacou o problema social como um dos principais fatores. Disse também que a escola tem um problema social muito grande devido à área em que se encontra, como desestrutura familiar, tráfico de drogas e prostituição. Ela informou ainda que muitos alunos moram longe da escola, o que os desestimula a frequentar a escola. Tais fatores também foram relatados pela gestora, ao falar da infrequência do aluno, mostrando consenso na opinião das duas.

> Em minha opinião, a idade não condiz com os interesses mais. E o projeto não atinge totalmente os interesses do aluno. Isso é minha opinião básica, porque eles já estão fora da sua faixa etária. Então, precisava de estímulos mais específicos para que eles se interessassem. Nessa idade, eles hoje têm muitos interesses próprios, como: namoro, trabalho, moram longe, eles não tem ânimo, condição social, não tem estrutura familiar, muitas vezes não tem recursos financeiros pra manter esse aluno até pro seu próprio transporte. Então, isso é um dos motivos que desestimula o aluno pra vir, mas tem muitos outros motivos (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Ela citou o estímulo ao aluno como uma das formas do fazer pedagógico para o interesse pelo estudo. Segundo a proposta pedagógica do PA, a falta de motivação é um dos maiores obstáculos, o que

> impede o aluno de avançar no seu processo de aprendizagem. A motivação é um dos principais fatores que interferem no comportamento de uma pessoa. Ela influencia em todos os tipos de comportamentos, permitindo um maior envolvimento em atividades que se relacionem com a aprendizagem (PROJETO AVANÇAR, 2005, p. 27).

Para Kobal (1996), é fundamental sempre motivar o aluno, para que ele se sinta cada vez mais interessado em aprender. Nesse sentido, é importante que o professor domine os conceitos e as teorias sobre motivação, pois assim terá maior capacidade para ajudá-lo a manter o empenho frente aos estudos e, assim, evitar que ele abandone a escola.

Com relação ainda ao abandono, foi perguntado se existe alguma ação da escola para resgatar os alunos e que tipo de trabalho é realizado para que ele não abandone o projeto.

> A gestora tinha muito interesse, e ela fez algumas ações juntamente com a secretária da escola, alguns professores que se interessavam, até de fazer visita domiciliar para saber o que estava acontecendo e o porquê da ausência do aluno. Muitas vezes tinha retorno, e é gratificante. Que pena que a equipe gestora é um número bem reduzido, e não tem como alcançar ao número de alunos que nós gostaríamos de atender
> (Pedagoga. Entrevista realizada em 3 de maio de 2016).

Sua fala confirma uma das ações destacada pela gestora, que são as visitas aos alunos infrequentes. Entretanto, ela relata que a estrutura reduzida da equipe gestora impede que esse trabalho seja realizado de forma eficiente. Nesse caso, vale ressaltar que, sem uma estrutura que atenda de maneira adequada a todas as

demandas da escola, dificilmente os resultados serão satisfatórios, o que gera o fracasso.

No próximo tópico, será feita uma análise da entrevista com a supervisora pedagógica da CDE 02.

2.3.3 A visão da supervisora pedagógica da CDE 02

A supervisão educacional constitui-se em um trabalho profissional que tem a função de auxiliar os professores nas questões pedagógicas, para que eles possam desenvolver de maneira satisfatória o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar. Em uma instância superior, o papel desse profissional é assessorar os órgãos subordinados a ela. Na CDE 02, o supervisor pedagógico tem a função de acompanhar o trabalho da equipe gestora e dos professores nas escolas, verificando a parte administrativa e pedagógica.

A supervisora da CDE 02 que acompanha a Escola Alfa, há cinco meses na função, quando indagada sobre o PA enquanto política pública, informou que

> ele é um projeto muito bom, mas com pouca compreensão da sua função dentro da escola, O PA é pra corrigir a distorção idade/série e oportunizar esse aluno que por diversos motivos teve essa distorção. E acaba que a escola torna esses alunos do projeto é... excluídos e vê neles como fonte de um problema. Essa não é a função do projeto, a função do projeto é fazer deles... é ser para eles uma solução. A falta de conhecimento do projeto faz com que os professores não tenham discernimento de como trabalhar o projeto através das metodologias [...] (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Para ela, os professores desconhecem a proposta pedagógica do projeto e, sem ter conhecimento de como trabalhar as ações dentro da metodologia do projeto, acabam desenvolvendo aulas sem alcançar os objetivos propostos. Vale ressaltar que a proposta pedagógica do PA tem como eixo a função equalizadora, garantindo ao jovem a igualdade de oportunidades na construção do conhecimento, o que é fundamental para que o aluno não se sinta excluído do processo escolar.

Em relação à falta de conhecimento do projeto, é importante destacar que alguns professores estão atuando nele pela primeira vez e ainda não receberam nenhuma orientação. Até mesmo quem está há mais tempo relatou nunca ter sido capacitado para trabalhar no projeto. É o caso, por exemplo, do P6 que, ao ser questionado se recebeu alguma orientação, afirmou que “durante esses 3 anos nós

tivemos uma reunião na coordenadoria onde eles apenas ensinaram como lançar as notas e transformar essa nota em conceito” (P6. Entrevista realizada em 2 de junho de 2016). Sobre a mesma situação, P3, que atua no projeto desde a implantação, deu o seguinte depoimento:

> Não. o meu conhecimento sobre isso foi pessoal, num curso de formação que eu fiz para trabalhar com a EJA , com a educação de jovens e adultos que não é especificamente o Projeto Avançar. Mas as orientações são básicas são feitos pela coordenadoria aonde tem o acompanhamento básico. Não de metodologias diferenciadas ou do resultado do projeto, ou em ralação a uma avaliação do projeto, nunca tivemos esse tipo de formação. Nem informação (P3. Entrevista realizada em 1 de junho de 2016).

O relato das professoras mostra que a falta de conhecimento do projeto pode ser reflexo da falta de orientação da equipe gestora. Vale ressaltar que a sua proposta prevê encontros pedagógicos para reflexão e troca de experiências como forma de melhorar a prática em sala de aula. Neles a equipe gestora e os professores teriam a oportunidade de discutir e dar encaminhamentos de trabalhos a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo. Por meio das reuniões pedagógicas, o professor tomaria ciência da proposta pedagógica trabalhada com os alunos. Segundo Torres (2007, p.45),

> as reuniões pedagógicas vêm sendo apontadas como espaço privilegiado nas ações partilhadas do coordenador pedagógico com os professores, nas quais ambos se debruçam sobre as questões que emergem da prática, refletindo sobre elas, buscando-lhes novas respostas e novos saberes, ao mesmo tempo.

Desse modo, os encontros pedagógicos são espaços privilegiados para a discussão da prática pedagógica, bem como ambiente propício para reflexão, busca de soluções para os problemas de caráter administrativo e pedagógico que surgem e compartilhamento de novas metodologias de ensino. Em se tratando do PA, esse é momento que a equipe gestora e professores têm para discutir os problemas relacionados ao projeto, buscando alternativas a fim de reduzi-los.

Na entrevista, quando questionada se as escolas da CDE 02 trabalham o PA de acordo com a proposta do curricular do programa, a supervisora fez o seguinte comentário:

> As escolas que possuem o projeto avançar, os gestores, graças a Deus, eles têm um olhar diferenciado para essas turmas né, mas com o fato dos alunos terem essa distorção e as vezes é uma distorção grande então fica difícil para o gestor acompanhar a frequência do aluno, certo. O aluno do projeto, por ele se sentir diferenciado dentro da escola, muitas vezes, tende a abandonar ou ser infrequente, mas dentro da nossa coordenadoria os gestores e os professores eles têm sim um olhar diferenciado para o avançar (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Percebe-se que a entrevistada não respondeu de maneira clara a pergunta. Quando informa que gestores e professores da CDE 02 têm um olhar diferenciado sobre o PA, ela passa a ideia de que o projeto está sendo desenvolvido de acordo com a proposta do programa de correção de fluxo e que as ações estão funcionado normalmente. Entretanto, isso pode ser questionado em função das ações que, apesar de estarem previstas de acontecer, não têm sido percebidas na Escola Alfa.

Na fala dos professores, por exemplo, foi observado que a maioria não trabalha com projetos interdisciplinares e nem todos realizam avaliação diagnóstica. Vale ressaltar que essas são ações previstas no projeto, mas que não ocorrem de acordo suas determinações. Questiona-se ainda o fato de a supervisora dizer que o aluno com distorção idade/ano dificulta o trabalho do gestor em relação ao acompanhamento da frequência. Cabe ressaltar, contudo, que o monitoramento da frequência do aluno independe de série que está frequentando.

Foi questionado também se a CDE 02 oferece algum tipo de ajuda para que o PA seja mais bem desenvolvido na escola.

> [...] o suporte que a coordenadoria oferece é formações, já estamos com um calendário de formações para os professores do avançar, nós já oferecemos formação para os gestores e os secretários para atentar a várias necessidades que o projeto possui. Então assim a coordenadoria, ela mantém um calendário de formações para esse segmento, atentando que cada ano há uma renovação de professores para esse segmento, então por isso que esse processo é praticamente anual (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

A supervisora destacou que a ajuda da CDE 2 são as formações, o que não condiz com a fala da gestora, que informou que o apoio recebido pela escola é de assessoramento. Já a pedagoga disse ter participado de duas reuniões para receber informações sobre o projeto. Com os professores, a supervisora disse que há um calendário de formações, mas não deixou claro se já houve capacitação.

Sobre essa situação, a maioria dos professores disse não ter recebido nenhum tipo de orientação, como apontado pela P6: “Durante esses 3 anos nós

tivemos uma reunião na coordenadoria onde eles apenas ensinaram como lançar as notas e transformar essa nota em conceito". Percebe-se, então, a necessidade de maior apoio por parte da CDE 02, no sentido de atender às escolas e tornar mais efetivo aos professores o conhecimento do processo de operacionalização do PA.

Ao ser questionada como se dá o processo de seleção dos docentes que atuam no projeto, a supervisora respondeu que

> essa questão de seleção não existe por que é questão de lotação, certo?. Então o professor, ele seleciona a escola, então conforme a vaga ele é direcionado para o avançar ou não. Então não há uma seleção para os professores do avançar (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Ao afirmar que não há seleção de professor para atuar no PA, a supervisora reiterou o que a gestora e pedagoga já haviam informado anteriormente. Vale ressaltar que sem levar em consideração o perfil adequado indicado na proposta para selecionar professores, corre-se o risco de se ter profissionais nas turmas do Avançar sem dinamismo e empenho. Com isso, o aluno pode perder o interesse em frequentar as aulas e participar das atividades pedagógicas. Sobre o papel das atividades pedagógicas, Gris e Tondin (2015, p. 9) destacam que elas têm a função de "contribuir para o diagnóstico e o levantamento de dados para, a partir deles, reorganizar o processo pedagógico com vistas ao êxito do estudante".

Com relação ao monitoramento do projeto, foi questionado como a CDE 02 faz esse acompanhamento, realizado através do rendimento bimestral e da relação mensal da frequência repassada pelos gestores. Também foi perguntado se a coordenadoria mantém algum cronograma de visita e o que nele é previsto.

> Sim, existe sim. Quando eu vou à escola, eu vou direcionada para vê a frequência, o que já foi feito pela escola, pra ver essa infrequência, sinalizar a coordenadoria, a responsável pelo abandono escolar, que é a supervisora pedagógica e procurar também saber dos professores, argumentar com os professores se eles têm alguma necessidade de orientação (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

A supervisora destacou duas questões ao monitorar o PA na escola: a frequência do aluno, fundamental para evitar o aumento do abandono, e a orientação aos professores, necessária para que ele tenha conhecimento do projeto. Nas duas situações, é importante destacar o papel que a supervisora desempenha nas visitas às escolas, identificando os problemas e dando os devidos

encaminhamentos na tentativa de solucioná-los. Essa é a função de quem acompanha a implementação de uma política pública: verificar as dificuldades na realização das ações, indicando os problemas que a impedem de obter resultados eficazes. De acordo com Condé (2013), o monitoramento de uma política se faz necessário para que se verifique a efetividade das ações e se corrija os possíveis erros na implementação.

Sabe-se que problemas podem surgir na implementação de uma política e, por isso, foi perguntado à supervisora quais as principais dificuldades relatadas pela equipe gestora com relação a essa questão.

> Não só dessa escola, mas de todas é a infrequência dos alunos, e essa infrequência dos alunos vem por conta dele se sentir constrangido, a palavra é essa constrangido, porque tá... digamos, imagina um menino fazendo o avançar do 1º ao 5º, ele tá com 15 anos no meio dos pequenos, da mesma forma como nós temos também meninos de 18, 19 cursando o avançar. Então ele já tá muito distante da sua idade né, pra ele ser inserido dentro do ensino regular (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Ela citou a infrequência dos alunos como um dos problemas indicados pela equipe gestora, fator responsável pelos resultados negativos nos programas de aceleração da aprendizagem. Sem frequentar a escola, o aluno terá maior dificuldade na assimilação dos conteúdos, o que poderá levá-lo à reprovação. Além disso, ele passa a não interagir com outras pessoas em um ambiente de aprendizagem, deixando de construir o conhecimento e sendo impedido de buscar e adquirir habilidades na leitura, na escrita e no cálculo, permanecendo, assim, à margem do processo de aprendizagem.

Além disso, as constantes infrequências devem ser motivos de preocupação, uma vez que podem levar ao abandono. Nesse caso, é importante identificar suas causas a fim de atuar na prevenção. A supervisora apontou o constrangimento do aluno por sentir-se com defasagem idade/ano alta em relação aos alunos menores. Entretanto, é provável que os motivos estejam além desses. A forma inadequada como o projeto foi implantado, com ações não colocadas em prática, pode ser o motivo para uma parcela dos alunos infrequentes. Outros motivos, como a relação entre professor e aluno, ausência de estratégias que levem o aluno a interagir em sala, dificuldades de aprendizagem, grande distância entre a residência e a escola também podem estar relacionados a esse fator.

A supervisora também foi questionada se existe relatório da CDE sobre o acompanhamento do PA na escola, o que nele é contemplado e se ele é discutido com a equipe gestora.

> Sim nós prestamos relatório é... [o que é contemplado nesse relatório?] o rendimento das turmas, a frequência, as ações de acompanhamento dessa frequência e a redução do abandono [Ele é discutido com a equipe gestora e os professores?] com os professores nós não tivemos ainda esse momento de discussão, mas com os gestores sim, mas nós estamos..., a secretaria montou agora, repassou para nós um cronograma, então nós estamos tentando nos organizar também para poder chegar até os professores [...] (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

O acompanhamento do PA é feito por meio de um relatório, no qual são registrados o rendimento, a frequência e o abandono da turma. Vale ressaltar que as ações do projeto vão além das questões citadas e na fala da supervisora não se percebe-se, por exemplo, se a escola realiza avaliação diagnóstica, como é feito o planejamento e se os professores se reúnem com a equipe gestora para discutir o andamento do projeto.

Cabe notar que o relatório é uma forma de monitorar o andamento do PA e discutir com todos sobre o seu desenvolvimento, a fim de corrigir ou melhorar ações ainda não trabalhadas de forma efetiva. Por isso, é fundamental a participação do professor nessa discussão. Além disso, acompanhar o andamento do projeto é seguir um dos preceitos da implementação de uma política, que é o monitoramento. Segundo Lück (2009), é no monitoramento que se observa se a politica está sendo implementada de acordo com o planejado e se as metas e os objetivos propostos estão sendo alcançados.

É importante destacar que o PA vem sendo desenvolvido na Escola Alfa desde 2011, porém, com taxas de abandono que ainda preocupam. Para a supervisora, isso acontece

> pela falta de compreensão e de socialização realmente do quê que é o projeto avançar em todas as esferas, então às vezes o gestor sabe, o professor sabe, mas o aluno não entende o quê que é o projeto, o que o projeto oportuniza a ele, então assim, nós temos um cronograma, mas eu e a [supervisora Fundamental I], desde começo do ano, nós temos essa vontade de fazer essa reunião com os alunos pra repassar a eles o quê que é o projeto, o quê que eles ganham com esse projeto, o quê que eles recuperam com esse projeto, porque que a frequência deles é importante, qual a importância e do desenvolvimento das atividades, que eles podem recuperar dois anos, até três anos de distorção e isso fazer com que eles se

> sintam valorizados (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Outra pergunta relacionada ao abandono foi saber quais as causas que levam o aluno a parar de frequentar o projeto.

> As vezes nós temos alunos aqui que mora muito longe. O menino tá estudando aqui, tá matriculado aqui na Escola Alfa, mas ele é da zona leste. Então os pais perderam o emprego não tem como manter sua condução ele não tem como nem vir pra escola, então pra aquela zona é difícil achar outra escola que tenha o projeto avançar, tem poucas escolas estaduais, mais municipais. E na rede municipal não tem o projeto avançar. Então enes motivos interferem nessa frequência. Tem até do poder aquisitivo da família de mandar o aluno á escola, também, digamos... o constrangimento do aluno se sentir, certo. E às vezes o professor por não entender a metodologia do projeto, então não consegue adequar a sua metodologia para aquela turma, e isso desestimula o aluno porque ele acha que não está aprendendo e não está sendo apoiado nesse aprendizado, então tudo isso gera um descontentamento e uma desmotivação (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

Os dois últimos questionamentos foram direcionados ao problema do abandono escolar. O primeiro focava no motivo pelo qual o abandono ainda persiste, se o projeto já está há cinco anos na escola e o segundo buscava compreender suas causas. Para responder à primeira questão, a supervisora destacou a falta de compreensão do aluno sobre o PA, transferindo para o aluno a responsabilidade pelo problema ainda existir. A escola ficou isenta nesse relato, o que é discutível, pois é dela a iniciativa de desenvolver as ações para resolver o problema do abandono juntamente com o suporte da CDE. Porém, é necessário melhorar esse suporte, pois quando ela destaca a vontade de se reunir com os alunos para explicar sobre o projeto, têm-se a percepção da falta de um trabalho efetivo da CDE 02 junto à equipe pedagógica, que tem a função de orientar professores e alunos com relação às ações do PA.

Quanto às causas do abandono, a supervisora destaca a distância, o fator econômico, o constrangimento sofrido pelo aluno e a metodologia não compreendida pelo professor. Sobre a distância da residência do aluno até a escola e a situação econômica da família, ressalta-se que são fatores externos à escola com grande influência nas taxas de abandono.

Ao levar em consideração a dificuldade do aluno em frequentar a escola porque mora em bairro distante, transferindo para o fator socioeconômico a culpa pelo abandono, uma vez que o aluno nem todo dia tem recursos para o transporte, é

deixar de fora da discussão a função do poder público em cumprir um dos preceitos constitucionais, o de garantir, segundo o artigo 208 da CF, o ensino fundamental a todos que não tiveram acesso na idade própria. Nesse caso, ao oferecer esse acesso sem que o aluno tenha condições econômicas para se deslocar de bairros tão distantes, acaba contribuindo para o abandono. Isso porque o perfil da maioria dos estudantes que frequentam o projeto é de famílias de poder aquisitivo muito baixo, o que certamente implicará na infrequência.

A situação econômica é um problema social que afeta indiretamente o trabalho da escola, pois ela não consegue desenvolver as ações pedagógicas de forma efetiva. Sem participar ativamente do processo de ensino, o aluno acaba deixando de melhorar seu aprendizado, perdendo a motivação pelos estudos, o que pode levar à reprovação e, consequentemente, ao abandono.

Ainda em relação ao abandono, foi perguntado à supervisora como a CDE 02 trabalha esse problema junto à escola e se existem ações para combatê-los.

> As ações da coordenadoria são: após as ações que a escola já desenvolveu, a escola sinaliza pra coordenadoria, a coordenadoria disponibiliza a supervisora do abandono escolar [...] juntamente com outro supervisor vai até as residências conversar e saber. Dependendo do caso a psicóloga vai junto, porque nós temos “Ns” motivos para o abandono e, infelizmente, dentro deles existe o envolvimento com drogas na família, abusos, então há necessidade do psicólogo (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

De acordo com ela, isso só acontece após a escola esgotar as ações de combate ao abandono. Essa maneira de atuar foi confirmada na entrevista com a gestora quando relatou que a escola tenta resolver o problema do abandono internamente, fazendo visitas aos alunos faltosos e, caso não obtenha sucesso, o problema é repassado para a supervisora de abandono na CDE 02 e, posteriormente, ao GEPPAE na SEDUC/AM.

Perguntou-se também se ela recebe algum suporte da secretaria para desenvolver ações de combate ao problema do abandono nas escolas que participam do PA.

> A gente passa essa frequência através do GEPPAE, então a Supervisora de Abandono escolar ela..,as escolas passam o relatório a ela, pra nossa supervisora da coordenadoria e ela repassa isso ao GEPPAE (que é um órgão já dentro da Secretaria) isso, dentro da secretaria. Se a Supervisora de abandono não conseguiu as vezes encontrar um endereço ou fazer uma diligência ela sinaliza para o GEPPAE, porque o GPAE também possui

> supervisores que vão as residências fazer essa visita em loco (Supervisora. Entrevista realizada em 6 de junho de 2016).

O que se percebe é que o suporte dado às escolas está muito mais voltado para os alunos faltosos e, nesse caso, a atuação do órgão responsável ocorre quando escola e a CDE não resolveram o problema. É necessário ressaltar que o apoio às escolas vai muito além de fazer essas visitas.

A política implementada precisa de acompanhamento de todos os órgãos que planejaram o PA. Nesse sentido, vale destacar que a proposta diz que a GENF, setor ligado à SEDUC, é responsável por conduzir as ações do projeto, "promovendo reuniões pedagógicas, subsidiando gestores, pedagogos e professores [...]" (AMAZONAS, 2005, p. 11). Assim, existe a possibilidade, segundo Parente e Lück (2004), de implementação de ações integradas a fim reduzir o problema do abandono nas escolas.

Na próxima seção será feita uma análise das entrevistas realizadas com os professores que atuam nas turmas do PA.

2.3.4 A visão dos professores que atuam no Projeto Avançar

O papel do professor no contexto educacional é o de contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, levando o aluno a obter êxito na sua jornada estudantil. No entanto, para que isso ocorra de forma efetiva e ele possa ter sucesso como profissional da educação, é necessário cumprir alguns preceitos.

A LDB 9394/96 é o ponto de partida, ao destacar em seu artigo 13 as atribuições do professor:

> I- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
> II- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
> III- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
> IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
> V- Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
> VI- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

O Projeto Avançar, objeto deste estudo, também destaca características necessárias ao professor que nele vai atuar. Segundo a proposta pedagógica, cabe

ao professor elevar a autoestima do aluno, acreditar no seu potencial para superar limitações, desenvolver de forma efetiva a metodologia do projeto e promover um ambiente no qual o aluno tenha êxito no processo de aprendizagem.

Na análise das entrevistas, foi necessário, para algumas perguntas, avaliar as respostas somente de uma parcela dos professores, considerando aqueles com mais tempo no projeto ou cuja resposta estava mais coerente com as perguntas. Houve problemas no áudio do P5 e, por isso, cinco perguntas deixaram de ser ouvidas.

Com base nessas orientações, foram analisadas as entrevistas com os professores do PA, a fim de perceber sua visão dele e a questão do abandono. Para identificar a fala de cada professor, será adotada a seguinte classificação: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9. É importante ressaltar a atuação desses docentes no projeto. O quadro abaixo mostra o perfil de cada um deles.

Quadro 1 - Perfil de atuação dos professores do projeto

PROFESSOR	ATUAÇÃO NO PROJETO
P1	Chegou em 2016 para atuar no projeto e no ensino regular.
P2	Está desde 2015 atuando no projeto e no ensino regular.
P3	Atua no projeto desde a implantação e leciona também no ensino regular.
P4	Trabalhou no início do projeto, 2011 e 2012, e voltou a atuar em 2016. Leciona também no ensino regular.
P5	Chegou em 2016 para atuar no projeto e regular.
P6	Trabalha desde 2014 no projeto e no ensino regular
P7	Chegou em 2016 para atuar no projeto e no ensino regular
P8	Trabalhou em 2014 e 2015 com projeto e ensino regular. Em 2016, saiu da escola.
P9	Trabalhou em 2015 no projeto e ensino regular. Em 2016, voltou a atuar somente no ensino regular.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Percebe-se certa rotatividade no quadro de professores: dos nove pesquisados, somente cinco atuam ou atuaram durante dois ou mais anos e quatro estão há um ano ou menos atuando no projeto. Além disso, todos eles trabalham ou trabalharam no projeto e também no ensino regular.

Foi perguntada qual a opinião deles a respeito do PA enquanto politica que acelera os estudos dos alunos com distorção idade/ano. Todos o consideram muito bom, mesmo com algumas dificuldades de operacionalização.

Quadro 2 - Opinião dos professores a respeito do PA

P3	Em si o projeto tem pontos positivos, mas também tem pontos negativos. Porque os pontos positivos é justamente esse, acelerar devido em relação a idade, mas em relação ao conteúdo e os conhecimentos científicos, poucas vantagens tem. Porque os tempos, não é assim o projeto modulado e essa dificuldade de fazer aulas com os mesmos números de tempos do ensino regular, com as mesmas metodologias não dá um bom resultado para o PA.
P4	Então, é um projeto muito bom, se nós tivéssemos um acompanhamento, um treinamento. Quando iniciou o projeto veio um pessoal pra cá falando que todo mês o professor ia ter uma formação e isso nunca aconteceu, não que eu lembre.
P6	É um programa diferenciado, é adequado a esse projeto, só que nesses 3 anos eu nunca recebi uma direcionamento de como trabalhar os conteúdos com o projeto avançar, eu mesmo vou procurando adequar de acordo com o período, 1º bimestre, 2º bimestre, colocando assim 7º, 8º, pegando os assunto que é mais importante pra colocar pra eles.
P7	A proposta, ela é uma proposta boa, porque ela tá dando uma chance aqueles que por algum motivo eles não tiveram a oportunidade de continuar ou se atrasaram, mas o que eu tô observando é mesmo a questão do interesse deles, porque eles não fazem as atividades, eles não são frequentes, então eu acho assim que eles ainda não entenderam realmente a proposta, eu já tive que pedir ajuda da gestora, mas é por eles mesmos.
P8	Eu acho que é um projeto bom porque visa ajudar aos alunos que por algum motivo se atrapalharam ou perderam o curso do..., perderam os anos, mas é também um pouco prejudicial visto que exige muito mais deles do que os que estão no curso normal, eles têm que tirar média maior, todas as disciplinas exigem média maior deles.
P9	É um projeto interessante na teoria, mas ele precisa ser mudado, porque tem que haver um reforço, uma formação para os professores pra que eles se sintam aptos a trabalhar com esse projeto.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Há em suas falas algumas críticas relacionadas à falta de um monitoramento mais efetivo com relação às ações do projeto. Os P4, P6 e P9 criticaram a falta de treinamento e acompanhamento por parte da escola e da CDE 02, o que os faria se sentirem mais bem preparados para executar as ações do projeto. Sobre isso, a proposta do projeto orienta que sejam realizados encontros mensais e bimestrais entre professores e equipe pedagógica para reflexão e troca de experiências sobre o PA como forma de melhorar a prática pedagógica em sala de aula.

Vale ressaltar que o fazer pedagógico de forma planejada e bem acompanhada pela equipe gestora pode influenciar de maneira positiva a qualidade do ensino. Além disso, contribui para a melhoria no aprendizado do aluno, elevando sua autoestima e confiança na capacidade de superar desafios. Ainda que muitos sejam de uma realidade social e econômica muita baixa, com o trabalho desenvolvido pela escola é possível que consigam mudar, em longo prazo, a condição social e econômica em que vivem. Através de uma educação de qualidade, é possível “criar uma política que tenha sentido para os diferentes setores da

sociedade, de modo que todos se sintam incluídos, representados em seus interesses, atendidos em suas demandas” (SETUBAL, 2000, p.17).

A P8 criticou o fato de o aluno do projeto ser mais exigido em relação à nota, quando comparado ao do ensino regular, já que sua nota mínima para avançar é 6,0. No projeto, os critérios são diferentes: se ele tiver nota entre 6,0 e 7,9, avança uma série, e entre 8,0 e 10,0, duas séries. Vale ressaltar que o aluno do projeto tem muita dificuldade de aprendizagem, falta muito, tem histórico de reprovação e abandono, o que dificulta o alcance de notas tão elevadas. Nesse caso, por não alcançarem tal êxito, entram em processo de desmotivação.

Segundo a proposta pedagógica, a falta de motivação é um dos maiores obstáculos que impede o aluno de alcançar êxito no processo de aprendizagem. O reflexo disso é infrequência e, consequentemente, a evasão escolar. No entanto, para evitar tal problema e motivar esse educando, o projeto orienta os professores a vivenciarem experiências práticas de aprendizagem, de forma contextualizada, na qual ele tenha oportunidade de aprender novos conceitos, relacionando-os com seu cotidiano.

Importante citar que há uma orientação para que os professores desenvolvam projetos interdisciplinares como reforço na aprendizagem e no envolvimento dos alunos, a fim de construir o conhecimento de forma global. Entretanto, quando perguntados se desenvolveram esse tipo de projeto, sete entrevistados responderam não fazer uso de tal estratégia, apresentando as seguintes justificativas:

Quadro 3 - Justificativa dos professores para a não realização de projetos interdisciplinares

P1	Falta de material.
P2	Falta de interesse e compromisso dos alunos.
P4	Prioridade em trabalhar o conteúdo.
P6	Falta de orientação Pedagógica para trabalhar com projeto.
P7	Prioridade em trabalhar o conteúdo.
P8	Atraso nos conteúdos, por isso achou melhor trabalhar os conteúdos que fazer projeto.
P9	Os alunos tinham muitas dificuldades para dominar o básico, então optou por ensinar o básico ao aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Ao refletir sobre a opinião dos professores, é importante ressaltar que a estratégia de trabalhar de forma interdisciplinar deve-se à possibilidade de haver

mais diálogo e participação dos professores na construção de um projeto, sem que haja fragmentação no fazer pedagógico. Sobre isso, a proposta enfatiza que o sentido da interdisciplinaridade é a valorização dos conceitos de cada componente curricular, mostrando a importância de cada um na sociedade em que vivemos. Para Lück (2002, p. 60), o objetivo da interdisciplinaridade é

> [...] promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado.

Tratando-se dos professores do PA é fundamental que ampliem suas visões para além dos conteúdos curriculares, pois, mais que ajudar a transmitir o conhecimento científico, deve-se levar o aluno a ter uma visão crítica de mundo e dar significado aos conteúdos apreendidos para mudanças de postura frente à realidade social que os cerca. Vale ressaltar que a metodologia do PA busca abranger uma transformação da prática pedagógica, uma vez que a ideia é trabalhar os conteúdos de cada componente curricular favorecendo a aprendizagem significativa.

Segundo Ausubel (1980), para que isso aconteça, é necessário que o material a ser aprendido tenha significado e que o estudante tenha capacidade para relacionar o conteúdo à sua realidade. Nesse sentido, é importante destacar o papel do docente na construção do processo de ensino e aprendizagem, porque se ele tiver condições de lançar mão de estratégias diferenciadas para realizar o seu trabalho de forma a ativar o conhecimento, conseguirá motivar o aluno para o aprendizado efetivo. Para isso, torna-se necessário que ele tenha domínio das estratégias metodológicas indicadas na proposta pedagógica do PA.

Nesse sentido quando questionado se receberam alguma orientação da equipe gestora para atuar no PA, oito dos nove professores entrevistados responderam que não.

Quadro 4 - Opinião dos professores sobre orientação para atuar no PA

P2	Não. [nem quando chegou?] nem quando cheguei. Tanto é que eu vim em busca e a dona Rute (pedagoga) me deu um livro. Foi aquele livro que fiquei lendo e sabendo alguma coisa sobre o projeto, mas nunca recebi orientação. A questão das notas, eu fui conversando com os colegas que já trabalhavam com o PA há mais tempo e eles é que foram me dizendo como devia proceder.
P3	Não. O meu conhecimento sobre isso foi pessoal, num curso de formação que eu fiz para trabalhar com a EJA. [...] De metodologias diferenciadas ou do resultado do projeto, ou em ralação a uma avaliação do projeto, nunca tivemos esse tipo de formação [...] [ou seja, para conhecer o projeto em si não houve nenhum tipo de orientação]. Não (a estrutura do projeto, a forma de avaliar, nunca foi orientada nesse sentido). Não
P4	Não.
P5	Não.
P6	Não, (nem no inicio quando começou a trabalhar?). Não (durante os 3 anos nunca teve esse tipo de orientação). Durante esses 3 anos nós tivemos uma reunião na coordenadoria onde eles apenas ensinaram como lançar as notas e transformar essa nota em conceito.
P7	A gestora, ela falou que o projeto, ele tinha aquela finalidade mesmo de ajudar os alunos que por algum motivo não conseguiram concluir o estudo regular, mais ela falou assim rápido, muito rápido sobre o processo.
P8	Não, da gestora, de ninguém. (nem a pedagoga, quando eu falo da equipe gestora, diretor, pedagogo...) Isso, a Rute (pedagoga) me dava boas dicas, me orientava. (mas reunir assim com você, com os professores pra falar o quê que é o projeto, isso nunca aconteceu?). Aconteceu. Uma vez aconteceu, aquela reunião lá, que teve entre nós a gestora, que foi até o prof. Raunei (representante da CDE), lembra? (mais direcionado ao projeto, pra dizer com é que ele funciona?, qual sua metodologia? como é que avalia?). Não, claramente não. Nós que ficávamos fazendo perguntas, tirando dúvidas .
P9	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Percebe-se, desse modo, que o papel da gestora e pedagoga não está sendo cumprido de acordo com a orientação do Programa de Correção de Fluxo (2005), que é promover reuniões como forma de melhorar o processo de ensino e aprendizagem e apoiar o corpo docente no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Há que se ressaltar que sem esse apoio, sem orientação, é muito mais difícil para o professor trabalhar as ações de forma efetiva. Sem conhecer a proposta do projeto, torna-se ainda mais complicado combater o problema do abandono escolar e superar as dificuldades do cotidiano da sala de aula.

Eles também foram indagados sobre quais os motivos o levaram a atuar no projeto e se fazem isso por afinidade ou porque tiveram de aceita-lo para completar a carga horária. Todos eles responderam afirmativamente à segunda hipótese.

Quadro 5 - Motivos que levaram o professor a atuar no PA

P2	É, foi uma imposição né. Quando a gente chega aqui tua carga horária é essa e pronto. (não foi uma escolha).Não , não foi uma escolha, foi uma imposição mesmo (para completar a carga horária).
P3	Porque tive que aceitar para completar minha carga horária (então isso significa dizer quando você foi chamada para trabalhar no projeto não é porque era coisa direcionada, era porque disseram para você, olha tem que completar tua carga horária, é assim nesse sentido). Sim, nesse sentido.
P4	Tive que aceitar para completar a carga horária.
P5	Na verdade eu tive que aceitar, peguei uma carga a mais e tinha o avançar,(o prof.. Pegou um complemento de carga), minhas turmas normais era até o 9º ano, (seriado) só seriado (aí completou com mais..) completei com o avançar.
P7	Sim, nesse caso o projeto, ele é uma ponta, uma ponta de carga pra mim, então foi só pra completar mesmo.
P6	Segunda opção, para completar a carga horária.
P8	Eu tive que aceitar para completar a carga, eu nem conhecia o projeto, eu não sabia nem que existia ainda esses projeto, vim conhecer lá no Cunha Melo).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Percebe-se que nenhum dos professores foi selecionado de acordo com a orientação do PA, que diz que a escolha deve ser criteriosa, com professores que tenham perfil adequado para assumir as turmas do projeto. Com isso, tal política deixa de ser implementada de forma correta, tendo como consequência resultados pouco satisfatórios no cumprimento dos objetivos propostos, já que a atuação de professores pode ser sem compromisso quanto à execução de ações de combate ao abandono e de aceleração de estudos.

O quadro abaixo apresenta as maiores dificuldades em lidar com os alunos do projeto.

Quadro 6 - Dificuldades citadas pelos professores no trabalho com o aluno do PA

DIFICULDADES	Nº DE VEZES CITADO
Infrequência dos alunos	8
Falta de interesse pelas aulas	5
Falta de conhecimento básico e dificuldades de aprendizagem	4
Desmotivação	4
Indisciplina	2
Falta de livro didático	2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

As maiores dificuldades dos professores em lidar com os alunos do projeto no cotidiano da sala de aula são a infrequência, a falta de interesse pelas aulas, a falta de conhecimento básico, as dificuldades de aprendizagem e a desmotivação. Sobre

a frequência, vale ressaltar que é um problema que interfere no trabalho do professor uma vez que ele não consegue repassar o conteúdo para a maioria dos alunos. Nesse sentido, quando questionado sobre o índice de infrequência em sua aula, um dos professores disse: “eu acho que 60% ali é faltoso” (P6. Entrevista realizada em 2 de junho de 2016). Sem frequentar efetivamente a escola, o aluno deixa de assistir às aulas, o que pode gera dificuldades na aprendizagem, já citada pelos professores.

Em relação à falta de interesse, é possível que ela esteja relacionada às dificuldades de aprendizagem. Sem dominar o assunto ministrado pelo professor, é possível que ele perca a motivação. Nesse caso, é importante o trabalho de identificar suas causas. De acordo com Pezzini e Szymanski (s/d.), a forma como o conteúdo é repassado em sala, sem relação com o cotidiano, gera a falta de desejo em aprender. Sem perceber sentido ao que está sendo ensinado, ele perde o interesse, o que pode, consequentemente, ocasionar o abandono escolar.

Quanto ao problema de base e dificuldades de aprendizagem citado pelos professores, mostra-se necessário destacar que o aluno do projeto tem histórico de reprovação e abandono.

Entretanto, quando questionados se foram feitas reuniões com a equipe gestora para discutir essas dificuldades, a maioria dos professores disseram que não. Sobre essa ausência, a P4 argumentou as constantes saídas da gestora para reuniões na Coordenadoria ou SEDUC/AM. A P8 disse ter havido reunião apenas entre os professores, sem a participação da coordenação ou secretaria para levar material de apoio ou dar algum suporte pedagógico na condução do projeto. A P9 relatou que houve poucas reuniões, mas sem nenhum direcionamento para os problemas específicos.

Percebe-se, assim, a falta de apoio efetivo da equipe gestora junto aos professores na busca de soluções para as dificuldades enfrentadas no dia a dia da sala de aula. Sobre essa questão, é importante destacar o papel do gestor no direcionamento das ações de interesse da escola. Como um líder, ele é peça fundamental para o desenvolvimento do trabalho coletivo. É dele a responsabilidade de promover reuniões para discutir os problemas que dificultam o trabalho do professor para, juntos, construírem estratégias que modifiquem a ação pedagógica nas turmas do projeto.

A proposta pedagógica do PA prevê também a realização de conselho de classe ao final de cada bimestre para tratar das questões relacionadas ao projeto.

Quadro 7 - Opinião dos professores sobre o conselho bimestral

P2	Ano passado (2015) houve uma reunião onde colocaram todos os professores do avançar, mas eu não vi aquela reunião como um conselho, porque foi assim: A diretora a frente dizendo, querendo saber a lista dos alunos que iriam passar porque a preocupação era que tinha que ter uma lista, uma quantidade grande de alunos pra avançar, mas não vi aquilo como um conselho, vi mais uma pressão de aprovar os meninos mesmo eles não tendo condições.
P3	Sim. [como ocorre?] como ocorre. Reunião com os professores que são da área das disciplinas e são tratados questões mais sobre notas e frequências, a questão de problemáticas diversificadas não é tratada, é tratada só em ralação a notas e frequências. [então o que se discute nessas reuniões tem mais a ver com o rendimento dos alunos]. sim.
P6	A gente discute aquele..., aquela parte do... Teve um ano que nós fizemos assim..., tipo assim um conselho [um pré conselho] é um pré conselho, só um ano fizeram isso, depois [mais nesse pré conselho era para tratar de quê?] sobre a questão das notas, [era de rendimento então?] de rendimento, é.
P8	Houve. Com a professora Rute (pedagoga). Ela sentava com a gente e nós íamos fazendo. (como ocorreu essa reunião? Ela tratava de quê?) somente de quem tinha condições de passar ou não, de quem tava frequentando ou não. Quem não tava frequentando, a professora Rute, que era pedagoga na época, ia atrás Mas era algo muito superficial. [então o que era discutido nesses conselhos era mais relacionado a frequência e nota?]. Era.
P9	O conselho foi realizado já no final do ano com a intenção de fazer o avançar dos alunos para o ensino médio. [então não pararam assim bimestralmente para reunir sobre a situação do projeto]. Não, não, [foi mais para tratar de nota, de aprovação e reprovação?]. Só isso.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

O conselho de classe acontece na escola, porém não ficou claro se ele é feito bimestralmente e se o rendimento e a aprendizagem de cada aluno são discutidos. A P9, por exemplo, relatou que, em 2015, ele foi realizado somente no final do ano letivo. Já a P2 disse que participou de um conselho no qual a preocupação da gestora era formar uma lista com muitos alunos para avançar. Percebe, com isso, que o conselho de classe não está ocorrendo de acordo com o estabelecido na proposta pedagógica.

Segundo o PA, ao final de cada bimestre será realizado pela escola um conselho de classe com os professores, no qual deve ser feito um levantamento acerca do desempenho da aprendizagem de cada aluno do projeto, com o intuito de melhorá-lo. Expõe ainda que tal conselho bimestral é necessário para que, ao final do ano letivo, o professor tenha base suficiente e, em consenso com os outros docentes, possa avaliar a série de destino do aluno.

Vale ressaltar que sem esse trabalho os problemas relacionados ao baixo rendimento e à infrequência podem aumentar. É importante destacar que as reuniões de conselho de classe são os momentos que a equipe gestora e os professores têm para dialogar a respeito dos problemas que dificultam o desenvolvimento dos estudantes do PA. De acordo com Pizoli (2009, p.3),

> O Conselho de classe deve suscitar as decisões a respeito da recondução do processo ensino-aprendizagem. Como processo auxiliar de aprendizagem, ele deve refletir a ação pedagógica e não apenas se ater a notas ou problemas comportamentais de determinados alunos. Deve ser encarado como um momento e um espaço privilegiado para a realização de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa, onde professores, alunos e equipe pedagógica participem ativamente.

A participação do professor é fundamental no conselho de classe, uma vez que é ele quem lida no dia a dia da sala de aula e conhece os problemas a serem discutidos. Além disso, pode propor sugestões de melhorias no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o PA, cabe a ele estimular a autoestima dos alunos, acreditando em suas potencialidades. Quando perguntado como trabalham essa questão junto aos alunos, alguns responderam da seguinte forma:

Quadro 8 - Como os professores trabalham a autoestima no aluno do PA

(continua)

P2	Eu tento mostrar pra eles a questão da internet, eles vivem com o celular na mão e eles têm acesso a internet. Então tem alguns momentos que quando eu não estou conseguindo trabalhar o livro texto, o conteúdo com o livro, eu jogo... gente vamos pesquisar tal tema na internet, eu sei que vocês tem internet, é quando ele se empolgam um pouquinho. E passo muito, eu coloco temas relacionados ao conteúdo pra vê se eles pesquisam em casa, mas em casa é mais interessante eles verem outras coisas do que estudar.
P3	Com dinâmicas, orientações, estudo de caso relacionado a alunos que são bem ou mal sucedidos, com referências a outras pesquisas, com relação as questões sociais que hoje as dificuldades que as pessoas estão enfrentando para encontrar emprego. São motivações também é de atividades feitas dentro da sala de aula de ciências, aulas práticas
P4	É difícil a gente trabalhar essa parte né, porque eles vem de casa ainda né, e assim, a gente, falo eu. Eu tento o máximo conversar com eles essas questões até porque em casa eles são muito é.... vou dizer o linguajar, desprezado. Tipo assim, o pai trabalha, a mãe trabalha, sai cedo eles ficam só, praticamente só em casa, aí vai da vontade dele . aqui na escola a gente tenta conversar com eles, mostrando o lado que eles tem na sociedade aí alguns eles até aceitam, outros não , levam na brincadeira, mas o nosso papel é esse de aconselhar.(orientar). É orientar.
P5	Eu sempre tento conversar com eles, na outra escola eu conversava bastante a questão do empenho deles pra poder avançar, porque se eles avançarem muito podem pular duas séries e é uma oportunidade única que estão tendo. A maioria não sabe aproveitar então converso com eles tento explicar a situação pra eles.

Quadro 8 - Como os professores trabalham a autoestima no aluno do PA

(conclusão)

P8	Professor eu tentava todos os dias fazê-los vê da importância do estudo na vida de cada um, mesmo aqueles que até já tinham algum tipo de trabalho, né, que alguns lá já estava até trabalhando mas eu levava estimulá-los para que galgassem algo melhor na vida, mais a frente despertar neles a vontade de cursar uma faculdade de ter um sonho, de alcançar um objetivo na vida maior do que simplesmente um emprego, um emprego de base.
P9	Eu percebi que numa das aulas eu trabalhei com a questão de vídeo aulas e eles acharam bem interessantes, dessa forma para estimular o aprendizado deles, potencialidades, foi uma aula assim que eles gostaram bastante, questão de vídeo aulas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Nesse relato, percebe-se que os professores, de alguma maneira, tentam motivar os alunos do projeto, seja através de uma conversa, como feito pela P5 e P8 fazem, ou uma aula diferente, como a P2, P3 e P9. Esse é o papel do docente: buscar alternativas para que o aluno tenha maior interesse pelas aulas. De acordo com a PA, é tarefa do professor oferecer condições para que todos os estudantes tenham sucesso na carreira escolar. Além disso, devem se sentir parte do processo de inclusão, promovido pelas políticas educacionais, e perceber o projeto como alternativa para melhoras as condições socioeconômica e cultural.

Sobre a avaliação diagnóstica, o documento base do PA orienta que ela seja realizada no início do ano a fim de subsidiar o planejamento do professor. Na entrevista foi questionado se o professor realiza esse diagnóstico e quais as contribuições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Quatro deles disseram ter realizado diagnóstico da turma, quatro não o fizeram e o pesquisador não conseguiu entender a resposta de um. Em relação àqueles que realizaram a avaliação diagnóstica, foi perguntado qual foi a contribuição para o seu planejamento.

> [...] nesse diagnóstico eu vou saber o aluno que tem necessidade, então eu tenho que partir daí pra eu poder saber qual é aquele aluno que necessita mais de acompanhamento, porque assim no escuro não tem como eu saber. Eu tenho que ter um diagnóstico, há, esse aluno precisa mais de atenção (P4. Entrevista realizada em 2 de junho de 2016).

Com relação aos professores que não a realizaram, foi utilizado o relato da P2 sobre os motivos.

> Nunca fiz esse diagnóstico. Ano passado (2015), eu não sei o que aconteceu, por que ano passado eu já comecei em Maio, já peguei a turma em andamento e esse ano não houve assim por parte da equipe pedagógica, esse pedido, essa cobrança, não houve um direcionamento (P2. Entrevista realizada em 1 de junho de 2016).

Isso revela a falta de acompanhamento mais efetivo por parte da equipe pedagógica para a ocorrência de ações de acordo com o planejado. O fato de uma parcela de professores realizarem avaliação diagnóstica e outra não o fazerem mostra a falta de direcionamento e acompanhamento das tarefas. Cabe indicar a importância da avaliação diagnóstica para a construção de um planejamento que atenda às dificuldades de aprendizagem do aluno. Sobre essa questão, Santos e Varela (2007, p. 6) destacam que

> um dos propósitos da avaliação com função diagnóstica consiste em informar o professor sobre o nível de conhecimentos e habilidades de seus alunos, antes de iniciar o processo de ensino – aprendizagem, para determinar o quanto progrediram depois de um certo tempo.

Com esse diagnóstico, o professor tem condições de mapear os alunos com dificuldades de aprendizagem e quantificá-los, a fim de acompanhá-los ao longo do processo de ensino, dando suporte para que ele melhore o aprendizado. Além disso, em uma sala onde há um número elevado de estudantes com dificuldades, ele é fundamental para que sejam contemplados no planejamento os conteúdos que são pré-requisitos aos novos conhecimentos. Assim, eles terão maior possibilidade de alcançar melhores rendimentos nas avaliações.

Em relação a tal questão, o projeto prevê que o professor faça um relatório descritivo, registrando os resultados das avaliações por meio dos conceitos NAV, AV, AVM. Entretanto, quando perguntados se realizaram esse tipo de relatório, somente dois professores (P3 e P4) responderam que sim. Aqueles que responderam negativamente argumentaram não ter recebido orientação para a produção do relatório. É importante ressaltar, segundo os P3 e P4 que atuam há mais tempo no projeto, que o relatório era cobrado quando o projeto teve início, o que não acontece mais.

A fala da P4, que atuou quando o projeto foi implantado, reforça bem essa situação:

> Sim. Teve, no inicio do projeto teve. Era um relatório que você ia descrever aluno por aluno. (e agora, atualmente que você está no projeto de novo?) agora não tem esse relatório, o que nós temos agora é nota, não tem conceito. Eu não sei lá no sistema (diário digital) como é que feito, a gente lança (quando vocês lançam... no diário digital...) é nota, não é mais conceito. (E também não tem mais esse relatório, não foi cobrado mais) não, não veio mais lá da Seduc. Não veio mais (P4. Entrevista realizada em 2 de junho de 2016).

Vale destacar que o relatório descritivo é uma forma de monitorar o desenvolvimento do aluno com relação aos aspectos cognitivos, afetivos e sociais em cada componente curricular. Para isso, o PA (2005, p. 80) sugere um modelo de relatório bimestral com alguns indicadores, como forma de auxiliar o trabalho do professor. Dentre esses indicadores, destacam-se o desempenho nos conteúdos ministrados, a participação nas atividades pedagógicas, o interesse, a curiosidade e a autonomia em aprender, o relacionamento entre colegas e professores, a responsabilidade na entrega de trabalhos e a organização e criatividade nas atividades pedagógicas. Após analisar o aproveitamento global do aluno, cabe ao professor relatar de forma descritiva a situação de cada um deles.

Foram questionados ainda sobre como fazem o registro e acompanhamento do aluno com relação ao desenvolvimento do seu componente curricular, com destaque para a fala de seis professores.

Quadro 9 - Como o professor faz o registro e acompanhamento dos alunos do PA

(continua)

P1	Eu faço as atividades didáticas e registro a frequência tanto no diário digital como numa lista de frequência manual que eu consigo na secretaria (da escola) . Com base nessa lista eu faço o levantamento da frequência dos alunos e no registro das avaliações continuas o rendimento de cada aluno tanto no aspecto cognitivo quanto no aspecto da disciplina.
P2	É através de notas mesmo, a gente verifica quem tá avançando, eu percebo quem avança é quem tira notas acima de 8,0 (oito). Tem alunos, aqueles medianos que ficam com média 6,0 (seis) e tem aluno que nem consegue o 6,0 (seis
P3	através da minha planilha que eu trabalho com projeto interdisciplinar, avalio a participação dos alunos, as notas individuais as notas coletivas em grupo, a frequência do aluno, tudo isso, as dificuldades deles tudo é avaliado
P4	Eu faço é... no meu caderno, pelo meu caderno. Pelo caderno eu sei aquele aluno que tá avançando e também pelas atividades, pela avaliação, eu sei o alunos que tá conseguindo.
P6	Tem várias formas de avaliar, através das atividades, exercícios, testes escritos e orais. Isso aí é registrado, eu procuro acompanhar, eu tenho um caderninho que é o meu controle além de registrar no diário, no diário digital mesmo [então com isso você obtém como o aluno está se desenvolvendo, através desse acompanhamento aí], o próprio comportamento dele em relação a disciplina e interesse.

Quadro 9 - Como o professor faz o registro e acompanhamento dos alunos do PA

(conclusão)

P9	Eu fui fazendo os exercícios, fazendo trabalhos, explicando pra vê se eles conseguiam entender, agora pra monitorar, é difícil até pra gente fazer esse monitoramento por causa da frequência deles, eram poucos que frequentavam. As faltas também eram muitas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Com base nos dados supracitados, apenas um professor faz o registro e acompanhamento através do documento oficial, como o diário digital, e os demais fazem seu próprio controle. Ressalta-se também que se trata de um registro voltado mais para o rendimento do aluno que para observar seu desenvolvimento ao longo de um período bimestral, por exemplo. Cabe notar, contudo, que o monitoramento deve ser utilizado não somente para observar o rendimento, mas para perceber se houve evolução no processo de ensino e aprendizagem, com o uso dos diversos instrumentos avaliativos.

Segundo Gatti (2003, p. 111), os processo avaliativos trabalhados pelo professor no contexto da sala de aula devem ser direcionados para “[...] uma perspectiva formativa, voltada para o desenvolvimento dos alunos e não para cumprir uma formalidade burocrática”. Nesse caso, é fundamental que o professor do PA trabalhe a avaliação como um meio de melhorar o aprendizado do aluno e não como um fim e que use os registros de monitoramento para auxiliá-lo a desenvolver melhor a aprendizagem nos diversos componentes curriculares.

Na entrevista com os professores foi questionado porque a escola, após cinco anos de atuação do projeto, ainda enfrenta problema de abandono. Seis deles citaram questões relacionadas à família como responsáveis pela continuação do problema. Os problemas sociais, o desinteresse tanto da família como do aluno e a desmotivação do aluno foram citados por três professores, a moradia em bairro distante e a situação econômica por dois e a mudança de endereço e a falta de um envolvimento maior da escola por um. Tais informações são mostradas no quadro a seguir.

Quadro 10 - Motivos pelos quais a escola ainda enfrenta problema de abandono no PA nos anos finais do EF

Motivos	Nº DE VEZES CITADO
Questões relacionadas à família	6
Problemas sociais	3
Desinteresse tanto da família como do aluno	3
Desmotivação do aluno	3
Moradia em bairro distante	2
Situação econômica	2
Mudança de endereço	1
Falta de envolvimento maior da escola	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Verifica-se que eles estão mais direcionados para as causas do abandono do que para justificar porque na escola ainda existe tal problema, o que leva a concluir que eles não compreenderam a pergunta. Pela forma como foi feito o questionamento, esperava-se que as respostas tivessem relação com fatores ligados à escola, como, por exemplo, a falta de efetividade na execução das ações e de apoio e suporte por parte da equipe gestora e órgãos superiores como CDE e SEDUC. Isso porque problemas estão relacionados a fatores externos, não sendo possíveis de serem resolvidos sem o apoio do Estado, como o caso do desemprego, que interfere diretamente no uso do transporte pelos alunos.

Foi solicitado ainda que os professores indicassem quais as causas para o abandono dos alunos nas turmas do PA: falta de incentivo e de acompanhamento da família, problemas sociais, mudança de domicílio, desmotivação no aluno, entre outros.

Quadro 11 - Causas do abandono nas turmas do PA nos anos finais do EF

Motivos	Nº DE VEZES CITADO
Causas familiares (não incentiva, não acompanha o aluno no estudo)	4
Problemas sociais	2
Mudança de domicilio	2
Desmotivação no aluno	2
Escola distante da residência do aluno	1
Dificuldade financeira e de transporte	1
Falta de compromisso, de adaptação e de maturidade do aluno	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Para eles, as causas para o abandono escolar estão muito mais relacionadas a fatores ligados ao ambiente externo que ao cotidiano escolar. O quadro abaixo representa a opinião de seis professores a respeito desse tema.

Quadro 12 - Opinião dos professores sobre as causas de abandono nas turmas do PA nos anos finais do EF

P1	Pelo fato dos alunos estarem inseridos no projeto já apresentarem esse problema da distorção idade/serie, então percebe-se que é falta de compromisso deles mesmos.
P3	As causas são essas, consequência é que ele falta que ele desiste que ele evade, por conta disso aí, por conta dos problemas que eles enfrentam socialmente no lar. Abandono da família, descaso da família, mudança de endereço, dificuldade financeira. Tudo isso interfere na continuidade dos seus estudos.
P4	Motivação né, como falei, também novamente, o apoio da família, o incentivo da família, por que se a família não incentivar, ah você não vai, você é isso, você é aquilo, como tem muito pai que fala, e aí ele já se reprime, ah não vou não que sou assim, que sou assado, a minha mãe não incentiva, então tanto faz eu ir como não.
P6	[...] a criança, ela chega naquela idade sem ter acompanhado o curso normal dos estudos justamente por um problema, familiar, problema social e isso seria muito importante com um psicólogo pra acompanhar esses jovens. Esse é um dos problemas. O outro é a falta de incentivo da própria família. Sinto que a família desses jovens tá muito afastado. Muitos aqui desse local também, teve problema da mudança de residência, de domicilio. Muitos foram para longe daqui. Tem a dificuldade do transporte pra chegar até a escola.
P8	É isso desmotivação do aluno e a distancia da escola em relação a casa dele.
P9	Falta de acompanhamento da família, e o projeto precisa ser mudado também pra que seja mais interessante pra eles frequentarem e conseguirem passar para o ensino médio.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Fica evidente que a causa do abandono está relacionada a fatores ligados ao familiar, social e motivacional. No aspecto familiar, foi citada a falta de acompanhamento efetivo quando se trata do processo ensino e aprendizagem do aluno e a ausência dos pais ou responsáveis nas reuniões para tratar dos interesses do filho. Além disso, “pais autoritários, conflitos familiares, divórcios, fazem parte de um extenso rol de causas que podem levar o aluno a se sentir rejeitado e começar a se desinteressar pelo estudo” (QUADROS; SANTANA, 2015, p. 6).

Segundo Dessen e Poloni (2007, p. 22), a família “é a matriz da aprendizagem humana”. Ela tem um papel fundamental na educação e na formação de valores éticos e humanos necessários para construção de um ser integral e, segundo Nunes (2012), quando as crianças percebem seus pais ou responsáveis acompanhando de perto o seu desenvolvimento educacional por meio do rendimento

escolar, sentem-se mais seguras e apresentam resultados melhores nas atividades escolares.

Em se tratando do PA, se os pais ou responsáveis acompanham a trajetória escolar dos alunos, participando das reuniões, acompanhando a frequência e se estão realizando as atividades escolares, é provável que haja esforço maior nos estudos. É possível que os problemas relacionados a infrequência e abandono escolar sejam menores.

Contudo, quando a família não acompanha o filho no percurso escolar e não o incentiva, ele pode perder o interesse pelo estudo, gerando, como consequência, reprovação ou abandono.

No aspecto social, foi relatada a dificuldade financeira, reflexo do desemprego, como causa para o abandono escolar. Sem emprego, faltam recursos financeiros para o transporte daqueles que moram distante da escola, resultando em um dos fatores que pode contribuir para o problema citado. Além disso, a alta porcentagem de fracasso escolar tem sua origem direta nas carências econômicas e sociais. Alunos oriundos de classes menos favorecidas economicamente, como os do PA, têm maior probabilidade de abandonar os estudos. Segundo Brandão (1983, p. 68), “os alunos com nível socioeconômico e cultural mais baixo têm um menor índice de rendimento e de acordo com alguns autores são mais propensos a evasão”.

Com relação ao aspecto motivacional foi citada a falta de incentivo e o apoio familiar para que o aluno frequente a escola de maneira efetiva. Sabe-se que a ausência da família tem influência no processo de desmotivação, contribuindo para o fracasso escolar de muitos que frequentam projetos de aceleração da aprendizagem. De acordo com os estudos de Tapia e Fita (2015, p. 77), “a motivação é um conjunto de variáveis que ativam a conduta e a orientam em determinado sentido para poder alcançar um objetivo”. Ela é reflexo da interação entre as características pessoais e o contexto em que as tarefas escolares se desenvolvem. Sem motivação, ele não consegue enxergar o verdadeiro sentido do aprender proporcionado pela escola, perde interesse pelos estudos e deixa de frequentar a escola.

Sobre o abandono foi questionado se existe alguma ação dos professores ou da equipe gestora voltada para as turmas do PA no sentido de combater o problema, ao que a maioria respondeu que sim. Eles disseram que faziam levantamento dos

alunos faltosos e repassavam para a equipe gestora, que entravam em contato por telefone ou visitavam o aluno quando ele morava perto da escola para saber o motivo da infrequência a escola. Em relação a essa questão, a P4 fez o seguinte relato:

> O professor que trabalha com a turma, ele geralmente, ele passa o nome daqueles alunos que estão se ausentando com mais de três faltas passa pra gestora ou pra secretária e aí ela começa a fazer os contatos, liga pros responsáveis, vai a casa saber o que aconteceu (P4. Entrevista realizada em 2 de junho de 2016).

Esse tipo de ação é compartilhada na fala da P9 ao afirmar que a gestora se interessava em ligar para casa dos alunos faltosos. Entretanto, relatou que a ação era pontual, sem um planejamento para discutir a infrequência dos alunos. Para ela, a ação funcionava quando os professores percebiam que o aluno faltava por mais de quatro ou cinco dias, repassavam a relação para a secretária da escola que, junto com a gestora, ligava ou visitava os alunos. Vale ressaltar que a proposta do PA prevê encontros pedagógicos mensais com os professores para avaliar as condições de ensino e aprendizagem. É um momento para se discutir também o problema do abandono e promover ações planejadas.

A seguir, será analisado o posicionamento dos estudantes que frequentam Projeto Avançar.

2.3.5 A visão dos alunos que estudam no Projeto Avançar

A opinião dos alunos que frequentam o PA sobre a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar é de extrema importância, visto serem eles os protagonistas das ações do projeto em execução na Escola Alfa. Entretanto, nem todos que o frequentam ajudaram na pesquisa, já que só foram entrevistados aqueles cujos pais ou responsáveis compareceram à reunião de entrega de notas e autorizaram a participação. Isso foi necessário, pois são eles o motivo das discussões sobre abandono escolar nas turmas do projeto.

Nessa perspectiva, é importante dar voz a esses alunos visando perceber a visão de cada um sobre o PA. Assim faz-se necessário analisar as manifestações desses alunos, observadas a partir dos questionários respondidos, buscando compreender sua concepção sobre a implementação do projeto, o motivo do alto

índice de alunos que o abandonam e como se relacionam no contexto escolar, levando-se em consideração aluno/escola/projeto.

No questionário foi perguntado aos alunos qual a percepção a respeito da aprendizagem proporcionada pelo PA se comparado ao ensino regular. 62,5% deles disseram aprender melhor no PA, 12,5% que aprendiam melhor no ensino regular e 25% não veem nenhuma diferença. Quando perguntados se percebiam alguma diferença na forma de ensinar dos professores que atuam no PA e os que lecionavam no ensino regular, 87,5% dos alunos disseram que sim. Quando questionados em que sentido, os que responderam afirmativamente informaram que os docentes do projeto ensinam melhor, se dedicam e se esforçam mais para ensinar.

Ao serem questionados como é a relação entre aluno e professor do projeto, metade deles respondeu que ela é excelente, 31,25% disseram que é boa, 18,75% ruim e nenhum dos alunos disse ser péssima. Cabe notar que tal interação é fundamental para que os resultados sejam positivos no processo de ensino e aprendizagem. Se o docente mantém um bom relacionamento com seu aluno, maior é chance de que ele interaja no ambiente de sala de aula. De acordo com Lopes (s/d, p. 5), “quanto mais o professor compreender a dimensão do diálogo como postura necessária em suas aulas, maiores avanços estará conquistando em relação aos alunos”. Com isso, a possibilidade de que o estudante participe das atividades escolares será maior, com chances de resultados mais exitosos em relação aos estudos.

Quando perguntado se os professores realizavam atividades diferentes e interessantes, 81,25% responderam que sim. Entretanto, quando questionados sobre quais atividades eram feitas, a maioria que respondeu “sim” citou apenas o uso da TV escola para assistir filme e fazer resumos. Vale ressaltar que a ideia do projeto é promover a utilização de instrumentos mais variados, que vão além dos presentes nos espaços escolares, como quadra, TV escola, biblioteca etc. A visita a espaços de preservação ambiental nas aulas de Ciências e museus nas aulas de História, por exemplo, são atividades diferenciadas, que contribuem sobremaneira para a compreensão de conceitos vistos apenas nos livros.

Quanto à participação nas atividades do projeto, 25% dos alunos avaliaram como excelente e 75% avaliaram como boa. Há que se destacar que a participação do aluno durante as aulas é importante, pois permite ao professor observar o nível

de dificuldade em que ele se encontra para poder ajudá-lo. Entretanto, ela torna-se mais efetiva na medida em que o docente propicia ao aluno situações em que ele se sente seguro para interagir e participar das aulas. De acordo com Silva (2011), quando o aluno participa das atividades no contexto da sala de aula ele desenvolve melhor a interação, cooperação, autonomia e reflexão.

Em relação às ações desenvolvidas no PA, foi perguntado se elas ajudam a mantê-los motivados a frequentarem as aulas, ao que 87,5% disseram que sim. Dentre eles, foram destacadas as respostas de oito alunos:

Quadro 13 - Opinião dos alunos se as ações do PA ajudam a manter-se motivados a frequentarem as aulas

Me motivou muito porque eu não tinha vontade de vir para a escola aí o projeto foi crescendo em minha vida e foi me motivando a vir e frequentar o projeto.
O projeto tem mim ajudado muito, as aulas são muito boas e também fico orgulhoso de tá nesse projeto, ele é muito bom mim ajuda muito.
Porque eu tenho motivo para frequentar as aulas do projeto, os meus pais me ajudam e eu quero passar para o ensino médio para eu ser alguém na vida.
Porque as aulas do PA é muito interessante e muito boa para aprender mais coisas novas que os professores do PA passam para nós.
Eu acho que eu mim sinto motivado pelo fato de se esforçar mais nas matérias e pelo projeto ser um pouco difícil.
Ajuda muito a frequentar as aulas do projeto.
Porque o projeto vai logo me ajudar para eu ir logo para o 8 anos.
Porque os alunos tem que se motivar mais a estudar e se esforçar mais nas aulas, nas atividades pra se tornar um bom aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Vale ressaltar que tais opiniões dizem respeito aos educandos comprometidos com os estudos, que apontam o avanço para o ensino médio como uma das justificativas pelo interesse nas atividades do projeto. Contudo, a opinião dos outros atores, quando entrevistados, mostram que as atividades do projeto não os têm motivado suficientemente para a frequência. Prova disso são as altas taxas de abandono e infrequência já comentadas neste trabalho.

Alguns professores, por exemplo, citaram em entrevista a desmotivação como uma das causas para o abandono escolar dos alunos do PA, opinião compartilhada pela gestora quando afirmou que a ausência e apatia dos alunos é o que incomoda a escola. A pedagoga também reforça a afirmação quando destacou a falta de ânimo do aluno para a realização das atividades.

Quanto aos motivos que os levam a deixar de frequentar o PA, as respostas mais citadas foram desinteresse, falta de incentivo da família, moradia distante, trabalho, situação financeira e falta de motivação do professor.

O quadro abaixo representa os motivos da infrequência na visão dos alunos do PA.

Quadro 14 - Motivos da infrequência dos alunos no PA

MOTIVOS CITADOS	NUMERO DE ALUNOS QUE CITOU
Desinteresse do aluno	5
Falta de incentivo da família	3
Moradia distante	2
Trabalho	2
Situação financeira	1
Falta de motivação do professor	1
Ficam nas ruas	1
Não souberam responder	2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Os principais motivos são, de acordo com os dados supracitados, o desinteresse e a falta de incentivo da família, opinião também de alguns professores. Cabe notar também que eles estão muito mais relacionados a fatores externos que a internos da escola. Contudo, se for analisado o desinteresse mais citado do ponto de vista interno serão encontradas causas relacionadas à sala de aula, como falta de motivação do professor.

Sem incentivo, o aluno tende a perder o interesse pela aula, o que pode comprometer a aprendizagem e, em um estágio mais avançado, levar à infrequência e até mesmo ao abandono escolar. Por isso, é fundamental o papel do docente no trabalho de motivar o aluno. “Cabe ao professor produzir e orientar atividades didáticas, necessárias para que os alunos desenvolvam seu processo de aprender” (VEIGA, 2009, p.58).

Foi solicitado também que eles que escrevessem sugestões de melhoria para o desenvolvimento mais eficiente do PA. Algumas das suas falas estão aqui transcritas:

“Para melhorar é preciso respeitar primeiro muito o professor sempre, manter a sala sempre limpa, respeitar os colegas para melhorar a situação dentro de sala e os professores se esforçarem mais e os alunos também” (Aluno. Questionário aplicado em 21 de junho de 2016);

“Eu gostaria que melhorasse no projeto e que os professores não faltassem porque fica complicado para nós e nós ficar sem saber as atividades” (Aluno. Questionário aplicado em 21 de junho de 2016);

“Os professores não faltar muito, ter mais vontade de ensinar os alunos que tem dificuldade com os problemas” (Aluno. Questionário aplicado em 21 de junho de 2016).

Observa-se que existe interesse em melhorar o projeto e, para isso, contam com a colaboração dos próprios colegas, respeitando o ambiente de sala de aula, e com os professores no ato de ensinar. O quadro abaixo mostra as sugestões dos alunos para melhorar o PA.

Quadro 15 - Sugestão de melhorias para o PA

Mais esforço do professor ao ensinar e ter mais tempo com o aluno.
Elaborar mais atividades e maior dedicação dos alunos.
Reduzir a infrequência do professor.
Melhorar a parte disciplinar dos alunos.
Melhorar o intervalo da merenda.
Trocar os professores que não dão aula direito.
Ter aulas de dança, de futebol e brincadeiras na sexta feira.
Reduzir de 8 para 7 a nota mínima para AVM.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

Das sugestões citadas, destaca-se a parte disciplinar, a dedicação dos alunos e mais esforço por parte dos professores como necessários para o êxito no desenvolvimento do projeto. Com um ambiente sem bagunça, alunos esforçados e professores se dedicando ainda mais é possível que a escola alcance mais sucesso na sua implementação. Entretanto algumas sugestões poderiam ser melhor elaboradas para não gerar dúvidas quanto ao seu significado. Por exemplo, quando o aluno sugere a redução da infrequência do professor, dá a entender que o professor falta mais que o aluno, e quando diz para o professor ter mais tempo com ele, não se sabe se é para explicar mais vezes o assunto ou se é para aumentar o número de aulas desse professor com a turma.

Ao analisar a visão dos alunos a respeito da implementação do PA na Escola Alfa há que se ressaltar que a maioria indicou sua contribuição para a melhoria na sua vida escolar. Entretanto, para uma parcela dos alunos, o projeto ainda precisa melhorar para que funcione de maneira efetiva, o que foi evidenciado nas respostas daqueles alunos que não concordaram que estão aprendendo melhor no PA e que

há diferença na forma de ensinar dos professores quando comparada ao ensino regular.

A aprendizagem e o ensino são partes de um processo educacional que influencia no desenvolvimento cognitivo do aluno. No entanto, para que haja ensino e aprendizagem, é necessário que a escola tenha professores capacitados e comprometidos com projeto, realmente motivados a desenvolver de maneira efetiva a sua metodologia. Isso tem reflexos positivos no ambiente de sala de aula, pois a tendência é o aluno se envolver mais nas atividades escolares. Na pesquisa feita, a maioria deles disse estar motivada a frequentar as aulas, mas não se pode desconsiderar que uma parcela respondeu que as ações do projeto não a atraem para frequentar as aulas.

Nesse caso, tem que levar em consideração a prática desenvolvida em sala de aula pelo professor. Aulas monótonas, desinteressantes e sem significados práticos para a vida do aluno podem levar a um processo de desmotivação, intensificando a infrequência e, consequentemente, o abandono do aluno. Segundo Wechsler (2001), o papel do professor é fundamental no estímulo ao pensamento e à criatividade em seus alunos, o que favorece a criação de um ambiente capaz de gerar novas ideias.

Entretanto, para que isso aconteça, devem-se compreender as condições para o desenvolvimento da prática pedagógica. Quando o docente não é provido de fatores favoráveis para realizar bem o seu trabalho, sua prática pode comprometer a aprendizagem do aluno, contribuindo, assim, para o fracasso escolar. Além disso, segundo Tapia e Fita (2015, p. 88),

> [...] se um professor não está motivado, se não exerce de forma satisfatória sua profissão, é muito difícil que seja capaz de comunicar a seus alunos entusiasmo, interesse pelas tarefas escolares; é definitivamente, muito difícil que seja capaz de motivá-los.

É interessante observar que, na opinião dos alunos, o desinteresse foi um dos motivos mais citados para o abandono nas turmas do PA. E o que é o desinteresse senão um reflexo da falta de incentivo da família e da falta de motivação do professor? Sem esses condicionantes, a tendência é que ele perca o entusiasmo e o interesse pelo estudo. A qualidade e o nível de envolvimento nas atividades

escolares dependem de motivação. Para Bzuneck (2001), ela é considerada o fator determinante para o êxito na qualidade da aprendizagem escolar do aluno.

Ao citar a família como motivo para o abandono escolar, os estudantes também destacaram a falta de incentivo dos pais e responsáveis na sua vida escolar. Vale apontar que é na família que se encontra o alicerce do aluno; é ela que incentiva, apoia e estimula ao crescimento educacional e é no seio familiar que se forma o caráter de uma criança. Sem essa referência, o aluno terá mais dificuldade para superar problemas de aprendizagem. Sem alguém para incentivar, para acompanhar o dia a dia da escola, há uma probabilidade bem maior que esse aluno abandone a escola. Mesmo que a instituição tente suprir o papel da família e por mais bem preparados que sejam seus professores, eles nunca suprirão a carência deixada por uma família ausente.

Como se sabe, ela tem um papel fundamental na educação familiar e na formação de valores éticos e humanos necessários para construção de um ser integral. A orientação para a carreira acadêmica e profissional também é responsabilidade da família. Além disso, sua participação na vida escolar da criança é imprescindível. De acordo com Casarin (2007, p.17), “se a família acompanhar o rendimento dos filhos em sala de aula, estes dificilmente enfrentarão situações de defasagem no aprendizado”.

2.3.6 Achados da pesquisa

O Programa de Correção de Fluxo – Projeto Avançar foi uma política implantada pelo Governo do Estado do Amazonas no ano de 2005, por meio da SEDUC/AM, com o objetivo de acelerar os estudos dos alunos, tendo em vista o alto índice de distorção idade/ano naquele ano. De acordo com a proposta, o projeto adota uma metodologia de valorização do conhecimento prévio do aluno, e as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo professor devem ser contextualizadas, de maneira que o estudante possa relacionar aquilo que está sendo ensinado com o seu cotidiano (AMAZONAS, 2005). Com isso, será possibilitado a ele ter uma aprendizagem significativa, conforme discutido pelas teorias de Ausubel(1980), sentindo-se motivado a frequentar o projeto.

Esta dissertação mostra um estudo aprofundado sobre a implementação do Projeto Avançar na Escola Alfa entre os anos de 2011 a 2015, com o objetivo de

analisar as dificuldades da equipe gestora para diminuir o índice de abandono dos alunos do PA no período indicado e propor ações que contribuam para a sua redução.

Na metodologia foi adotada a pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, e o levantamento de dados foi feito com o uso de pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Para a coleta de dados na pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com a gestora da escola, a pedagoga, a supervisora da CDE 02 e nove professores e questionários com 16 alunos.

Após a análise do resultado da pesquisa e apoiado nos referenciais teóricos que deram suporte a esta pesquisa, podem ser destacados os avanços e os problemas na implementação do PA na Escola Alfa, bem como as dificuldades para reduzir o índice de abandono. O quadro a seguir faz essa síntese.

Quadro 16 - Avanços e dificuldades na implementação do PA

Avanços
Melhoria na aceleração de estudo dos alunos com defasagem escolar.
Retorno de alunos aos estudos para concluir o EF de maneira mais rápida.
Redução no índice da distorção.
Trabalho de resgate, em parceira com CDE, via supervisora de abandono, e SEDUC, via GEPAE.
Acompanhamento do projeto através do rendimento bimestral e da frequência.
Resgate de alunos faltosos após visita domiciliar pela equipe gestora.
Maior envolvimento dos alunos nas atividades extraclasse.
Redução de alunos com problema de indisciplina.
Destaque de alunos em eventos na escola.
Parceria com órgãos do poder público para a realização de palestras que ajudam a combater o abandono.
Reunião de pais e mestre bimestralmente para tratar da situação do aluno.
Uso de atividades diferenciadas por alguns professores.
DIFICULDADES
Aumento do índice de abandono escolar nas turmas do projeto.
Ausência de capacitação para gestora, pedagoga e professores para atuar com maior efetividade na execução das ações propostas pelo PA.
Dificuldade dos professores em desenvolver projetos interdisciplinares.
Desconhecimento dos professores sobre o funcionamento do PA.
Falta de acompanhamento mais efetivo da pedagoga junto aos professores com relação ao uso da metodologia do projeto.
Ausência de reuniões para discutir as dificuldades de realização do PA.
Ausência de distribuição de livros didáticos para uso dos alunos e professores.
Falta de acompanhamento mais efetivo e sistemático da equipe gestora e CDE 02 na implementação do PA.
Escassez de profissionais e de estrutura para trabalhar no resgate de alunos faltosos.
Ausência da família no acompanhamento escolar do filho.
Infrequência e apatia dos alunos, dificultando o trabalho do professor em sala.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa de campo (2016).

De acordo com o quadro apresentado, pode-se concluir que a Escola Alfa teve alguns avanços na implementação do PA, como redução nos índices de alunos com distorção idade/ano, avanço ao ensino médio, resgate de alunos faltosos e participação dos estudantes em eventos da escola. Entretanto, eles poderiam ser maiores visto que o projeto foi implantado na escola em 2011, mas ainda enfrenta problemas de distorção e abandono.

Com relação às dificuldades apresentadas, ressalta-se que a falta de um monitoramento mais efetivo na implementação do projeto tanto por parte da escola como da CDE 02 e SEDUC/AM tem contribuído para que os objetivos não sejam atingidos. Além disso, a falta de capacitação e formação para os atores envolvidos, professores que não sabem trabalhar com projetos, a ausência de livros didáticos para os alunos, famílias distantes da escola e a infrequência e apatia dos alunos são algumas das dificuldades que interferem no trabalho da equipe gestora.

Nesse sentido, no terceiro capítulo será elaborado o PAE, com ações para reduzir os impactos negativos citados nos achados da pesquisa, como capacitação e formação para gestor, pedagogo e professores, oficinas para desenvolver projetos interdisciplinares, palestras para os alunos e pais e responsáveis, cronograma de visita mensal aos faltosos e mostra de trabalhos com projetos. As ações serão executadas no âmbito da Escola Alfa durante a vigência do PA.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Neste capitulo, será apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) a ser desenvolvido no âmbito da Escola Alfa. As ações serão trabalhadas durante a vigência do projeto com o envolvimento dos atores que o vivem no contexto escolar. A proposta do PAE é que as atividades ora propostas possam contribuir de maneira significativa para a redução do índice de abandono nas turmas do PA, possibilitando, ainda, que sua estruturação se dê de acordo com o documento oficial do Programa de Correção de Fluxo Escolar. Para isso, faz-se necessária a retomada do caso de gestão e dos resultados da pesquisa como forma de subsidiar a construção deste plano.

3.1 RETOMANDO O CASO E OS RESULTADOS DA PESQUISA

A presente dissertação fez um estudo sobre a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais do EF da Escola Alfa, com o objetivo de investigar as dificuldades da equipe gestora em reduzir o índice de abandono nas turmas do PA. Nesse sentido, ressalta-se alguns pontos para compreender o processo de implementação do PA e o que se pode fazer para melhorá-lo.

No capítulo 1, foi descrito o caso de gestão, com a apresentação da política estudada e do Projeto Avançar, com seus aspectos legais, operacionais e metodológicos. Foram abordados o problema da reprovação, distorção e abandono escolar no cenário nacional e estadual e na escola pesquisada. Foram expostos ainda os números referentes ao rendimento da escola, enfatizando os resultados do projeto ao longo dos últimos cincos anos, que mostram um alto índice de abandono nas turmas do PA.

No capítulo 2, foram definidos os procedimentos metodológicos, os instrumentos da pesquisa bem como o referencial teórico que deu suporte para a realização das análises. A pesquisa foi feita por meio de uma abordagem qualitativa, com o uso de um estudo de caso. Os instrumentos empregados na investigação foram a entrevista com roteiro semiestruturado aplicado à gestora, pedagoga, supervisora pedagógica da CDE 02 e nove professores que atuam no projeto e também questionários aplicados a 16 estudantes.

Na análise da pesquisa foram apresentados alguns resultados que interferem na implementação do PA, dentre os quais cita-se a ausência de capacitação e formação para os atores envolvidos, a falta de formação dos professores para o trabalho com projetos, a ausência de livros didáticos para os alunos e de reuniões para discutir as dificuldades de realização do PA, a distância da família da escola e a infrequência e apatia dos alunos. Eles mostraram também os fatores que estão causando o abandono nas turmas do PA, de acordo com a visão dos atores da pesquisa, conforme indicado no quadro abaixo.

Quadro 17 - Fatores que causam o abandono escolar nas turmas do PA

Residência do aluno em bairros distantes da escola.
Mudança de domicílio.
Dificuldades financeiras para manter o transporte do aluno.
Falta de apoio e incentivo da família.
Problemas sociais.
Por causa do trabalho.
Metodologia não compreendia pelo professor.
Desestrutura familiar.
Falta de motivação por parte do professor na realização das tarefas pelo aluno.
Falta de interesse do aluno e de adaptação a turma.
Projeto demonstra-se pouco interessante.

Fonte: Elaboração própria (2016).

Os resultados da pesquisa mostraram que o projeto deve ser melhor acompanhado para que as ações funcionem de maneira efetiva, refletindo, desse modo, em melhores resultados em relação à redução dos índices de abandono nas turmas do PA.

A seguir serão apresentadas as ações propostas no PAE, com o objetivo de melhorar a implementação do projeto na escola e, assim, contribuir para a redução nas taxas de abandono dos alunos nas turmas do PA.

3.2 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA MELHORAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PA NA ESCOLA ALFA

Para a elaboração das ações foram usados como base a proposta pedagógica do projeto, os referenciais teóricos, os resultados e a análise da pesquisa realizada a partir da visão dos diversos atores que lidam com o projeto. Assim foram destacadas cinco ações a serem executadas durante a vigência do projeto na escola:

1. Capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA.
2. Agenda de palestras para alunos e pais de alunos.
3. Agenda de visita mensal aos alunos faltosos.
4. Cronograma de reunião bimestral para avaliar o andamento do projeto
5. Mostra de trabalhos com projetos.

Ressalta-se que essas ações serão apresentadas por meio das ferramentas 5W2F, cujo modelo gerencial é empregado para a elaboração de projetos, respondendo às seguintes perguntas: *What* (o que será feito?); *Why* (Por que será feito?); *Where* (Onde será feito?); *When* (Quando será feito?); *Who* (Por quem será feito?); *How* (Como será feito?) e *How Much* (Quanto custará?).

Na sequência, as ações serão apresentadas e detalhadas.

3.2.1 Capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA

A pesquisa mostrou que a falta de um monitoramento mais efetivo na implementação do PA e a ausência de capacitação para desenvolver atividades dentro da metodologia do projeto pode ter contribuído para a baixa efetividade na execução das ações propostas no Programa de Correção de Fluxo Escolar e, consequentemente, pode ter influenciado no problema do abandono escolar.

Apoiar o corpo docente na realização das ações, oferecer condições para que o professor desenvolva a prática pedagógica, realizar reuniões para discutir o andamento do projeto são algumas das funções da equipe gestora indicadas na proposta do projeto. Além disso, é fundamental que ela seja capacitada para melhor orientar aqueles que executam as ações das políticas em andamento na escola.

Na pesquisa foi observado que muitos professores não conhecem a estrutura de funcionamento do projeto e, por isso, não atuam de acordo com a sua metodologia. São lotados nas turmas de aceleração sem receber nenhuma capacitação. Com isso, acabam desenvolvendo práticas do ensino regular, distantes da aprendizagem significativa proposta, que visam melhorar substancialmente o interesse do aluno. Afinal, sabe-se que com a abordagem do ensino regular o aluno não se adaptou.

Desse modo, sem um professor preparado para atuar de acordo a metodologia do projeto, os resultados podem ser aulas que não geram interesse, levando o aluno a um processo de desmotivação, o que culmina com o abandono escolar.

Vale ressaltar que o diferencial da metodologia do PA passa pela valorização das experiências levadas pelo aluno e contempladas nas atividades pedagógicas do professor. Além disso, o trabalho com projetos interdisciplinares indicado na proposta do projeto serve para facilitar a aprendizagem do aluno e promover um maior envolvimento nas atividades escolares. Entretanto, isso só será possível com professores preparados para atuar em turmas de aceleração, nas quais os estudantes aprendem sobre as disciplinas curriculares. No entanto, vale notar, que, acima de tudo, eles precisam de professores capazes de mantê-los motivados a frequentarem o projeto.

Diante disso, faz-se necessária a realização de capacitação direcionada à equipe gestora e aos professores que atuam na CDE 02, no sentido de estudar com maior profundidade a proposta do PA, acompanhar de forma correta a implementação da política na escola, desenvolver ações de acordo com a metodologia indicada e ajudar a escola a desenvolver melhor os aspectos operacionais e metodológicos do Projeto Avançar.

Nessa ação será dado orientações aos professores no sentido de os mesmos desconstruírem a ideia de que o aluno do Projeto é um aluno problema e reconhecer que o PA é justamente para oportunizar esses alunos que estão fora do processo educacional. Além disso, a capacitação deve dá subsídios para que o professor possa reconhecer melhor o perfil de cada aluno e poder ajudá-lo de maneira mais efetiva, seja relacionado ao processo de ensino e aprendizagem, identificando os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem ou comportamental, identificando os alunos mais infrequentes e os mais indisciplinados.

Essa ação foi planejada para acontecer na primeira quinzena do mês de fevereiro de 2017. A capacitação será realizada pelo CEPAN/SEDUC após solicitação da gestora e com a presença do pesquisador. Os participantes dessa capacitação serão os gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA.

O tempo previsto é de nove horas distribuídas em três dias. No primeiro dia, o pesquisador apresenta os resultados da pesquisa e discute o PAE, a fim de coletar

sugestões, antes que ele seja colocado em prática. No segundo dia, será apresentado a estrutura e o funcionamento do projeto, bem como orientações sobre o seu monitoramento no contexto escolar, e no terceiro dia, será discutida a temática “metodologia por projetos” e ministrada a oficina “desenvolver projetos interdisciplinares”. Os encontros devem acontecer na escola pesquisada sob a coordenação da escola e CDE 02 pela coordenadora e supervisora pedagógica do PA.

O quadro 18 resume as etapas dessa ação voltada para a equipe gestora e professores.

Quadro 18 - Plano de ação de capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02 que atuam no PA

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Capacitação para gestores, pedagogos, apoio pedagógico e professores do projeto que atuam na CDE 02.
Porque será feito?	- Conhecer melhor a estrutura e funcionamento do projeto; - Acompanhar com maior efetividade a implementação do PA; - Desenvolver as ações de acordo com a proposta do projeto; - Trabalhar com projetos interdisciplinares; - Contribuir para a prática do professor e melhorar o processo de ensino e aprendizagem do PA.
Onde será feito?	Na escola pesquisada.
Quando Será feito?	Na 1ª quinzena de fevereiro de 2017, com duração de três dias, sendo três horas por dia.
Por quem será feito?	Técnicos do Centro de Formação Profissional Pe. José de Anchieta (CEPAN/SEDUC) e pesquisador.
Como será feito?	Serão três encontros onde, por meio de exposição e discussão entre os participantes, serão dadas orientações sobre a estrutura e funcionamento do PA, a importância deste para a reintegração do aluno ao processo educacional, bem como realizar seu monitoramento. além da discussão sobre metodologia de ensino por projetos e a oficina para trabalhar com projetos.
Quanto custará?	Gasto com a estrutura operacional do evento: alimentação e material de apoio aos participantes (R$ 1.200,00).

. Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.2.2 Cronograma de palestras para alunos e pais de alunos

O resultado da pesquisa mostrou que uma parcela dos alunos que frequentam o projeto é muito apática e pouco se envolve nas atividades de sala de aula. São jovens que vivem em ambientes onde há pouco incentivo com relação aos estudos, com pais que não acompanham sua vida escolar. Além disso, alguns alunos moram

em bairros distantes e vivem em condições sociais e econômicas desfavoráveis, o que contribui para um processo de desmotivação.

De acordo com a proposta do projeto, a falta de motivação é um dos maiores obstáculos que impede o aluno de avançar no processo de escolarização (AMAZONAS, 2005). Sem motivação, o aluno não tem ânimo para fazer as atividades proposta pelo professor e não vê sentido naquilo que a escola ensina e nem na realidade que os cerca. Nesse sentido, é fundamental construir um cronograma de palestras para alunos e pais de alunos, a fim de trabalhar motivação, autoestima e valorização do estudo como forma de lograr êxito no processo de ensino e aprendizagem, o que pode contribuir para modificar, a longo prazo, as condições sociais e econômicas do aluno.

Esta ação será desenvolvida em parceria com os profissionais de psicologia do Grupo de Trabalho da Seduc/Am e Centro de Tecnologia do Amazonas (CETAM). Os temas abordados serão sugeridos pelos organizadores e acatado sugestão dos alunos e pais de alunos. As palestras serão trabalhadas de forma dinâmica, com a participação de alunos e pais interagindo com os palestrantes. As palestras devem acontecer no inicio de cada bimestre.

O quadro 19 mostra de forma resumida a ação voltada para alunos e pais de alunos.

Quadro 19 - Plano de ação de palestras para alunos do projeto e pais

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Cronograma de palestras para alunos e pais de alunos.
Porque será feito?	Para melhorar motivação, autoestima e valorização do estudo.
Onde será feito?	Na escola pesquisada.
Quando Será feito?	No início de cada bimestre
Por quem será feito?	Profissionais de Psicologia do Grupo de Trabalho (GT) da SEDUC/AM e profissionais do Centro de Tecnologia do Amazonas (CETAM).
Como será feito?	Após solicitação e confirmação dos órgãos no qual os profissionais estão lotados, será construída uma agenda para atender à escola. Para os alunos serão agendadas palestras com duração de 90 minutos, nas quais serão abordados temas voltados para a motivação e vocação profissional e outros sugeridos pelos próprios alunos. As palestras serão desenvolvidas com participação dos alunos, interagindo com os palestrantes. Para os pais, serão agendadas palestras nas reuniões de pais e mestres, que discutirão temas sobre o papel da família na educação de seus filhos.
Quanto custará?	R$ 400,00.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.2.3 Criação de uma agenda de visita mensal aos alunos faltosos

A infrequência dos alunos foi um problema muito citado nas entrevistas. Devido à ausência deles na escola, os professores não conseguem auxiliá-los na construção de uma aprendizagem significativa. Sem frequentar a escola, o aluno deixa de aprender novos conteúdos necessários para sua formação básica e sem participar ativamente das aulas, não faz as atividades avaliativas, o que pode implicar em reprovação. Ressalta-se ainda que o aumento na infrequência escolar leva a um processo natural de abandono aos estudos. O resultado é o crescimento das taxas de abandono, que pouco têm sido reduzido durante a atuação do PA na Escola Alfa.

Assim, importante se faz a criação de uma agenda de visita aos alunos faltosos, no sentido de fornecer maior organização ao trabalho da equipe gestora, contribuindo, ainda, para a redução do problema de abandono no PA. As visitas devem ser realizadas pela gestora ou pedagoga da escola após levantamento dos alunos com três dias de faltas consecutivas ou cinco dias alternados durante um mês. Em um primeiro momento, é realizado contato via telefone com os responsáveis. Não obtendo retorno, o aluno entra para a agenda de visitas, que serão realizadas no primeiro momento pela gestora ou pedagoga. Se o problema persistir, então o caso é repassado à CDE 02 e na sequência ao GEPPAE/SEDUC.

O trabalho de visita, além de ajudar a resgatar o aluno faltoso, é uma forma de detectar problemas que podem estar influenciando na infrequência do aluno e tentar dar encaminhamento a eles, evitando, com isso, que ele abandone a escola. Se for detectada alguma situação mais grave, como maus tratos da família, descaso dos pais, por exemplo, o que impede o aluno de frequentar a escola, o problema é encaminhado ao conselho tutelar.

O quadro 20 resume a proposta de ação para criação de uma agenda de visita aos alunos faltosos.

Quadro 20 - Plano de ação para criação de agenda de visita aos alunos faltosos

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Criação de uma agenda de visita aos alunos faltosos.
Porque será feito?	- Para tornar mais eficaz o trabalho de resgate de alunos faltosos; - Para reduzir o índice de abandono dos alunos do projeto.
Onde será feito?	Na residência do aluno faltoso.
Quando Será feito?	Ao final de cada mês.
Por quem será feito?	Gestora, pedagoga, coordenadora de abandono escolar da CDE 02 e conselheiro tutelar.
Como será feito?	Após levantamento dos alunos com três dias de falta consecutivas ou cinco dias alternados durante o mês, a escola entra em contato via telefone com a família para saber o que está acontecendo. Não obtendo retorno, o aluno entra para a agenda de visita. A visita será realizada primeiramente pela gestora ou pedagoga e supervisora de abandono escolar. Se houver necessidade, é chamado o conselheiro tutelar.
Quanto custará?	R$ 600,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.2.4 Cronograma de reunião bimestral para avaliar o andamento do projeto

Segundo o Programa de Correção de Fluxo Escolar, as reuniões bimestrais servem para reflexão e trocas de experiências sobre o andamento do PA na escola, levantamento do desempenho dos alunos e análise de estratégias para melhorar o aprendizado. Serve também para discutir as dificuldades enfrentadas pelos professores, permitindo possíveis soluções coletivas.

A construção de um cronograma de reunião faz-se necessário em função das dificuldades relatadas nas entrevistas, visando tornar efetivo o que já é proposto no PA. Além de tratar do rendimento dos alunos, as reuniões servem para avaliar o andamento do projeto e promover melhorias na operacionalização das ações.

Em relação ao PA, as reuniões de avaliação possibilitarão a melhoria da prática pedagógica em sala de aula e a maior efetividade no cumprimento das ações. As reuniões devem acontecer bimestralmente, com a participação da equipe gestora, supervisora pedagógica do projeto na CDE e professores que atuam no PA. Uma pauta de reunião deverá ser construída com sugestões dos professores, no sentido de otimizar o andamento da reunião, de modo que sejam tratadas, exclusivamente, situações relacionadas ao PA.

O quadro 21 resume a proposta de ação para reunião bimestral sobre o andamento do PA.

Quadro 21 - Plano de ação para reunião sobre o andamento do PA

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Cronograma de reunião bimestral para discutir sobre o andamento do PA.
Porque será feito?	Para discutir as dificuldades no andamento do projeto e propor melhorias.
Onde será feito?	Na escola pesquisada.
Quando será feito?	Ao final de cada bimestre letivo.
Por quem será feito?	Equipe gestora e professores do projeto.
Como será feito?	Após o encerramento do bimestre, a reunião acontecerá na escola, momento no qual cada professor deverá expor as dificuldades e os avanços com relação ao projeto. Em seguida, serão indicadas sugestões de melhoria.
Quanto custará?	R$ 160,00.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.2.5 Mostra de trabalhos com projetos

Esta ação foi criada para divulgar as experiências exitosas desenvolvidas por professores e alunos ao longo do ano letivo. Através da socialização dessas experiências, é possível que mais professores tenham interesse em trabalhar com projetos. Já os alunos terão a oportunidade de ampliar a visão sobre trabalho com projetos, desenvolver melhor o trabalho com pesquisas e expandir seu conhecimento ao interagir com os outros alunos durante as apresentações. Vale ressaltar que o Programa de Correção de Fluxo Escolar tem como proposta o trabalho com projetos interdisciplinares como forma de reforçar a aprendizagem e promover maior envolvimento dos alunos na produção e apresentação de trabalhos práticos.

A ação será trabalhada em cada bimestre com alunos e professores apresentando projetos desenvolvidos de forma interdisciplinar e ao final do ano letivo será realizada a mostra com premiação dos melhores projetos como forma de valorização do trabalho dos alunos e professores, incentivando-os a produção de trabalhos cada vez mais qualificados.

O quadro 22 resume a proposta de ação para apresentação da mostra de trabalhos com projetos.

Quadro 22 - Plano de ação para mostra de trabalhos com projetos

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Mostra de trabalhos com projetos.
Porque será feito?	Para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.
Onde será feito?	Na escola pesquisada.
Quando será feito?	Nos quatro bimestre do ano letivo.
Por quem será feito?	Professores e alunos.
Como será feito?	O trabalho deve ser produzido em equipes com projetos interdisciplinares e apresentado ao final do bimestre. Ao final do ano será realizada a mostra de projetos e premiado os melhores trabalhos, sob a coordenação dos professores, como forma de socialização dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo.
Quanto custará?	Previsão de gastos com material de apoio adquiridos com recursos do PDDE (R$ 400,00)

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação estudou a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar, com foco na análise do abandono escolar nas turmas do Projeto Avançar nos anos finais do ensino fundamental. Teve como objetivo analisar as dificuldades da equipe gestora com relação à redução do abandono nas turmas do PA, visto que ele está em funcionamento na escola desde 2011, mas ainda apresenta altas taxas de abandono. Para isso, optou-se por uma metodologia de análise documental, pesquisa qualitativa, entrevistas com roteiros semiestruturados e questionários, que possibilitaram uma análise dos fatos e da visão dos atores que fizeram parte da pesquisa.

O Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar é uma politica educacional nascida no contexto nacional por meio do Programa de Aceleração da Aprendizagem, lançado pelo Governo Federal no ano de 1997 para atender a uma clientela de jovens com distorção escolar. No estado do Amazonas, foi implementado em 2005, visto que na época havia uma taxa muito alta de alunos com distorção idade/ano. Na Escola Alfa, objeto deste estudo, o PA foi implementado em 2011, visando regularizar o processo dos alunos com distorção idade/ano, uma vez que havia um índice elevado de alunos nessa situação.

Implementado na escola na perspectiva de trabalhar com uma metodologia diferenciada, com projetos interdisciplinares e valorização do conhecimento prévio do aluno, tinha o intuito de promover uma aprendizagem significativa, contribuindo para minimizar o problema da distorção idade/ano dos alunos do ensino fundamental da Escola Alfa.

No entanto, apesar do êxito alcançado ao longo desses anos, como melhoria na aceleração de estudo, redução no índice da distorção, resgate de alunos faltosos após visita domiciliar pela equipe gestora, destaque de alunos em eventos na escola, uso de atividades diferenciadas por alguns professores, o projeto ainda apresenta problemas na sua estruturação.

O abandono escolar, por exemplo, foi constante ao longo dos anos de projeto na escola. Prova disso são os rendimentos já apresentados na tabela 6, que mostra que as taxas pouco modificaram. Embora tenha reduzido de 20,7% em 2011 para 16%, em 2015, esses resultados indicam que o trabalho deve ser intensificado para que esses índices continuem reduzindo. Para isso é fundamental que a equipe

gestora e demais envolvidos no projeto superem os problemas de implementação do mesmo e as dificuldades em reduzir o abandono nas turmas do projeto.

Vale ressaltar que para uma política ser bem desenvolvida e alcançar os objetivos propostos é fundamental cumprir todas as etapas do seu desenho. Isso passa necessariamente pela implementação e monitoramento, o que não ocorreu de maneira efetiva no Projeto Avançar, pois, de acordo com os resultados da pesquisa várias dificuldades interferiram no processo de implementação.

A ausência de capacitação para gestora, pedagoga e professores, professores que não sabem desenvolver projetos interdisciplinares, desconhecimento dos professores sobre o funcionamento do PA, ausência de reuniões para discutir os problemas de realização do PA e de distribuição de livros didáticos para uso dos alunos e professores, escassez de profissionais e de estrutura para trabalhar no resgate de alunos faltosos são dificuldades relatadas pelos atores na pesquisa de campo que interferem direta ou indiretamente na pouca redução do abandono escolar nas turmas do Projeto Avançar dos anos finais do ensino fundamental.

Entretanto, cabe apontar que as dificuldades indicadas aqui não se esgotam, tendo sido registradas no sentido de auxiliar na reflexão e discussão da equipe gestora da escola e demais atores que atuam no Projeto, visando, com isso, melhorar a sua implementação, executando as ações de acordo com o desenho da política para, assim, contribuir com a redução das taxas de abandono.

Com intenção de minimizar as dificuldades na implementação do Projeto Avançar na escola pesquisada, foi proposto um Plano de Ação Educacional com cinco ações previstas: capacitação para gestores, pedagogos e professores da CDE 02, agenda de palestras para alunos e pais de alunos, agenda de visita mensal aos alunos faltosos, cronograma de reunião bimestral para avaliar o andamento do projeto e mostra de trabalhos com projetos.

Vale ressaltar que essas ações não têm o objetivo de resolver todos os problemas de implementação do PA, mas contribuir para minimizar alguns dos que foram detectados no decorrer da pesquisa. Além disso, é importante destacar que as discussões e reflexões feitas ao longo desta dissertação não se esgotam, abrindo espaço para outras pesquisas que abordem o Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar. Acredita-se que com a investigação ora realizada contribuímos para o aperfeiçoamento da política, tão necessária para a qualidade da

educação e para dar oportunidade àqueles alunos às margens do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM. **Dados do Projeto Avançar**: Proposta Curricular do Programa de Correção de Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Resolução nº 83/2007(de 2005 a 2010), de nº. 148/2010 (de 2011 a 2014) do Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

_____. **Projeto Político Pedagógico da Escola Alfa.** Documento Base. Amazonas, 2014.

_____.SEMED. Parecer nº 03/CME/98. **Programa de Aceleração da Aprendizagem**. Disponível em: <http://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Parecer-n.-003-CME-1998.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. SEMED. Parecer n. 022/CME/2012. **Programa de Aceleração da Aprendizagem**. Disponível em: <cme.manaus.am.gov.br/wp-content/.../Parecer-n.-022-CME-20121.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARBOSA, Tânia Maria Meneses Farias. **A Implementação do Projeto Acelerar Para Vencer (PAV) em uma unidade escolar**: das intenções às ações. 198 f. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora: CAED, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: < http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-tania-maria-meneses-farias-barbosa.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRANDÃO, Zaia et al. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 15 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. As noções de erro e fracasso no contexto escolar: algumas considerações preliminares. In: AQUINO, Julio Groppa. **Erro e fracasso na escola: alternativas teórica e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

CASARIN. Nelson Elinton Fonseca. **Família e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre, RS: PUC, 2007.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Juiz de Fora. 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, 2007. p. 21-32 Disponível em < www.scielo.br/paideia > Acesso em 27 jan. 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, M. da C. M. **Aceleração da aprendizagem para jovens e adultos:** um olhar sobre o projeto tempo de acelerar em Manaus. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

GATTI, B. A. O Professor e a Avaliação em Sala de Aula - abecin. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, jan-jun/2003 Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/Gatti_Professor_avaliacao_sala_aula.pdf. > Acesso em: 23 set. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Marcia Buenos. **Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro Tendências e Perspectivas**. Dourados-MS: UFGD, 2012.

GRIS, Patrícia Cristina; TONDIN, Celso Francisco. **O Programa Correção de Fluxo Frente à Superação do Fracasso Escolar**. ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLITICA EDUCATIVA, 1., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2., jul. 2015, UNIFESP, Garulhos. Disponível em: < http://docplayer.com.br/21184200-O-programa-correcao-de-fluxo-frente-a-superacao-do-fracasso-escolar.html>. Acesso em 15 nov. 2015.

HANUM, Vânia. **Implantação do Programa de Aceleração da Aprendizagem em Rio Verde (GO).** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiania, 2010. <Disponível em: tede2.puc**goias**.edu.br:8080/handle/tede/1022> Acesso em: 12 nov.2015.

INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 17 ago. 2015.

KOBAL, Marília Corrêa. **Motivação intrínseca e extrínseca nas aulas de Educação Física** / Marília Corrêa KobaL --Campinas, SP: [s, n,], 1996. Disponível em: < www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000111825> Acesso em: 20 ago. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/uploads/arquivos/Dimensoes_da_gestao_escolar_%28livro_final%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

LÜCK, Heloisa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teóricos – metodológicos**. Petrópolis, 10. ed. RJ: Vozes, 2002

LÜCK, Heloisa e Marta Parente. **Mecanismos e Experiências de Correção do Fluxo Escolar no Ensino Fundamental.** Brasília. Julho de 2004. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1765/1/TD_1274.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

LÜCK, Heloisa; PARENTE, Marta. **Aceleração da aprendizagem para corrigir o fluxo escolar**: O caso do Paraná. Brasília, ago. 2007. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1765/1/TD_1274.pdf>. *Acesso* em: 13 nov. 2015.

LOPES, Rita de Cássia Soares. **A Relação Professor Aluno e o Processo Ensino Aprendizagem**. Disponível em: <

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf. > Acesso em: 23 ago.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e** organizacionais **sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família.** Universidade de São Paulo – USP. Doutorado em Ciência Política: 2010. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/2010_GabrielaSpangheroLotta.pdf. Acessado em: 16 de set.. de 2016.

MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN. Portal QEdu.[on-line]. Disponível em:< http://www.qedu.org.br/brasil/censo-scolar?year=2016&dependence=0&localization=0&item=>. Acesso em: 14 set. 2016.

NUNES, Neudiran Gonçalves**. A influência da família na escola para a construção do conhecimento.** Novembro de 2012. Disponível em: < http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-da-familia-na-escola-para-a-construcao-do-conhecimento/99641> Acesso em: 13 set. 2016.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** Rio de Janeiro 40(1):273-88, Mar./Abr. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf.> Acesso em: 28 ago. 2016.

OLIVEIRA, Sandra Regina Gregório. **Autonomia da escola: um estudo de caso**. 2009. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/tede/792>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PEZZINI, Clenilda Cazarin; SZYMANSKI, Maria Lidia Sica. **FALTA DE DESEJO DE APRENDER: Causas e Consequências**. Disponível em: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/853-2.pdf> Acesso em: 10 set. 2016.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 23. ed. São Paulo, SP: Ática, 2004. Disponível em: < https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/piletti_didatica-geral.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

PIZOLI, Rita de Cássia – FAFIPA. A Função do Conselho de Classe na Organização do Trabalho Pedagógico Escolar – **IX Congresso Nacional de Educação** –

EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Outubro de 2009 – PUCPR. Disponível em: < www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3343_1498.pdf > Acesso em: 20 jul. 2016.

QUADROS, Maria Márcia Xavier de; QUADROS, Eliete Xavier; SANTANA, Edineia Elaine Cardoso**. Causas e Consequências do Fracasso Escolar: No Início da Escolaridade.** Novembro de 2015. Disponível em < www.webartigos.com/.../causas-e-consequencias-do-fracasso-escolar-no-inicio-da-esc_ > Acesso em: 20 set. 2016.

QEDU. Escola Estadual Senador Cunha Melo. **Distorção Idade/Série.** Disponível em: <www.qedu.org.br/cidade/3115-manaus/distorcao-idade-serie>. Acesso em: 4 abr. 2015.

RAMOS, Marta Gonçalves da Silva. **Importância dos Recursos Didáticos para o Ensino da Geografia no Ensino Fundamental nas Séries Finais.** Brasília 2012. Monografia (Licenciatura) – Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Disponível em: < bdm.unb.br/bitstream/10483/5101/1/2012_MartaGoncalvesdaSilvaRamos.pdf > Acesso em: 12 set. 2016.

Revista das Faculdades Integradas Claretianas – **A importância do recurso pedagógico para o ensino e aprendizagem de uma aluna com paralisia cerebral**. Nº6 – janeiro/dezembro de 2013. Disponível em: < http://claretianobt.com.br/download?caminho=upload/cms/revista/sumarios/192.pdf&arquivo=sumario4.pdf.> Acesso em: 12 jul. 2016.

SANTOS, Gisele do Rocio Mugnol dos. **A Metodologia de Ensino por Projetos**. Curitiba: Ibpex, 2006.

SANTOS, Monalize Rigon da; VARELA, Simone. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Inicias do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007. Disponível em:< web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf > Acesso em: 15 ago. 2016.

SARAIVA, A.M.A. Distorção idade-série. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SETÚBAL, M. A. Os Programas de Correção de Fluxo no contexto das políticas educacionais contemporâneas. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 9-19, jan. 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Manoel Regis da. **Causas e Consequências da Evasão Escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto De Almeida – Bananeias / Pb.** Trabalho de Conclusão de Curso - UFPB 2011. Disponível em: < http://docplayer.com.br/8118182-Causas-e-consequencias-da-evasao-escolar-na-escola-normal-estadual-professor-pedro-augusto-de-almeida-bananeias-pb-resumo.html. > Acesso em: 26 ago. 2016.

SILVA, Francimar Ramos da. **Níveis de Motivação de Escolares nas Aulas de Educação Física na Cidade de Candeias do Jamari – RO.** PORTO VELHO - RO 2012. Disponível em: < http://www.def.unir.br/downloads/1696_niveis_de_motivacao_de_escolares_nas_aulas_de_educacao_fisica.pdf. > Acesso em: 12 jul. 2016.

SOUZA, Celina . **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16 > Acesso em: 12 mar. 2016.

SOUZA, Denise Trento de. Entendendo um pouco mais sobre sucesso (e fracasso) escolar: ou sobre os acordos de trabalho entre professores e alunos. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Autoridade e Autonomia na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999, p.115-129.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/Escola: A Importância dessa Relação no Desempenho Escolar**. Paraná 2009. Disponível em: < www.diaadiaeducacao.**pr**.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf > Acesso em: 25 ago. 2016.

TAPIA, J. A.; FITA, E. C. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

TORRES, Suzana Rodrigues. Reuniões pedagógicas: espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática? In: ALMEIDA, Laurinda R.; PLACCO, Vera. M.N.S. (Orgs). O Coordenador pedagógico e o espaço de mudança, 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de formar professores.** SP: Papirus, 2009, p.53-73.

WECHLER, Solange Wuglia. **A educação criativa: possibilidade para descobertas**: In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugenia (Orgs). Temas e textos em Metodologias do Ensino Superior. Campinas, SP: Papirus, 2001).

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista com o (a) gestor (a) da escola

Caro (a) gestor (a),

O objetivo desta entrevista é investigar a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais da sua escola. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade será preservada e as respostas serão sigilosas.
Antecipadamente, agradeço sua contribuição.

1) Há quanto tempo a senhora exerce a função de gestora na rede de ensino do estado? E nesta escola?
2) Em 2011, o PA foi implantado nesta escola com o objetivo de regularizar o processo escolar dos alunos com distorção idade/ano. Qual é a sua avaliação desse projeto? Ele tem contribuído para a aceleração de estudos dos alunos com defasagem escolar?
3) Quais as maiores dificuldades para a implementação do PA na escola?
4) Como é realizado o acompanhamento do PA na escola? Há reuniões para avaliar o andamento do projeto? Com que frequência são realizadas?
5) Como são selecionados os professores que atuarão no Projeto Avançar? (Caso a equipe gestora não seja mencionada, perguntar se participam. Em caso negativo, porque não participam).
6) Os professores que atuam no PA recebem alguma orientação ou capacitação para trabalharem com o projeto? (Se sim, quem orienta ou capacita? De que forma é realizado?)
7) Que tipo de apoio a escola recebe da CDE para que o PA seja implementado de maneira efetiva?

8) Sabe-se que durante os anos de atuação do PA na escola o abandono foi um problema evidente nas turmas do projeto e ainda persiste. Como a senhora avalia esse problema?

9) Quais ações a escola desenvolve para evitar que o aluno abandone o projeto? Como são trabalhadas pela escola?

10) Quais são as dificuldades da equipe gestora para desenvolver as ações de combate ao abandono escolar?

11) Existem parcerias da escola com órgãos do poder público para combater o abandono escolar? Como é realizado esse trabalho na escola?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com o (a) pedagogo (a) da escola

Caro (a) pedagogo (a),

O objetivo desta entrevista é investigar a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais da sua escola. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade será preservada e respostas serão sigilosas.
Antecipadamente, agradeço sua contribuição.

1) Há quanto tempo é pedagogo(a) desta escola?
2) A senhora acompanha o PA desde quando foi implantado nessa escola? Qual é a sua opinião a respeito do projeto?
3) O PA prevê algumas ações como reunião mensal, conselho bimestral, relatório dos professores, trabalho interdisciplinar e planejamento (diagnóstico, objetivos e metas). Essas ações têm sido realizadas de maneira efetiva na escola? (Se sim, como é realizado o acompanhamento da execução dessas ações? Se não, qual(ais) seriam os prováveis motivos?)
4) Segundo o PA, o gestor e o pedagogo são responsáveis por selecionar o professor para atuar no projeto. Isso acontece na prática? Como é realizada essa seleção na escola? Quais critérios são utilizados?
5) O professor selecionado trabalha exclusivamente no projeto? Ou trabalha também com o ensino seriado? Qual é a sua opinião a respeito disso?
6) Como é realizado o acompanhamento pedagógico do Projeto Avançar na escola? Que tipo de suporte pedagógico é dado ao professor para que trabalhe o PA no dia a dia com os alunos?
7) Quais são as maiores dificuldade relatadas pelos professores no trabalho com o Projeto Avançar? Que tipo de suporte pedagógico é dado ao professor para superar essas dificuldades?
8) Como você avalia o projeto? Os objetivos propostos têm sido atingidos? A senhora se reúne com a gestora para avaliar o andamento do projeto? Se sim, como isso acontece?

9) O PA prevê como papel do pedagogo apoiar o corpo docente no desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares e oferecer subsídios para que o professor desenvolva sua prática pedagógica em sala de aula. Você já participou de alguma capacitação e/ou estudo sobre o PA como forma de ajudar o professor do projeto? (Se sim, como você avalia essa capacitação? Foi eficaz para o seu trabalho com projeto?)

10) Em sua opinião quais as maiores dificuldades para desenvolver as ações do PA? Quais as ações da escola para superar essas dificuldades?

11) Sabe-se que o abandono é um problema que acompanha o PA na escola desde a sua implantação. Na sua opinião, porque isso acontece?

12) Há reuniões da equipe gestora para tratar do abandono escolar? (Se sim, Como são realizadas? Se não, por qual razão?)

13) Há alguma ação específica da escola para resgatar os alunos do projeto que abandonam a escola? (Se sim, que ações seriam essas?)

14) Existe algum trabalho de parceria com órgãos do poder público que contribua com o aluno do PA para que ele não abandone a escola? (Sem sim, como é realizado esse trabalho?)

15) Em sua opinião quais são as causas para o abandono nas turmas do Projeto Avançar?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com a supervisora pedagógica da CDE 02, responsável pelo acompanhamento do projeto na escola

Cara supervisora pedagógica,

O objetivo desta entrevista é investigar a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais de uma escola da sua coordenadoria. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade será preservada e respostas serão sigilosas. Antecipadamente, agradeço sua contribuição.

1) Há quanto tempo você é responsável pelo acompanhamento do Projeto Avançar nessa coordenadoria?
2) Qual é a sua opinião a respeito do PA enquanto politica pública implementada na escola?
3) Na sua concepção, as escolas dessa coordenadoria têm trabalhado o Projeto Avançar de acordo a proposta curricular? (Se não, quais os possíveis motivos?)
4) Que tipo de ajuda a coordenadoria oferece à equipe gestora para que o PA seja melhor desenvolvido na escola?
5) Como se dá o processo de seleção dos docentes que atuam no PA? (Que tipo de suporte é oferecido ao gestor (a) para essa seleção?)
6) Como é realizado pela coordenadoria o acompanhamento do PA nas escolas? (Existe algum cronograma de visita? O que prevê esse cronograma?)
7) Quais as principais dificuldades relatadas pela equipe gestora da Escola Alfa com relação à implementação do PA?
8) Há relatórios de acompanhamento do PA na escola? (Se sim, o que é contemplado nesse relatório? Ele é discutido com a equipe gestora e os professores? Se não, por que não são realizados?)
9) Após cinco anos de atuação do PA na escola, o abandono é um problema que ainda continua. Em sua opinião, por que isso acontece?
10) Como a CDE 02 trabalha o problema do abandono junto à escola? Existem ações específicas da CDE 02 para combater esse problema?

11) A CDE recebe algum suporte da SEDUC para desenvolver ações de combate ao problema de abandono nas escolas que desenvolvem o PA? (Se sim, com essas ações são desenvolvidas pela CDE? Se não, em sua opinião, quais seriam as causas de não ter tal suporte?)

12) Em sua opinião, quais são as causas que levam o aluno a abandonar as turmas do projeto?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com o (a) professor (a) da escola

Caro (a) professor (a),

O objetivo desta entrevista é investigar a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais da sua escola. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade será preservada e respostas serão sigilosas.

Antecipadamente, agradeço sua contribuição.

1) Qual é a sua formação acadêmica e qual é a disciplina que leciona?

2) Há quanto tempo você trabalha com o PA? E no PA dessa escola? Conte como foi (ou está sendo) sua experiência nesse projeto?

3) Qual é a sua opinião a respeito do PA enquanto projeto que acelera os estudos dos alunos com distorção idade/ano?

4) Você recebeu alguma orientação da equipe gestora desta escola para atuar no PA?

5) Quais motivos te levaram a atuar no PA? (Você atua no PA porque tem afinidade com a proposta do projeto ou porque precisou aceita-lo para completar sua carga horária?)

6) A estrutura curricular do PA prevê como estratégia o uso de projetos interdisciplinares. Você desenvolve algum projeto desse tipo com a sua turma? (Em caso afirmativo, como é realizado? Se não realiza, porque não realiza?)

7) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades em lidar com os alunos do PA? Existem reuniões para discutir essas dificuldades? (Se sim, como elas acontecem? Se não, por quais motivos não acontecem?)

8) O projeto prevê conselho de classe ao final de cada bimestre para tratar das suas ações. A sua escola realiza tais conselhos? (Se sim, como eles ocorrem? Se não, você saberia dizer o porquê de não acontecerem? Você participou de algum deles? Em caso afirmativo, o que foi discutido?)

9) Segundo o PA, cabe ao professor estimular a autoestima nos alunos do projeto, acreditando em suas potencialidades. Como você trabalha essa questão com os alunos?

10) O documento base do PA orienta que seja realizada uma avaliação diagnóstica no início do ano letivo, que servirá como subsídio para o direcionamento da prática do professor. Esse diagnóstico foi realizado? (Se sim, quais as contribuições para o seu trabalho pedagógico com os alunos do PA? Se não, por quais motivos?).

11) O PA prevê que ao final de cada bimestre o professor faça um relatório descritivo, registrando os resultados das avaliações através dos conceitos (NAV, AV, AVM). Durante a sua atuação no projeto, você realizou esse tipo de relatório? (Se sim, o que registrava? Se não, por que não o fazia?)

12) Como você faz o registro e o monitoramento na sua disciplina para acompanhar o desenvolvimento do aluno no PA?

13) Após cinco anos de atuação do projeto na escola, o abandono é um problema que ainda continua. Na sua opinião, por que isso acontece?

14) Em sua opinião, quais são as causas para o abandono nas turmas do Projeto Avançar?

15) Existe alguma ação dos professores e/ou da equipe gestora voltada para o abandono nas turmas do PA? Se sim, como é desenvolvido?

APÊNDICE E - Roteiro de questionário com o (a) aluno (a) do Projeto Avançar

Caro (a) aluno (a),

O objetivo deste questionário é investigar a implementação do Programa de Correção de Fluxo Escolar – Projeto Avançar nos anos finais da sua escola. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade será preservada e as respostas serão sigilosas.

Antecipadamente, agradeço sua contribuição.

1) Qual é a sua percepção a respeito da aprendizagem proporcionada pelo PA em comparação ao ensino regular?
a) Estou aprendendo melhor no PA.
b) Aprendia melhor no ensino regular.
c) Não vejo nenhuma diferença.

2) Você percebe alguma diferença na forma de ensinar dos professores que atuam no PA em relação àqueles que lecionavam no ensino regular?
a) Sim. Em que sentido?
b) Não.

3) Como é a sua relação com os professores do PA?
a) Péssima. b) Ruim. c) Boa. d) Excelente.

4) Na sua turma os professores realizam atividades diferentes e interessantes?
a) b) Não.

5) Como você avalia a sua participação nas atividades e tarefas do projeto?
a) Péssimo. b) Ruim c) Bom. d) Excelente.

6) Na sua opinião, as ações desenvolvidas no PA têm ajudado você a se manter motivado a frequentar as aulas do projeto? Justifique sua resposta

( ) Sim. ( ) Não.

_____

_____

_____

_____

7) Na sua opinião, quais o motivos levam um aluno a deixar de frequentar o Projeto Avançar?

_____

_____

_____

8) Para finalizar, gostaríamos que você escrevesse sugestões de melhorias ao PA para que seja melhor desenvolvido na escola e facilitar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

_____

_____

_____

APÊNDICE F - Relatório de como aconteceu a pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio e junho de 2016. Para a coleta de dados, por meio das entrevistas, foram feitos agendamentos com os diversos atores, para que eles pudessem ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos aceitaram o convite para participar da pesquisa. A entrevista com a gestora e a pedagoga foi realizada no turno vespertino por sugestão delas, uma vez que no turno matutino ocorrem os maiores problemas, sendo, por isso, mais difícil o atendimento. A entrevista com a supervisora pedagógica foi realizada na escola, em dia de visita à instituição; no entanto, ela precisou ser agendada duas vezes devido aos compromissos da entrevistada.

Já com os professores, as entrevistas foram realizadas na escola, no mesmo turno de trabalho, com exceção de uma professora que não faz mais parte do quadro da instituição, caso em que a coleta de dados foi feita em sua residência. Foram agendados até três professores a cada dia, de acordo com o tempo de aula reservado ao Horário de Trabalho Pedagógico (HTP)[8]. Tal estratégia foi utilizada para não haver prejuízo das aulas ministradas por eles. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas pelo próprio pesquisador

Para a coleta de dados com os alunos, foi necessário solicitar autorização do responsável, uma vez que eram menores de idade. Devido à dificuldade de contato, uma vez que muitos moram em bairros distantes e nem todos têm telefone indicado na ficha do aluno, foi necessário esperar a gestora realizar reunião de pais e mestres para solicitar a autorização. Entretanto, a reunião aconteceu somente para os responsáveis pelos alunos dos 6º e 7º anos, não acontecendo a reunião com as turmas do 8º e 9º ano e do Projeto Avançar.

Com a demora na realização da reunião e para não atrasar a pesquisa, o pesquisador tomou a liberdade de se reunir com os alunos e falar da importância da pesquisa e da necessidade da autorização para participação. Durante uma semana, tentamos entregar o TCLE aos 28 alunos que frequentavam o Projeto, mas por causa da infrequência só foi possível entregá-lo a 18 alunos. Essa estratégia não surtiu efeito, uma vez que após uma semana somente quatro alunos devolveram a

[8] Tempo reservado para que o professor planeje aulas e atividades, corrija provas e atenda aos pais de alunos.

autorização assinada e outros três devolveram sem a assinatura dos responsáveis. Já o restante argumentava que havia esquecido o termo em casa.

Sem retorno da devolução do termo pelos alunos, tivemos que aguardar a reunião de pais e mestres para solicitar autorização, o que aconteceu em 17 de junho de 2016. Nessa reunião, a gestora cedeu espaço para o pesquisador falar da importância e dos objetivos da pesquisa e da necessidade de autorização para que os alunos dela participassem. Estavam presentes na reunião 17 pais ou responsáveis, que leram e assinaram o TCLE.

No dia agendado para a pesquisa, estavam presentes em sala 16 alunos autorizados a responder à pesquisa. A aplicação do questionário foi acompanhada pelo pesquisador, de auxiliar caso eles não compreendessem alguma questão. Contudo, todos responderam aos questionários sem dificuldades e dentro do tempo previsto.